

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO,
LINGUAGEM E TECNOLOGIAS-PPG-IELT

FERNANDA DA SILVA OLIVEIRA

O PROFESSOR NA MÍDIA GOIANA: REPRESENTAÇÃO
IDENTITÁRIA DOCENTE NO CONTEXTO DA
IMPLANTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NA
EDUCAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS

ANÁPOLIS
2018

FERNANDA DA SILVA OLIVEIRA

**O PROFESSOR NA MÍDIA GOIANA: REPRESENTAÇÃO
IDENTITÁRIA DOCENTE NO CONTEXTO DA
IMPLANTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NA
EDUCAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias.

Área de Concentração: Processos Educativos, Linguagem e Tecnologias.

Linha de Pesquisa: Linguagem e Práticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Sostenes Cezar de Lima.

**ANÁPOLIS
2018**

FICHA CATALOGRÁFICA

**O PROFESSOR NA MÍDIA GOIANA: A IDENTIDADE DOCENTE NO
CONTEXTO DA IMPLANTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
(OSs) NA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS**

Esta dissertação foi considerada aprovada para obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás-UEG, em 27 de agosto de 2018.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Sostenes Cezar de Lima
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em
Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT)
Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Orientador/Presidente

Prof. Dr. Ewerton de Freitas Ignácio
Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (TECCER)
Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Membro externo

Prof. Dr. Ariovaldo Lopes Pereira
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em
Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT)
Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Membro interno

Prof. Dr. André Lúcio Bento
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em
Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT)
Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Membro interno

Anápolis-GO, 27 de agosto de 2018.

Dedico esta dissertação a todas as pessoas que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para a concretização de mais essa etapa na minha vida profissional.

AGRADECIMENTOS

Como ninguém vence sozinho, a presente dissertação de mestrado é fruto de um esforço conjunto de muitos a quem preciso agradecer:

- Meu primeiro agradecimento é direcionado a Deus, meu mais fiel companheiro ao longo dessa caminhada. Elevo meus pensamentos e minhas palavras para exaltar sua presença durante todo o processo, permitindo que eu alcançasse o final.
- À minha família, obrigada pelo apoio e pela confiança. Por diversas vezes, minhas ausências foram necessárias para que essa dissertação fosse concretizada. Ela é fruto de muito esforço e espero ter correspondido às expectativas de vocês.
- Ao meu marido, Rodolfo, nossa parceria, mais uma vez, deu certo. Deus permitiu que vivenciássemos o mestrado ao mesmo tempo, o que agrega valor à nossa história. Acreditando em mim, você incentivou, somou forças, foi compreensivo e me acolheu por diversas vezes. A vitória é nossa!
- Ao meu orientador, professor Sostenes, minha gratidão por compartilhar seu conhecimento, me guiando pelo meio acadêmico, a fim de construir uma pesquisadora. Sua participação foi fundamental nessa jornada.
- Aproveito para agradecer à Universidade Estadual de Goiás, por abrir suas portas e disponibilizar sua estrutura. Como parte fundamental dela, devo lembrar de todos os professores e funcionários que também participam ativamente desse processo de construção do conhecimento. Em especial, agradeço com imenso carinho aos professores que participaram das bancas de qualificação e defesa. Professores Ary, André, Alexandre e Ewerton, a disponibilidade de vocês para contribuir fez toda a diferença para o resultado final.
- O ambiente da universidade me reservou ainda, gratas surpresas. Polly e Rose, vocês foram essenciais para me fortalecer. Ao vivenciarmos as mesmas angústias, sempre encontrei em vocês palavras de incentivo, de renovação e de afirmação em relação a Deus e aos seus propósitos para a nossa vida. Aos demais colegas de turma, minha admiração por cada história de vida e pelas experiências compartilhadas.
- Aos meus amigos, minha contínua gratidão. Quando busquei por apoio, vocês estavam lá, ao meu lado, e de uma forma ou outra, me incentivaram a seguir firme no meu propósito.

Nós pensamos através de nossas bocas.

(Tristan Tzara)

RESUMO

OLIVEIRA, Fernanda da Silva. **O professor na mídia goiana: representação identitária docente no contexto da implantação das Organizações Sociais na educação do Estado de Goiás.** 2018, 104 fl.

Dissertação de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias, Universidade Estadual de Goiás- UEG, Anápolis-GO, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Sostenes Cezar de Lima

Defesa: 27 de agosto de 2018

O presente trabalho tem como objetivo analisar a construção das identificações docentes nos discursos midiáticos no contexto decorrente do processo de implantação das Organizações Sociais nas escolas públicas do Estado de Goiás. Diante das questões que inquietam o cotidiano da escola, pautas relacionadas à educação têm sido amplamente discutidas pela mídia. Neste cenário de conflito de interesses, inevitavelmente, surge a figura do/a professor/a, que tem sua profissão debatida e questionada, principalmente pela suposta incapacidade em gerir e ofertar uma escola pública de qualidade, o que reforçaria a necessidade de mudanças nesse contexto. Com a intensificação das notícias, identificações docentes são reproduzidas, construídas e reconstruídas nos discursos midiáticos, fomentando a relação entre discurso/representação e a condição de ser professor/a. Neste trabalho, as interpretações e reflexões são construídas a partir da Análise do Discurso Crítica, em diálogo com as áreas da Psicologia Social e Teoria Social da Mídia. Para tanto, fundamentamos a pesquisa as contribuições teóricas de Fairclough (2016), Van Leeuwen (1996), Thompson (2009, 2014), Moscovici (2003), Citelli (2012), entre outros. O estudo, de caráter qualitativo, busca realizar uma análise discursiva, pautada pelos pressupostos da Teoria de Representações de Atores Sociais (VAN LEEUWEN, 1996), de textos dos gêneros reportagem, notícia e editorial, publicados no jornal de circulação estadual *O Popular*. O corpus de investigação é composto por textos que contemplam o recorte temático (educação e tentativa de implantação das Organizações Sociais) e o recorte temporal (de dezembro de 2015 a fevereiro de 2016), período de maior circulação de notícias sobre o tema. Este estudo parte do pressuposto de que a relação entre discurso, identidade e mídia é rica em possibilidades para problematizar e entender para além do texto, desvelando as redes de relações de poder, assim como as tentativas de legitimar práticas hegemônicas através do discurso. Os resultados indicam que é uma prática comum ao jornal *O Popular* representar os/as professores/as de maneira passiva, indeterminada e/ou generalizada, como pessoas comuns que fazem parte do “mundo dos governados”.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica. Identidade Docente. Mídia. OSs.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Fernanda da Silva. **O professor na mídia goiana: representação identitária docente no contexto da implantação das Organizações Sociais (OSs) na educação do Estado de Goiás.** 2018, 104 fl.

Dissertação de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias, Universidade Estadual de Goiás- UEG, Anápolis-GO, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Sostenes Cezar de Lima

Defesa: 27 de agosto de 2018

This study aims to analyze the construction of teacher identifications in media discourses, in the context arising from the process of implementation of Social Organizations in public schools in the State of Goiás. Faced with issues that disturb schools' day to day practices, education-related guidelines have been widely discussed by the media. In this conflict-of-interest scenario, inevitably, the figure of the teacher emerges, having their profession debated and questioned, mainly for the supposed inability to manage and offer a quality public education, which reinforces the need for changes in this context. With the intensification of the news, teacher identifications are reproduced, constructed and reconstructed in the media discourses, fostering the relationship between speech/representation and the condition of being a teacher. In this work, the interpretations and reflections are constructed through Critical Discourse Analysis, in dialogue with the fields of Social Psychology and Social Media Theory. For this purpose, the research is founded on the theoretical contributions of Fairclough (2016), Van Leeuwen (1996), Thompson (2009, 2014), Moscovici (2003), Citelli (2012), among others. The qualitative study seeks to perform a discursive analysis based on the assumptions of the Theory of Representations of Social Actors (VAN LEEUWEN, 1996), focusing on the genres of news stories, news articles and editorials, published in the state newspaper *O Popular*¹. The corpus of the investigation is composed of texts that contemplate the thematic clippings (education and attempted deployment of Social Organizations) and of temporal clippings (from December 2015 to February 2016), period of greatest circulation of news on the subject. This study is based on the premises that the relationship between discourse, identity and the media is rich in possibilities to question and understand beyond the text, unveiling the networks of power relations, as well as the attempts to legitimize hegemonic practices through discourse. The results indicate that this is a common practice of the newspaper *O Popular* to represent teachers in passive, indeterminate and/or generalized manner, as common people that are part of the "governed world".

Keywords: Critical Discourse Analyses. Teacher identity. Media. Social Organization.

¹ *O Popular* is the most widely read newspaper in the state of Goiás.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
Escolha metodológica.....	16
CAPÍTULO 1 – DISCUSSÃO EM TORNO DOS CONCEITOS DE DISCURSO, REPRESENTAÇÕES, IDENTIDADE(S) E MÍDIA	20
1.1 Identidade(s) na contemporaneidade.....	20
1.1.1 Identidade e Discurso	20
1.1.2 Identidade e Representações	23
1.1.3 Modos de identificação e Mídia.....	30
1.2 Mídia e formação social	33
1.2.1 História da mídia.....	33
1.2.2 O desenvolvimento do jornal no Brasil	39
1.2.3 O discurso da mídia como um elemento de formação social	40
CAPÍTULO 2 – ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	47
2.1 Neoliberalismo / Privatização das instituições públicas.....	47
2.2 Implantação de Organizações Sociais no Brasil.....	51
2.3 OSs para a educação.....	52
2.4 As Organizações Sociais para a educação em Goiás.....	60
CAPÍTULO 3 – PERCURSOS METODOLÓGICOS	63
3.1 Objeto temático	63
3.2 Natureza do estudo	64
3.3 Objeto midiático	65
3.4 Caracterização do objeto discursivo textual.....	69
3.5 Constituição do corpus	71
3.6 Categorias de análise	73
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS MODOS DE REPRESENTAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DO/A PROFESSOR/A NA MÍDIA GOIANA	77
4.1 Identificações do/a professor/a em uma perspectiva moral.....	81
4.1.1 O/a professor/a como transgressor da ordem pública.....	81
4.1.2 O/a professor/a como transgressor da lei	83
4.2 Identificações do/a professor/a em uma perspectiva profissional	84
4.2.1 O/a professor/a visto como agente exclusivo de ensino	85

4.2.2 O/a professor/a como profissional desqualificado, com saberes limitados	86
4.2.3 O/a professor/a como sujeito idealizado pelas políticas neoliberalistas	87
4.2.4 O/a professor/a como sujeito enfraquecido quanto à sua organização de classe.	89
4.3 Identificações do/a professor/a em uma perspectiva política	90
4.3.1 O/a professor/a visto como um sujeito apolítico	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	102

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Tema constante de textos publicados em veículos de comunicação, a educação é retratada sob diversas formas e abordagens. É principalmente através da mídia que a educação, nacional ou internacional, tem seus êxitos e fracassos retratados.

Este estudo pretende analisar e refletir sobre os modos de identificação de docentes no discurso midiático. Em particular, busca analisar como os/as professores/as são representados pelo jornal *O Popular*, em textos que tratam da tentativa de implantação das Organizações Sociais (OSs²) nas escolas públicas do Estado de Goiás. Para tanto, serão considerados os gêneros reportagem, notícia e editorial, que trazem um determinado olhar acerca do docente no contexto goiano, publicados no jornal *O Popular*.

O tema torna-se relevante no contexto atual da educação pública do Estado de Goiás, uma vez que a implantação das OSs configura um processo de mudança de paradigmas na gestão das escolas. Nesse cenário, a situação do/a professor/a tem sido amplamente discutida, propiciando a emergência de discursos nos quais as identificações de docentes são realizadas. Assim, buscamos conhecer que identificações são construídas em tais discursos.

Para a composição do corpus de estudo, foram adotados dois critérios: recorte temático e recorte temporal. Contemplam o recorte temático os textos que tratam sobre educação, no que diz respeito à tentativa de implantação das OSs nas escolas públicas do Estado de Goiás. Quanto ao recorte temporal, são considerados os textos publicados durante o período compreendido entre os meses de dezembro de 2015 e fevereiro de 2016, por ser o período de intensificação de ânimos e notícias acerca das OSs. Convém ressaltar que devido aos vários entraves enfrentados, o Governo do Estado não obteve êxito quanto à sua proposta relacionada às OSs.

Como já citado, existe uma tensão atual no contexto da educação pública do Estado de Goiás. O Governo do Estado propõe a implantação de OSs como forma de alcançar uma escola pública de qualidade, que seria mais organizada, mais ágil e onde professores/as e diretores/as estariam integralmente disponíveis para atender às necessidades dos estudantes. Argumenta que, com uma escola mais ágil, a gestão das unidades seria menos burocrática, o que permitiria melhorias na qualidade de ensino, além da estrutura, condições de segurança, qualificação dos/as professores/as, entre outros. O governo defende e justifica tal iniciativa

² Nos referiremos às Organizações Sociais como OSs por ser uma sigla recorrente na mídia.

como um avanço, já implantado, com sucesso, em outros países, e argumenta dizendo que se trata de parceria, fomento, e não terceirização. Porém, para efetivar tal implantação, seus efeitos provocariam uma mudança radical de paradigmas nas escolas públicas goianas.

Desde a divulgação da proposta do governo, em outubro de 2015, algumas organizações e grupos têm sistematicamente feito críticas à proposta de implantação das OSs. Coincidindo com um momento de instabilidade política do país, várias escolas foram ocupadas por estudantes e professores/as contrários ao sistema proposto pelo governo. As ocupações alcançaram um número expressivo de escolas, geraram debates na sociedade e na medida que o tempo avançava, foram se fortalecendo a ponto de conseguir adiar os procedimentos administrativos para a escolha da OS gestora das primeiras unidades de ensino. Como movimento de resistência, ganharam espaço na cobertura da mídia e por diversas vezes enfrentaram o governo a fim de impedir que a proposta de implantação fosse efetivada. Em algumas escolas os ocupantes foram acusados de estarem a serviço de grupos políticos partidários de oposição ao governo e de depredarem o patrimônio público.

O governo, em sua reação, é também acusado de forjar situações, agredir estudantes, manipular a mídia, cometer crimes nas escolas (tentando culpar os estudantes e professores/as) e de ter interesses obscuros. Sem sucesso nas negociações, por várias vezes, o governo recorreu à intervenção da polícia e até da justiça para garantir o funcionamento e a reintegração de posse das escolas. Esses pedidos de reintegrações de posse de escolas por parte do governo aconteceram sob alegação de que os ocupantes das escolas estariam inviabilizando a prestação de serviços públicos e causando danos ao patrimônio público. As instituições acadêmicas também se posicionaram sobre a situação, divulgando notas de repúdio em defesa aos professores/as e à educação pública. A mídia evidenciou tais conflitos exaustivamente, assim como as redes sociais, que foram utilizadas para a convocação de grandes mobilizações. A população acompanhou o embate, sempre polarizado, entre aqueles que são contra e os que são a favor.

Neste cenário de conflito de interesses, inevitavelmente, se situa a figura do/a professor/a, que tem sua profissão debatida, questionada, principalmente pela suposta incapacidade em gerir uma escola pública de qualidade, o que justificaria a iniciativa do governo estadual quanto às OSs.

A proposta de investigação desta pesquisa é motivada pela busca em entender, diante de um cenário conflituoso, onde existe uma intensificação das notícias, que demandam uma

produção discursiva das diversas esferas envolvidas, quais são as identificações docentes que são mobilizadas nesses e por esses discursos midiáticos.

A educação, assunto tão recorrente na mídia, tem ocupado lugares incomuns, passeando pelas páginas políticas e até mesmo policiais, e precisa ser tratada como prioridade pública e estratégica, ou seja, como responsabilidade de todos. O discurso de que o/a professor/a é um agente essencial e inerente à educação contribui para a construção de representações sociais do/a professor/a. Comumente, a docência é percebida como dom ou vocação. Nessa perspectiva, não se discutem as competências e habilidades inerentes ao ensino-aprendizagem e volta-se o debate para o papel salvacionista do/a professor/a na escola.

Estudos como Souza (2009) e Facci (2004) são exemplos de pesquisas que trabalham com a temática da valorização do/a professor/a e mostram que a reprodução do “discurso da valorização do/a professor/a”, amplamente divulgado nos dias atuais, é insuficiente para resolver os problemas educacionais. É necessário algo mais efetivo, como repensar e debater elementos sobre o que significa tal valorização. A mídia e suas variáveis, potenciais veículos de representações, são responsáveis por criar, reproduzir, culpabilizar, heroificar esse ou aquele sujeito pelos fracassos escolares ou pelo poder emancipatório da educação na vida de qualquer cidadão, atuando no imaginário de seus leitores/expectadores como verdades únicas.

O trabalho proposto é relevante porque a educação pública goiana vivencia uma situação ímpar. A tentativa de implantação das OSs mobilizou uma discussão em torno da educação pública e sua qualidade, colocando o/a professor/a no centro da discussão e, por se tratar de uma situação recente, ainda não existem estudos específicos acerca da temática. Aproveitando o momento, quando os focos estão voltados para tal problemática, esta é uma oportunidade pertinente para investigar sobre as representações e modos de identificação do/a professor/a.

Enxergando o valor da mídia para repensar sobre as imagens/identidades do/a professor/a, foi possível perceber, em um levantamento inicial, que alguns estudiosos têm dedicado seu tempo para discutir sobre tema semelhante. Convém citar como exemplo Silva (2012), cujos estudos foram guiados pelos pressupostos da Análise de Discurso para analisar reportagens acerca de um episódio envolvendo um professor de matemática que, ao elaborar problemas aritméticos, utilizou enunciados que retratavam o submundo da criminalidade, o que lhe gerou um inquérito policial. Ou ainda, Citelli (2012), organizador de um livro que trata das imagens dos/as professores/as na mídia.

Aliás, é possível elencar vários tipos de imagens de professores/as que circulam no meio midiático. Existem aqueles que são representados de maneira positiva, como pessoas/profissionais que são exemplos para seus alunos/as quando motivam e incentivam, ou ainda como profissionais que parecem blindados contra tudo o que depõe contra essa condição de apenas transmissor do saber, são apaixonados pela docência e inspiram enquanto ensinam. Há também aqueles que podem assumir papéis negativos, quando são apresentados como pessoas/profissionais desmotivados, desacreditados, que passam por muitas dificuldades e são provocados a todo instante para desistir da profissão.

Nos dias atuais, mais do que apontar erros, é importante repensar as práticas dos profissionais da educação, valorizando ou readequando o que é feito. Novas iniciativas têm surgido a cada dia, e a terceirização da escola pública é uma dessas possibilidades propostas. Assim, o incômodo com os diferentes discursos acerca das identificações dos/as professores/as e a sobrecarga de responsabilidades dentro e fora de sala de aula fomentaram uma reflexão sobre a necessidade de repensar os modos de identificação do/a professor/a nos dias atuais e de como, enquanto professores/as, seria possível mudar tal realidade.

Desse modo, a pesquisa busca analisar os vários discursos envolvidos na polêmica tentativa de implantação das OSs em Goiás. Para tanto, seguindo as considerações de Fairclough (2016), será necessário considerar o contexto sócio-histórico e as questões de ideologia, bem como refletir sobre a maneira que os elementos verbais contribuem na construção de tais discursos, acerca das identificações do/a professor/a.

Pretende-se, com a conclusão desta pesquisa, que ela seja um objeto que provoque uma reflexão sobre como os/as professores/as são vistos e como eles se veem, diminuindo assim o mal-estar docente.

Escolha metodológica

O presente estudo é fruto de trabalho de uma proposta interdisciplinar, lugar em que as áreas de Educação e Linguagens dialogam. Está concentrado na área de Processos Educativos, Linguagem e Tecnologias e pertence à linha de pesquisa intitulada Linguagem e Práticas Sociais. A interdisciplinaridade justifica-se quando é proposto um estudo que se fundamenta nas contribuições teóricas de diferentes áreas humanas, entre elas a Psicologia Social, a Teoria da Mídia e a Análise de Discurso.

Através de uma análise documental, foi realizada uma análise discursiva, pautada pelos pressupostos da Análise de Discurso Crítica (ADC), de textos noticiosos e opinativos publicados no jornal de circulação estadual *O Popular*. O recorte temporal contempla a cobertura do tema da implantação das OSs.

A perspectiva metodológica a ser utilizada é a qualitativa, já que pretendemos entender e interpretar fenômenos a partir de dados descritivos quando em interação com o objeto estudado. Para tanto, a análise documental se apresenta como uma opção coerente, pois os dados da pesquisa são extraídos de jornais, uma atual e valiosa fonte de pesquisa.

Conforme já dito, são analisados textos publicados no jornal mencionado, através dos quais procuramos refletir sobre a construção de identificações docentes que nele circulam. Os dados foram coletados através de textos dos gêneros reportagem, notícia e editorial, escritos e publicados em *O Popular*, cuja recorrência de tema é a educação e a implantação das OSs nas escolas públicas estaduais.

Visando contribuir para uma reflexão crítica acerca da construção discursiva da profissão docente em veículos midiáticos, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a construção de identificações docentes em discursos midiáticos, no contexto (decorrente do processo) de implantação das Organizações Sociais nas escolas públicas do Estado de Goiás.

Os objetivos específicos são:

- Analisar as identidades/representações docentes que se constroem no discurso da mídia goiana, jornal *O Popular*, no contexto de implantação das OSs;
- Refletir sobre as correlações de poder que estão presentes na construção das identificações docentes;
- Contribuir com o trabalho docente, propondo uma (re)significação de papéis, uma ponderação sobre a relação do ser e fazer docentes;
- Refletir sobre o papel da mídia e a maneira como ela influencia a sociedade no dia a dia.

Preocupados com a formação discursiva e ideológica, buscamos refletir e compreender sobre as seguintes questões: de que modo o jornal *O Popular* constrói as identificações do/a professor/a? De que maneira os vários discursos presentes no jornal *O Popular* representam os/as professores/ras, enquanto atores sociais, no contexto de implantação das OSs? Como esses discursos são percebidos e/ou contestados e contribuem para a formação de estereótipos de professores/as? Que representações docentes são mobilizadas pelos discursos veiculados

pelo jornal? Como se processam as relações de poder entre os/as professores/as e o Governo do Estado, diante da tentativa de implantação das Organizações Sociais?

Diante da contextualização do tema da pesquisa e da motivação em estudá-lo, na sequência, é feita uma breve exposição acerca dos pressupostos teóricos e da organização do estudo.

A discussão aqui apresentada é um estudo analítico e está delineada com o propósito de responder aos questionamentos suscitados na pesquisa, bem como atender aos objetivos propostos. Assim, a presente dissertação está dividida em quatro capítulos, conforme detalhamento a seguir.

O capítulo I traz as bases teóricas da pesquisa e é composto por duas seções. Na seção I consta a discussão do tema das identidades atrelado aos conceitos de discurso e representações e de modos de identificação junto à mídia. Cada um dos temas é discutido em diálogo com autores que norteiam os estudos sobre as temáticas propostas. Optamos por um caminho interdisciplinar, recorrendo a autores de diferentes áreas, a fim de conhecer mais sobre a temática em questão, as identidades docentes. Hall (2003), Woodward (2014) e Silva (2014), autores que mesclam disciplinas como Sociologia, Filosofia, Antropologia, entre outras, nos auxiliam nos estudos sobre a relação entre cultura e identidades, além de entender mais sobre as atuais *crises de identidades*.

No que diz respeito à área da Linguagem e do discurso, contamos com as contribuições de Foucault (1996), Moita Lopes (2002), Fairclough (2016), entre outros. Já para a temática das representações, tomamos emprestado da Psicologia Social as contribuições de Moscovici (2003) em consonância com Van Leeuwen (1996) e sua Teoria de Representações de Atores Sociais, que tem suas bases na Linguística Sistêmico-Funcional. Para a parte que contempla a discussão sobre mídia, dialogamos com Thompson (2009, 2014) e Citelli (2006).

A segunda seção do capítulo I é dedicada à relação entre mídia e formação social. Trata sobre a história da mídia e sua chegada no Brasil, bem como o surgimento do jornal impresso no país. Na sequência, refletimos sobre o discurso da mídia como um elemento de formação social, ou seja, desvelamos os modos como a mídia atua junto à formação da sociedade. Nesta seção, continuamos o diálogo com Thompson (2009, 2014) e, para a parte que contempla o discurso, contamos com Charaudeau (2015), que discute o tema da mídia, e

também Van Dijk (2005) e Fairclough (1995, 2003, 2016), relacionando-o às mudanças das práticas discursivas.

Considerando que o interesse consiste em entender a construção das identificações docentes no jornal *O Popular* em um contexto específico, a tentativa de implantação das OSs na educação pública do Estado de Goiás, o capítulo II é dedicado à discussão da temática que envolve tal proposta. Como o objetivo desse capítulo é entender um pouco mais sobre as OSs e privatização da Educação Básica, o estudo está organizado por seções que contemplam Neoliberalismo/Privatização das instituições públicas; Implantação de Organizações Sociais no Brasil; OSs para a educação; e As Organizações Sociais para a educação em Goiás. As contribuições teóricas de Fairclough (2016), Mészáros (2005) e Laval (2004), entre outros, nos ajudam a esboçar os rumos propostos para a educação do país.

Já no terceiro capítulo, amparados por Laville e Dionne (1999) e Lüdke e André (1986) apresentamos a metodologia empregada no trabalho, justificando as escolhas por um estudo de caráter qualitativo, realizado por meio de uma análise documental. Por essa razão, apresentamos as principais características da pesquisa, como objeto temático, natureza do estudo, objeto midiático, caracterização do objeto discursivo textual, além de apresentar as categorias de análise propostas por Van Leeuwen (1996) e sua Teoria de Representações de Atores Sociais.

O quarto e último capítulo é dedicado à discussão dos dados, onde apresentamos as análises aliadas às considerações teórico-metodológicas que embasam a pesquisa.

As considerações finais são o espaço reservado para retomar as perguntas de pesquisa e objetivos propostos, buscando ainda ressaltar os desdobramentos ao longo do percurso, bem como as contribuições do presente trabalho para os estudos relacionados à área.

CAPÍTULO 1 – DISCUSSÃO EM TORNO DOS CONCEITOS DE DISCURSO, REPRESENTAÇÕES, IDENTIDADE(S) E MÍDIA

1.1 Identidade(s) na contemporaneidade

1.1.1 Identidade e Discurso

No mundo contemporâneo, a instabilidade é constante. Todos nós vivenciamos mudanças a todo momento, podendo ocorrer em escalas globais, principalmente em contextos políticos e econômicos. O esperado é que elas também alcancem níveis locais e pessoais. Com o contexto brasileiro atual não é diferente. Testemunhamos a ascensão de agendas neoliberais que visam retirar do Estado a responsabilidade de promover o bem-estar social e a oferta de serviços básicos. Tais condutas podem atingir a população em todas as esferas de vida, alcançando as identidades e o modo como certas categorias profissionais são identificadas.

Diante de tanta variabilidade, identidades, entre elas as identidades profissionais, também são expostas nas relações sociais, dado seu caráter “fluido” e “não fixado na rigidez”, conforme defendido por Stuart Hall (2003). Segundo o autor, as identidades perdem sua estabilidade e ganham, na contemporaneidade, um caráter provisório, variável, estando suscetíveis ao declínio e constantes mutações. Assim, é essencial que o indivíduo desenvolva a capacidade de reposicionar suas identidades, quando não se reconhece nelas.

Mas de que maneira isso acontece? Segundo Woodward (2014, p. 20), “a identidade só se torna problema quando está em crise, quando algo que se supõe ser fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”. Atualmente, é recorrente o uso dos termos *identidade* e *crises de identidade* para tratar sobre características da sociedade contemporânea ou da modernidade tardia³. Todos acumulam várias identidades, em contextos sociais distintos, que são construídas tanto no coletivo como no pessoal. Estas são imbricadas, daí a possibilidade de gerar uma crise.

³ Termo utilizado pelo sociólogo Antony Giddens para definir um período marcado por transformações na sociedade, em suas várias facetas, seja na economia, política, educação, relações humanas ou outros. Não há consenso em relação ao termo utilizado para definir esse período, o importante é que todos tentam distinguir a era moderna daquilo que é considerado, de forma muito tênue, pós-moderno, quando as dúvidas e as incertezas promovem reconfigurações na vida da sociedade.

Diante de um contexto de mudanças sociais, políticas e econômicas, qualquer sujeito pode ficar mais suscetível a conflitos de identidades. A linguagem pode contribuir para desencadear tal conflito, uma vez que é também através dela que as identidades são (re)configuradas. Sobre isso, reverbera Woodward (2014, p. 8) ao afirmar que “as identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas [...] a representação atua simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações no seu interior”.

Interessados pelos desafios postos para os/as professores/as da atualidade, entre eles as questões relacionadas à identidade, lutas e relações de poder no exercício da profissão, resolvemos problematizar o contexto ao qual estamos expostos.

A educação pública goiana passa por uma fase de incertezas, diante da tentativa de implantação de OSs na gestão das escolas por parte do Governo do Estado. Por conta dessa possível mudança, a imprensa do Estado tem noticiado exaustivamente os conflitos e divergências sobre tal proposta. Junto aos textos que tratam sobre a temática e circulam nos principais veículos de informação do estado, surgem, nos discursos, identificações do/a professor/a, um dos principais atores sociais envolvidos e grande interessado nessa mudança de paradigmas para a escola pública goiana.

Representando a autoridade máxima no contexto descrito, o Governo do Estado de Goiás tem exercido o poder disciplinar das instituições (FOUCAULT, 1996) ao tentar seguir, a todo custo, com o projeto de implantação das OSs, mesmo contra a vontade da comunidade escolar. A manifestação desse poder ocorre principalmente através das relações sociais entre os interessados, quando as identificações/representações docentes são construídas na tentativa de enfraquecer a classe docente. Sobre isso, a relação entre identidade, discurso e poder, Foucault (1972 apud MOITA LOPES, 2002, p. 35) afirma que “as identidades não são escolhidas, mas são inscritas em relações discursivas de poder específicas nas quais são construídas”.

Fairclough (2016, p. 94) concebe o discurso como “modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação”. Moita Lopes (2002, p. 30), seguindo Fairclough (2016), defende a “natureza sociodiscursiva das identidades”. Nesse sentido, as identidades sociais são constituídas por meio da linguagem. O discurso é um processo de construção social, guiado por significados negociados entre os participantes, estando eles posicionados em relações de

poder. É agindo através discurso e do uso da linguagem que esses participantes constroem a sua realidade social e a si mesmos.

Foucault, Fairclough e Moita Lopes concordam que a construção de identidades, sejam elas coletivas ou individuais, acontece também por meio da linguagem, nas interações sociais, durante práticas discursivas, e que as identidades sofrem influência de fatores externos como o contexto social, histórico e cultural. Concordamos com a opinião defendida pelos autores, segundo a qual há uma relação entre discurso e mudança social. Além disso, o discurso serve ao exercício de poder. Por isso, somos motivados a estudar as identificações docentes construídas por discursos veiculados pela mídia, mais especificamente pelo jornal *O Popular*.

Comprometidos com as causas sociais e com as atividades discursivas presentes na sociedade e na carreira de professores/as, é necessário adotar uma postura crítica diante dos textos publicados pelo jornal. Assim, torna-se possível desconstruir os elementos que contribuem para a legitimação/cristalização do discurso de responsabilização do/a professor/a, comprometendo sua valorização profissional. Para tanto, é necessário problematizar os elementos de controle social, os discursos hegemônicos, as imbricações ideológicas, as relações de poder, as redes e práticas (inter)discursivas. Além disso, investigar sobre as condições de resistência ou vozes silenciadas pelo poder ou pelos discursos produzidos pelo suporte midiático analisado.

A linguagem e o contexto de conflito motivam a reflexão acerca da relação entre discurso e conjuntura. É a partir dessa relação que buscamos entender a (re)configuração das identidades docentes. Não diferente do esperado, o processo de construção de novas identificações geralmente é marcado por conflito, contestações e até mesmo uma crise. Como a identidade está vinculada a condições sociais e materiais, quando um grupo é posto como inimigo, ele pode sofrer sérios prejuízos como a exclusão social, o que ameaça os docentes goianos.

Finalmente, concordamos com Silva (2014, p. 81), quando afirma que “as identidades são resultado de um processo de produção simbólica e discursiva [...] são relações sociais e sua definição — linguística e discursiva — está sujeita a vetores de força e relações de poder [...]. Elas não são definidas, são impostas [...] e disputadas”.

Por isso, visamos contribuir criando condições para que “os professores tenham o direito de construir e assumir a responsabilidade de suas próprias identidades”

(WOODWARD, 2014, p. 36), sem que somente os outros determinem que lugar podem ocupar, como devem agir ou o que podem falar.

1.1.2 Identidade e Representações

Fairclough (2016, p. 72) defende que “as questões de subjetividade, identidade social e domínio do ‘eu’ devem ser de maior interesse nas teorias de discurso e linguagem, e na análise discursiva e linguística”. Segundo o autor, “as pessoas entram na prática e na interação social com identidades sociais que são pré-formadas, as quais afetam sua prática” (idem). Neste ponto, convém entender um pouco mais sobre representações/identificações.

É possível perceber que o conceito de identidade se sobrepõem, em alguns aspectos, com o de representação social, comum às áreas da Sociologia, Antropologia e Psicologia Social. Serge Moscovici (2003) faz referência ao termo “representações” como criaturas do pensamento ou ainda como produto de nossas ações e comunicações, sendo de responsabilidade da Psicologia Social estudar suas propriedades, suas origens e seu impacto. Por ser uma disciplina relacionada ao pensamento coletivo, é a que está melhor equipada para tais estudos.

O termo *representações* surge com Durkheim (1978) para definir a maneira como um grupo pensa em suas relações com os objetos e nas maneiras como esses objetos podem afetar tal grupo. O foco é deslocado para o coletivo, a sociedade, e não para os indivíduos. O diferencial para a Psicologia Social é que a disciplina considera representações sociais como um fenômeno. Sobre isso, Moscovici (2003, p. 49) esclarece que representações sociais “são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com o modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum”.

É nesse sentido que se diferencia o termo *social*, incorporado a representações, do termo *representações coletivas*, usado por Durkheim (1978). Segundo Moscovici (2003, p. 31), as representações sociais “regem o nosso pensamento”, que é organizado de acordo com um sistema já condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura. Elas estão presentes em todo e qualquer lugar, interferindo na compreensão de mundo. Podem ser criadas por pessoas e grupos, em um contexto de comunicação e cooperação, e não por um indivíduo, isoladamente. Quando criadas, “adquirem uma vida própria, circulam, se

encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem” (MOSCOVICI, 2003, p. 41).

Para Moscovici (2003), as representações sociais possuem duas funções:

- a) convencionalizar objetos, pessoas ou acontecimentos: atribuindo forma definitiva, categoria determinada e modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas;
- b) serem prescritivas, ou seja, se impor sobre nós: são combinações de uma estrutura já existente e de uma tradição que determinam o quê e como deve ser pensado, antes mesmo da nossa existência. São transmitidas ao longo do tempo por gerações anteriores a nós.

Intimamente relacionados às representações sociais estão o poder e o controle. Sobre isso, Moscovici (2003, p. 38) afirma que

o poder e a clareza peculiares das representações – isto é, das representações sociais – deriva do sucesso com que elas controlam a realidade de hoje através da de ontem e da continuidade que isso pressupõe. [...] Quando acontece uma mudança de hierarquia nas representações, ou se uma determinada imagem-ideia for ameaçada de extinção, todo nosso universo se prejudicará.

Um importante espaço de exercício de poder e controle e também uma fonte de conhecimento social e político é a mídia. De acordo com Van Dijk (2005), nossas crenças de mundo e, claro, as representações, advêm também da quantidade de informações que lemos ou escutamos diariamente. Para além de uma das principais fontes de informação, o jornal atua como um grande gerador de notícias e contribui diretamente para a manutenção das representações.

Por gozarem de grande prestígio social, é comum que os textos jornalísticos busquem exercer o poder e o controle através do uso da linguagem. Numa leitura mais atenta desse gênero, é possível perceber indícios de abuso de poder, relações de dominação/desigualdade/resistência. Graças à sua grande capacidade de persuasão, a mídia consegue utilizar a linguagem a fim de perpetuar valores e ideologias. Essa prática, muitas vezes, não é perceptível por parte do leitor e assim, valores ideológicos são transmitidos a fim de influenciar posicionamentos. Segundo Foucault (1996, p. 10),

o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. O discurso, apoiado sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos sempre uma vontade de verdade.

Brioli (2009) acrescenta que, para Foucault (1996),

o discurso não é apenas um objeto que traduz as lutas ou “sistemas de dominação”, mas o objeto por cuja posse lutamos. Sejam “dominantes” ou “dominados”, o discurso operará sempre para apoderar-se do “poder-saber” para a legitimidade de uma suposta verdade discursiva. (BRIOLI, 2009, p. 20)

Tal funcionamento interessa aos estudos da ADC e para esta pesquisa, pois, para além de instrumento de comunicação, a linguagem tem uma função social ampla, o que inclui ser um importante veículo carregado de significados e valores sociais. Não só em textos escritos ou orais, utilizamos a linguagem nas nossas relações sociais, em que experiências são representadas e compartilhadas. É também através das relações sociais e do uso da linguagem que surgem as representações. Sobre isso, afirma Moscovici:

Se nós estamos, hoje, muito interessados em fenômenos linguísticos, isso se deve, em parte, ao fato de a linguagem estar em declínio, do mesmo modo como estamos preocupados com as plantas, com a natureza e os animais, porque eles estão ameaçados de extinção. A linguagem, excluída da realidade material, re-emerge na esfera da realidade histórica e convencional; e, se ela perdeu sua relação com a teoria, ela conserva sua relação com a representação, que é tudo o que ela deixou. (MOSCOVICI, 2003, p. 47)

A relação entre linguagem e representação segue sendo um tema de interesse para estudos de diferentes áreas, como a Psicologia Social, aqui representada por Moscovici (2003); principalmente porque, conforme afirmado anteriormente, é através da linguagem que as representações vão sendo reconfiguradas e ressignificadas. A Sociologia também discute o tema das representações e pode ser representada nas palavras de Hall (apud CALDAS-COULTHARD; VAN LEEUWEN, 2004, p. 13), que entende a representação como

o processo através do qual membros de uma cultura usam sistemas de significação para produzir significado [...] Objetos, pessoas, eventos no mundo não têm em si mesmos qualquer significado fixo, final ou verdadeiro. Somos nós, em sociedade, que atribuímos significado às coisas e ao mundo que nos rodeia. Os significados, conseqüentemente, irão sempre mudar, de uma cultura ou período para outro.

O caráter transitório das representações destacado por Hall (2003) pode ser intensificado quando consideramos o suporte pelos quais elas circulam, entre eles, o jornal. Aliás, é relevante destacar que o jornal vivencia uma época de crescimento na interação com o leitor, o que interfere na recepção e assimilação das representações e identificações que ali são construídas. Desse modo, acredita-se ser necessário problematizar os textos jornalísticos a fim de entender como os atores sociais são ali representados, que posições assumem e que identificações são construídas a partir deles ou de sua relevância; no caso dessa pesquisa, o que denota o posicionamento ideológico do jornal *O Popular*.

Retomando o tema das representações, explicamos que junto a elas é comum haver a evocação de sentimentos, percepções, conceitos; e se uma representação muda, tudo isso muda junto, alterando a relação com os outros e com o mundo (MOSCOVICI, 2003). De repente, perde-se o referencial que se tem de determinado conceito. Isso pode acontecer com as representações/identificações de um ator social específico, o/a professor/a, por exemplo, nosso interesse maior, e do suporte para o qual voltamos nossa atenção, o jornal.

Outro autor dedicado aos estudos das representações (e alguns de seus trabalhos também são em textos jornalísticos) é Van Leeuwen (1996). A partir de uma proposta teórico-analítica que tem como base a Linguística Sistêmico-Funcional, o autor propõe a Teoria de Representações de Atores Sociais, que embasa nossas análises do corpus. Van Leeuwen (1996, p. 33) afirma que “os significados pertencem à cultura e não à língua”. Assim, é possível afirmar que as representações são específicas de cada cultura ou contexto, onde cada um tem sua maneira de representar seu mundo social. Silveira e Santos (2011, p. 315) acrescentam ainda que

a cultura organiza e regula as práticas sociais através da luta entre diferentes grupos sociais pela legitimação de certos significados em detrimento de outros, de forma que poderíamos dizer que a luta pela significação em uma dada cultura está relacionada com a luta pela legitimação dos significados nela implicados.

Os/as professores/as brasileiros/as sempre tiveram que enfrentar vários entraves para seguir na carreira. Desde a idade escolar, já somos expostos a discursos que desvalorizam a carreira docente, e, a todo momento, é possível perceber que os/as professores/as têm suas representações alteradas a depender do contexto sociopolítico, e passam a ser identificados como ameaça, fracasso, desprestígio, incapacidade. Quando características negativas são

atribuídas aos docentes, as chamadas crises de identidade podem ser desencadeadas. Sobre isso, Moscovici (2003) explica que

uma palavra e a definição de dicionário dessa palavra contém um meio de classificar indivíduos e ao mesmo tempo teorias implícitas com respeito a sua constituição, ou com respeito às razões de se comportarem de uma maneira ou outra – uma como que imagem física de cada pessoa que corresponde a tais teorias. Uma vez defendido e aceito este conteúdo, ele se constitui em uma parte integrante de nós mesmos, de nossas inter-relações com outros, de nossa maneira de julgá-los e de nos relacionarmos com eles; isso até mesmo define nossa posição na hierarquia social e nossos valores (MOSCOVICI, 2003, p. 39).

Por isso o perigo em ter identificações/representações de qualquer ator social, e não somente de professores/as, re(construídas) de acordo com contextos específicos e interesses particulares/sociais. Nem sempre o comportamento e as atitudes de um determinado ator social, correspondem às características que lhe são atribuídas, o que pode influenciar em julgamentos de valor, a fim de beneficiar ou prejudicar objetivos previamente estabelecidos. A elocução está vinculada ao status social do ator (VAN LEEUWEN, 1996).

Assim sendo, convém pensar na maneira como os/as professores/as, na condição de atores sociais, são representados discursivamente nos textos jornalísticos e que estratégias representacionais são utilizadas para isso, a fim de desvelar a posição deste discurso de poder perante um contexto específico, guiado por interesses que envolvem relações de disputa de poder.

Dessa forma, este estudo se concentra em interpretar como os/as professores/as são representados no discurso jornalístico, nos gêneros notícia, reportagem e editorial, em textos que tratem sobre a proposta de implantação das OSs nas escolas públicas do Estado de Goiás. Somos motivados a analisar criticamente as identificações docentes ali presentes, uma vez que elas não devem ser percebidas como uma verdade absoluta. Isto porque, a partir dos discursos veiculados nas páginas do jornal e das construções de identificações que ali acontecem, os/as professores/as podem sofrer consequências em seu ambiente de trabalho, bem como ser influenciados quanto a sua motivação para continuar desempenhando suas atividades diárias. Sobre isso, Moscovici (2003, p. 40) afirma que

as representações sociais se tornam capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade. É dessa maneira que elas são criadas, internamente, mentalmente pois é dessa maneira que o próprio

processo coletivo penetra, como o fator determinante, dentro do pensamento individual.

Como um instrumento necessário para mapear e analisar as identificações docentes, a Teoria de Representação de Atores Sociais (VAN LEEUWEN, 1996) consiste em um conjunto de categorias relevantes para investigar a representação de atores sociais no discurso e foi utilizada para analisar a distribuição de papéis e as relações sociais entre os participantes de uma prática social. Mais do que uma análise linguística, é um inventário sociossemântico de formas pelas quais os atores sociais podem ser representados num texto, pois, para o autor, de acordo com a intenção e o contexto no qual estão inseridas, as pessoas escolhem do sistema linguístico as estruturas que lhes parecem mais eficientes para construir suas representações. Assim, Van Leeuwen (1996) advoga em favor de ampliar as categorias de análise discursiva para além do componente linguístico, incorporando análises sociológicas. Para tanto, utiliza o termo *ator social*, explicando que seria “mais que um conceito, um grupo nominal”.

A teoria proposta acima foi aplicada aos textos que compõem o corpus, a fim de que seja possível perceber as maneiras como as relações entre estruturas léxico-gramaticais são estabelecidas, permitindo que determinados atores sociais sejam incluídos ou apagados nos discursos e que mecanismos linguísticos interfiram nessa relação. Ademais, é possível ainda estabelecer relação com outro conceito proposto por Van Leeuwen (1996) e entender como a *agentividade* é administrada pelo jornal, ou seja, quando os/as professores/as, atores sociais, são representados como agentes (praticam a ação) e quando são pacientes (recebem a ação) e se existe uma alternância desses papéis em diferentes ocasiões. É possível problematizar também a maneira como a distribuição de espaço é feita pelo jornal, investigando se isso acontece de maneira igualitária ou se um ator social tem mais oportunidades dadas para exercer sua voz.

Ao refletir sobre o direito e o espaço ofertado para a voz e expressão dos atores sociais, é possível estabelecer uma relação com as ordens do discurso tratadas por Foucault (1996). O autor explica que em nossa sociedade, não são todos que têm o direito de falar, muitos são excluídos, interditados e não tem valor de verdade para o que querem dizer. Além disso, os discursos exercem e estão suscetíveis a procedimentos de controle e delimitação, sejam eles internos ou externos. Dependendo do tipo de discurso e por onde ele circula, existem elementos que compõem esse processo, o que o autor chama de *ritual*. Tudo está

planejado e pensado para ser daquela maneira, desde a qualificação para os indivíduos que falam e o efeito causado sobre aqueles aos quais se dirigem os discursos até a proteção, o que o torna inacessível para alguns. Sobre isso, acrescenta o autor,

é certo que não existem mais tais “sociedades de discurso”, com esse jogo ambíguo de segredo e divulgação. Mas que ninguém se deixe enganar; mesmo na ordem do discurso verdadeiro, mesmo na ordem do discurso publicado e livre de qualquer ritual, se exercem ainda formas de apropriação de segredo e de não permutabilidade. (FOUCAULT, 1996, p. 40)

É válido ressaltar que um olhar mais apurado para o processo de re(construção) de representações/identificações e seus desdobramentos é relevante na medida em que evita a naturalização de discursos hegemônicos e fomenta o desenvolvimento de uma consciência linguística crítica. Vale lembrar que é através das representações/identificações que os sujeitos organizam e dão sentido a si mesmos e a tudo que os rodeia. Além do mais, essa pesquisa visa contribuir para o que Fairclough (2016) aponta como um fato negligenciado nos estudos da linguagem e análise do discurso: a influência do papel do discurso na construção do “eu”. O autor afirma que,

quando se enfatiza a construção, a função da identidade da linguagem começa a assumir grande importância, porque as formas pelas quais as sociedades categorizam e constroem identidades para seus membros são um aspecto fundamental do modo como elas funcionam, como as relações de poder são impostas e exercidas, como as sociedades são reproduzidas e modificadas. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 218)

Dessa forma, torna-se relevante refletir sobre a maneira como a representação dos atores sociais é feita pela mídia, a fim de entender quem são aqueles que têm o direito de falar e como a distribuição de espaço é feita entre tais atores. Considerando que discurso é um modo de ação, uma prática social (FAIRCLOUGH, 2016), é através dele que indivíduos ou grupos podem exercer ou resistir ao controle, construir identidades para modificar a sociedade ou até mesmo, se for o caso, impedir essa mudança.

Considerando que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento a sua volta” (FOUCAULT, 1996, p. 26), convém pensar no jornal como um lugar de circulação de representação e interpretações acerca dos/as professores/as, atores sociais, diante de um contexto de relações de poder, a tentativa de implantação das OSs nas escolas públicas do Estado de Goiás.

O jornal *O Popular* tem uma importante força midiática, pois informa diariamente grande parte dos leitores goianos e, como consequência, influencia e regula as percepções dos leitores sobre o que ocorre em seu entorno. Assim, de acordo com o que Fairclough (2016) alerta, a mídia tem predileção por modalidades objetivas, sendo capaz de transformar interpretações de eventos complexos e confusos em fatos e disseminar de maneira que perspectivas parciais sejam universalizadas. Daí a necessidade de problematizar as práticas da mídia e as implicações ideológicas das maneiras como os atores sociais são ali representados.

Acreditamos que os/as professores/as brasileiros/as, como qualquer outro trabalhador ou indivíduo, precisam enfrentar desafios diários no exercício de sua profissão, sendo parte deles lidar com as identificações docentes que circulam na sociedade. Moscovici (2003, p. 40), afirma que “todas as interações humanas, surjam elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações”. Sendo assim, na escola ou fora dela, ou ainda, em qualquer ambiente coletivo, os/as professores/as estão expostos e como profissional ou indivíduo, o docente fica mais vulnerável à influência de ideologias e dessas representações. Isso acontece porque sua atuação extrapola o ambiente de ensino e aprendizagem e ganha espaço na sociedade, destacando-se como um agente social e formador de opinião. Desse modo, em uma proposta unilateral como a tentativa de implantação das OSs por parte do Governo do Estado, receber críticas de professores/as pode ser desagradável para qualquer governo autoritário. Quando os/as professores/as não são aliados ou deixam de atender aos interesses hegemônicos, podem sofrer represálias e ser silenciados ou, ainda, carregar representações impostas por pessoas que regem os rumos da educação.

Após discutir o tema de identidade relacionado ao discurso e às representações, avançamos na discussão para desvelar as maneiras como as vozes da mídia trabalham as identidades docentes.

1.1.3 Modos de identificação e Mídia

Os meios de comunicação guardam uma relação direta com a evolução das sociedades. Eles estão presentes entre nós desde o século XV, quando ainda funcionavam em situações precárias, até os dias atuais, em que a evolução dos meios eletrônicos é constante. É também por meio dos meios de comunicação que as informações e conteúdos simbólicos circulam, as

transformações culturais acontecem, bem como o contato entre diferentes povos. Eles oferecem ainda a possibilidade de documentar tais manifestações ao longo da história.

Quando pensamos em mudanças sociais de longo prazo, a mídia exerce um importante papel para a contribuição destas, pois, segundo John Thompson (2014, p. 7), “a mídia passou a moldar o mundo em que vivemos”.

Na atualidade, a mídia exerce um papel fundamental para a formação do pensamento político e social, funcionando como um importante instrumento de organização e exercício de poder. Aliás, sobre poder, é possível entendê-lo como

a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências. No exercício do poder os indivíduos empregam os recursos que lhe são disponíveis; recursos são os meios que lhes possibilitam alcançar efetivamente seus objetivos e interesses (THOMPSON, 2014, p. 26).

O poder exercido por um indivíduo tem relação direta com a posição que ele ocupa dentro de um campo ou instituição. Portanto, quanto mais elevada é a posição ocupada, ou seja, mais dominante, maior são os recursos disponíveis para que o poder seja imposto aos que lhe são inferiores.

O desenvolvimento dos meios de comunicação tornou possível uma maior percepção sobre o uso do poder nas relações sociais, o que motivou estudos sobre o tema. Thompson (2014), em seu estudo acerca da teoria social da mídia, considera o poder um *fenômeno social* e, para tanto, elenca diferentes tipos de poder e sua relação com diferentes tipos de atividades que o ser humano desempenha.

Os tipos de poder apresentados pelo autor são: o poder econômico, o poder político, o poder coercitivo e o poder simbólico. O poder econômico está ligado à atividade humana produtiva, ou seja, com a provisão dos meios de subsistência. Já o poder político está relacionado à atividade de coordenação de indivíduos e da regulamentação dos padrões de sua interação. Quanto ao poder coercitivo, este implica o uso ou ameaça de força física para subjugar ou conquistar um oponente. Por último, o poder simbólico guarda relação com a produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas. Nas seções seguintes explanaremos mais sobre o uso do poder na mídia, aplicado ao objeto de estudo desta pesquisa: a construção das identificações docentes.

Por enquanto, convém ressaltar a relevância dos meios de comunicação como um ambiente de interação, capaz de transformar a vida social das pessoas. Sobre isso, Thompson (2014, p. 26) afirma que “o uso dos meios de comunicação implica a criação de novas formas de ação e interação no mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo”. Assim, é possível entender que identificações são construídas pela mídia, operando pelo uso da palavra.

De acordo com Citelli (2006, p. 176), “as palavras postas em circulação nos/pelos meios de comunicação, graças a sua enorme capacidade de produzir significados, velam e desvelam, constituem e restringem: como num baile de máscaras cobrem, recobrem e descobrem”.

Acreditamos que é através da mídia que as formas simbólicas são difundidas de maneira generalizada e por isso nosso interesse em entender como essas construções são feitas. Compreendemos a mídia, e mais especificamente o jornal, como um local de “produção, armazenamento e circulação de materiais que são significativos para os indivíduos que os produzem e os recebem” (THOMPSON, 2014, p. 35). Como um documento escrito, o jornal veicula informações que possuem um alto poder de fixação. Porém, por ser uma publicação diária, as informações ali presentes não estão isentas de sofrer alterações e podem variar de uma edição para outra. Vale destacar, ainda, o jornal como uma tradicional fonte escrita, utilizada ao longo dos anos como fonte de pesquisa e hoje, assim como no caso desta pesquisa, um corpus privilegiado de interpretação.

A educação e seus desdobramentos são temas recorrentes dos veículos de comunicação. As práticas pedagógicas, os conflitos enfrentados e as dificuldades da carreira docente sempre são temas abordados em matérias de jornais de cidades brasileiras. Costa alerta para o poder do conteúdo difundido pelos meios de comunicação, afirmando que “produzem imagens, signos e significações que atuam diretamente nas práticas sociais ‘orientando’ e até ‘ordenando’ saberes sobre as novas formas de ver, ser e estar no contexto sociocultural” (2012 apud CITELLI, 2012, p. 70). Desta maneira, refletir sobre o papel do/a professor/a na sociedade contemporânea, bem como sobre a maneira que a construção de identificações docentes tem sido feita através da mídia, é um esforço significativo, principalmente quando é considerada a relação entre mídia e linguagem.

Dominique Maingueneau (2008, p. 40) afirma que “o discurso jornalístico é de certa forma antecipadamente legitimado, uma vez que foi o próprio leitor que comprou o jornal.

Assim, apresenta-se como quem responde a demandas explícitas ou não, dos leitores”. Tal discurso legitimado ganha força quando é considerado o contexto sociopolítico em que o corpus foi produzido. No caso da presente pesquisa, os textos veiculados pelo jornal abordam os embates entre governo, profissionais da educação, alunos/as e sociedade diante de uma proposta de mudança de paradigmas da escola pública goiana. O discurso do governo ganha força quando é endossado pelo discurso jornalístico, ou seja, quando o espaço dado aos demais envolvidos na polêmica tentativa de implantação não é feito de uma maneira igualitária. Sobre isso, concordamos com as ideias de Thompson (2014, p. 38) ao afirmar que “os Estados se tornaram particularmente, centros importantes de concentração do poder no mundo moderno” ou ainda “sistemas de autoridade”.

Portanto, considerando a comunicação como uma forma de ação, capaz de gerar uma mudança social, a relação entre identidade e mídia é relevante para refletir sobre as formas simbólicas, representações e/ou identificações construídas por meio da linguagem e transmitidas, em larga escala, pelos veículos de comunicação. Buscamos desvelar como as vozes da mídia atuam frente às relações de poder que envolvem os rumos futuros da profissão docente, bem como da educação pública do Estado de Goiás.

Nas seções seguintes buscamos aprofundar a discussão sobre mídia, através de um histórico que contempla também sua chegada e atuação no Brasil, bem como a relação com a sociedade.

1.2 Mídia e formação social

1.2.1 História da mídia

Antes do surgimento da imprensa, no século XV, a troca de informações e notícias era feita de uma maneira muito precária, o que não impedia a comunicação entre pessoas e lugares diferentes. As informações circulavam através de quatro diferentes redes de comunicação: i) a igreja católica; ii) autoridades públicas dos Estados e principados; iii) a atividade comercial; e iv) o contato entre comerciantes, mascates, entretenedores ambulantes, contadores de histórias e trovadores que circulavam entre cidades comentando sobre acontecimentos em diferentes lugares.

Posteriormente, com a criação de serviços postais regulares, o comércio de notícias foi se fortalecendo, ainda com muita dificuldade, já que, na circulação entre diferentes cidades, eram utilizados cavalos e carruagens que se deslocavam por estradas muito precárias. Estradas de ferro demorariam a aparecer, para assim diminuir o tempo na transmissão das mensagens.

O surgimento dos jornais, no século XV, foi fundamental para a consolidação dessa rede de comunicações. No início da era moderna, a imprensa surgiu com a finalidade de produzir e disseminar notícias. A princípio, os jornais eram produzidos no formato de folheto informativo e seu conteúdo era composto por sentenças oficiais ou oficiosas, decretos do governo, folhetos polêmicos, descrições de eventos particulares, fenômenos naturais, extraordinários ou sobrenaturais. Tais publicações eram avulsas, irregulares e sua distribuição acontecia através de vendas nas ruas das cidades. Posteriormente, na segunda metade do século XVI, as publicações passaram a ser periódicas e tinham como conteúdo, principalmente, notícias e informações de caráter político, comercial, entre outros.

Somente no início do século XVII, as cidades que faziam parte de rotas comerciais como Colônia, Frankfurt, Antuérpia e Berlim tornaram-se os primeiros centros de produção de jornais. Nessa época, os jornais já tinham o formato próximo do que conhecemos hoje e já circulavam com periodicidade. As notícias veiculadas chegavam por meio de chefes postais que eram responsáveis por recolhê-las em suas regiões e enviá-las para as principais cidades. Assim, todos os relatórios dos chefes postais eram reunidos, e davam origem às notícias, organizadas em parágrafos curtos, detalhados por datas e locais de origem.

A princípio, os jornais tratavam sobre notícias “de fora”, uma vez que não tinham liberdade para discutir assuntos políticos internos. A relação entre jornal e política foi por muitos anos censurada, principalmente na França e Inglaterra, e a liberdade de imprensa só foi alcançada no final do século XIX, através da constituição de muitos estados ocidentais europeus.

Quanto ao público leitor, Thompson (2014, p. 111) destaca que “enquanto os jornais dos séculos XVII e XVIII tinham como alvo principal um setor restrito da população mais influente e mais instruído, a indústria dos jornais dos séculos XIX e XX se dirigiu para um público cada vez mais vasto”.

O número de leitores crescia, e o jornal era fundamental para a venda de bens e serviços. Com o avanço das sociedades e das tecnologias, a mídia também evoluiu a ponto de se tornar uma importante e influente indústria. Sobre isso, Thompson (2014) destaca três

importantes tendências fundamentais para o desenvolvimento da indústria da mídia na contemporaneidade:

- 1) a transformação das instituições da mídia em interesses comerciais de grande escala: mercado pelo surgimento de grandes grupos;
- 2) globalização da comunicação: proliferação dos canais de comunicação e de difusão de informação. Processo estruturado e de caráter desigual, beneficiando mais a uns do que a outros;
- 3) o desenvolvimento das formas de comunicação eletronicamente mediadas.

Uma vez considerada a indústria midiática ao redor do mundo, é possível perceber que poucas e grandes empresas (como jornais, canais de televisão e empresas de mídia) ocupam um lugar de destaque e detêm poder e privilégios na circulação de notícias e informações. Thompson (2014) trata sobre o tema, sendo enfático quando aponta como negativa a concentração na mão de poucos, grandes corporações que exploram organizações menores através de subcontratos e prestação de serviços. O autor utiliza o termo *conglomerados de comunicação* para definir os grandes grupos que mantêm o controle de distribuição de informações e circulação de formas simbólicas. Ainda sobre isso, Thompson (2014, p. 302) alerta que “os conglomerados de comunicação verbal são atores-chave na produção e distribuição de bens simbólicos”.

No contexto brasileiro, é perceptível a plausibilidade da afirmação do autor acerca dos conglomerados de comunicação. Inclusive, é possível exemplificar com a presente pesquisa. O jornal *O Popular*, de onde são extraídos os textos para investigação do objeto desta pesquisa, pertence ao Grupo Jaime Câmara que, por sua vez, é filiado ao Grupo Globo, a maior empresa de mídia do Brasil e a segunda maior emissora comercial do mundo (segundo a empresa RD1 Audiência)⁴. Assim, fica evidente a grande concentração de poder econômico, simbólico e a capacidade de exercícios de poder, que influenciam na circulação de *formas simbólicas*. Nesse sentido, de acordo com Thompson (2014, p. 90), tais elementos “fornecem as bases institucionais para a produção de informação e conteúdo simbólico e sua circulação em escala global”.

⁴ As informações consultadas estão disponíveis em: <https://goo.gl/L6HFpg>. Acesso em: 11 nov. 2017.

Ainda sobre o desenvolvimento da indústria da mídia, é necessário destacar que o processo de globalização da comunicação foi possível graças ao

desenvolvimento das redes de cabos submarinos, a instalação de satélites integrados a sistemas de cabo capazes de transmitir grandes quantidades de informação ao redor do mundo, com o crescimento dos conglomerados multinacionais da comunicação que expandem suas atividades comerciais numa arena global, e com um mercado global em expansão de produtos de comunicação e informações, a globalização continuou a crescer sem limites (THOMPSON, 2014, p. 300).

Retomando a questão do poder, este sempre esteve associado à atuação da mídia, sendo objeto de preocupação desde os primeiros pensadores liberais de dois séculos atrás. Para eles, “a principal ameaça à liberdade individual e de expressão provinha do Estado: os direitos do indivíduo tinham de ser protegidos contra o uso excessivo de poder do Estado” (THOMPSON, 2014, p. 300).

Desde então, o jornal sempre foi considerado como um o espaço de liberdade, não só da imprensa, como de qualquer cidadão. Thompson (2014, p. 299) explica que pensadores liberais como

Jeremy Bentham, James Mill e John Stuart Mill viram a liberdade de expressão da opinião através de uma imprensa independente como meio principal de divulgação de pontos de vista diferentes, de formação de uma opinião pública esclarecida, e de controle dos abusos de poder de governos corruptos e tirânicos. Uma imprensa livre e independente iria desempenhar o papel de um crítico cão de guarda; não somente articularia uma diversidade de opiniões, enriquecendo assim a esfera do conhecimento e do debate, mas também exporia e criticaria as atividades dos governantes e os princípios em que baseavam suas decisões.

Porém, para garantir o jornal como uma importante ferramenta de liberdade de expressão de pensamentos e opiniões, seria fundamental que este fosse independente do Estado. Na atualidade, existe um atrelamento entre os interesses do Estado e os jornais de maior visibilidade. Esse fato reduz a independência jornalística e pública, o que pode significar, a longo e médio prazo, um comprometimento na transmissão dos eventos narrados.

Além disso, os interesses comerciais, a lógica guiada pelo lucro e a concentração da mídia na mão de grandes organizações também têm ameaçado a liberdade de expressão da mídia. A competição por espaço entre grandes grupos e pequenos jornais tem resultado na extinção de algumas publicações. A consequência disso é a diminuição de espaço e oportunidades para que os sujeitos possam falar e se fazer ouvir. Para sobreviver, muitos

jornais se aliam ao governo, o que facilita e permite a manutenção do uso excessivo de poder do Estado. Sobre isso, Thompson (2014, p. 300), defende que

a liberdade de manifestar opiniões e pensamentos em público, por mais desconfortável que seja para as autoridades estabelecidas, é um aspecto vital da ordem democrática moderna – um aspecto que ainda não é absolutamente característico de todos os regimes políticos no mundo hoje.

Para garantir autonomia e sistematizar a atuação da mídia, Thompson (2014) advoga em favor do que chama de *princípio do pluralismo regulado*. O autor explica que o princípio estabelece certos parâmetros para o desenvolvimento e atuação das instituições da mídia. O maior pressuposto do princípio é “pedir uma intervenção legislativa nas indústrias da mídia [e também exigir] uma nítida separação entre as instituições da mídia e o exercício do poder do Estado” (THOMPSON, 2014, p. 303).

É preciso refletir e criar mecanismos a fim de garantir uma mídia livre para

articular pontos de vistas críticos às políticas e aos políticos do Estado, e qualquer tentativa de restringir esta liberdade – quer através de formas abertas de censura, quer indiretamente, através de pressões financeiras, ameaças ou incentivos de qualquer tipo, deveria ser firmemente repelida (THOMPSON, 2014, p. 303-304).

Então, muitas vezes a imprensa pode sofrer interferência do Estado no intuito de exercer censura e controle, ou, ainda, as próprias organizações da mídia ficam reféns do Estado, quando precisam de permanente apoio político ou financeiro para sua própria sobrevivência.

Ainda sobre a atuação da mídia nos dias atuais, convém abordar outro fator relevante, o contexto de produção de notícias, que também tem sofrido mudanças. Quando se trata sobre meios de comunicação e transmissão de informações é muito comum o termo “comunicação de massa” ser utilizado. Thompson (2014, p. 50) alerta para o uso inadequado do termo, uma vez que “(...) massa é enganoso quando evoca uma vasta audiência de muitos milhares e até milhões de indivíduos”, o que pode ser uma realidade na modernidade, mas não no passado, quando a audiência era pequena e especializada ou restrita. O autor ensina que o termo “massa” “deve ser utilizado sem ser reduzido a uma questão de quantidade” e sim estar relacionado à disponibilidade para os destinatários.

Continua Thompson (2014), sobre outra interpretação errônea para o termo “massa”, que está relacionada às condições de recepção dos destinatários como sujeitos passivos. Na atualidade, os produtos da mídia não só são recebidos pelos indivíduos, como são interpretados e incorporados por eles, ou seja, ressignificados. Não só acreditamos, como concordamos com o autor sobre o impacto da mídia na vida dos indivíduos. Tanto que, nesse estudo, somos motivados a entender sobre a construção das identificações docentes através da mídia.

Concordamos ainda com o autor quando ele afirma que

devemos abandonar a ideia de que os destinatários dos produtos da mídia são espectadores passivos [...] e descartar a suposição de que a recepção em si mesma seja um processo sem problemas, acrítico, e que os produtos são absorvidos pelos indivíduos como uma esponja absorve água (THOMPSON, 2014, p. 51).

Outro fator que tem sofrido impacto na atualidade é a recepção dos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação. No caso do jornal, fonte desta pesquisa, até poucas décadas atrás, o fluxo de mensagens era predominantemente de sentido único, ou seja, a mensagem somente chegava ao leitor. O produtor não tinha uma resposta imediata acerca do conteúdo publicado. Porém, tal situação tem mudado. A capacidade de intervenção ou contribuição dos receptores tem aumentado com as redes sociais. Acerca dessa mudança, Thompson (2014, p. 63) afirma que

com o desenvolvimento das telecomunicações, a velocidade da comunicação se torna virtualmente instantânea. O mundo parece um lugar cada vez menor: não mais uma imensidão de territórios desconhecidos, mas um globo completamente explorado, cuidadosamente mapeado e inteiramente vulnerável à ingerência dos seres humanos.

Na atualidade, é possível acompanhar quase que em tempo real, a recepção de conteúdos veiculados pelos meios de comunicação, principalmente os jornalísticos. Aliás, até a repercussão dessas “coberturas” são noticiadas, seja pelo lado positivo ou negativo, e às vezes dão a oportunidade aos produtores de “rever” ou “prestar contas” do que ou da maneira como as coisas são ditas. Tais ocorrências foram observadas ao longo da coleta de dados e também nos interessam, já que consideramos as condições de produção, distribuição e recepção (FAIRCLOUGH, 2016) do discurso veiculado pelo jornal *O Popular*.

1.2.2 O desenvolvimento do jornal no Brasil

O ano de 1808 marcou a chegada da imprensa no Brasil. Até então, não era permitido que as notícias circulassem de forma escrita. Inicialmente, no mês de maio, foi criada a Imprensa Régia, uma junta composta por autoridades que tinham por função examinar tudo o que se desejava publicar, a fim de garantir que a religião, o governo e os bons costumes não fossem afrontados. Somente em setembro do mesmo ano circulou o primeiro jornal, *A Gazeta*.

O surgimento da imprensa no Brasil só foi possível graças a transferência da corte portuguesa para a colônia, gerando várias transformações políticas, sociais e econômicas para o país. Nessa época, os jornais que eram considerados oposição precisavam ser impressos no exterior, como no caso do *Correio Braziliense* (também conhecido como *Armazém Literário*), outra publicação que inaugurou a atuação da imprensa no país.

Essas publicações se diferenciavam quanto aos posicionamentos políticos e ideológicos, o que também determinava sua continuidade enquanto periódico. Em tempos de censuras feitas pela Coroa, as críticas feitas ao regime e ideologia da época provocavam o fechamento de vários títulos de jornais, ou ainda, aqueles que se sentiam ameaçados eram obrigados a continuar as publicações, fazendo circular suas edições na clandestinidade.

O desenvolvimento e modernização da imprensa só aconteceu durante a transição do regime de Monarquia para República. O que antes era produzido de modo artesanal passou a ser interesse de grandes empresários. Eles fizeram altos investimentos tanto na produção, agora feita em larga escala, quanto na distribuição, fazendo chegar o exemplar de maneira mais rápida e eficaz às mãos dos leitores. Aos poucos, o que tinha surgido com um caráter opinativo deu lugar ao informativo, que prevalece até os dias atuais. Além do conteúdo político e informativo, os jornais também foram agregando conteúdos culturais, quando passaram a trazer críticas literárias e resenhas.

Com o início do século XX, outros meios de comunicação foram surgindo, e o jornal ganhou concorrentes como o rádio, a televisão e, recentemente, a internet, todos envolvidos com a difusão de notícias. Ao longo dos anos, o jornal acompanhou a história democrática do país e também passou por censuras, perseguições, represálias e até prisões de colaboradores. Ainda assim, não deixou de ser um dos principais atores sociais, um espaço de reflexão, contextualização e aprofundamento dos acontecimentos da sociedade, ou seja, de grande relevância político-social.

O surgimento de novas tecnologias de informação e comunicação impactou na maneira de fazer notícia. Atualmente, os meios de comunicação precisam atender ao constante fluxo de informação e fazer isso em tempo real. Em tempos de expansão da mídia digital, muitos jornais têm criado plataformas virtuais, o que permite o acesso ao seu conteúdo de uma forma globalizada e instantânea.

No Brasil, no ano de 1995, o *Jornal do Brasil* inaugura essa tendência e leva o seu conteúdo para a rede, criando uma página do jornal na internet. Em 2012, tal jornal decidiu suprimir as atividades de sua edição impressa e optou por continuar seus trabalhos somente no ambiente virtual. Essa tendência também tem sido seguida por outras publicações no país.

1.2.3 O discurso da mídia como um elemento de formação social

De acordo com Bauman (2005), a família, o Estado e a religião são elementos importantes na constituição das identidades das pessoas e em um mundo guiado pela fragilidade de relações, são os únicos grandes pilares que se apresentam de maneira sólida. Essa fragilidade permeia os relacionamentos e interações, exigindo que o indivíduo esteja sempre disponível para mudanças que podem acontecer no âmbito pessoal, nas relações sociais, nas instituições, nas construções culturais, entre outros. Como essas mudanças acontecem de maneira muito rápida, cabe ao sujeito estar constantemente pronto e aberto, disposto a contornar obstáculos e dissolver barreiras em uma mobilidade cada vez mais temporal (BAUMAN, 2012).

Na atualidade, a diversidade de ideias, comportamentos e condutas ao nosso redor nos faz rever princípios e crenças a todo momento. Sobre isso, Bauman (2005, p. 8) propõe o termo *modernidade líquida* para definir a sociedade contemporânea como “um mundo repleto de sinais confusos, propenso a mudar com rapidez e de forma imprevisível”. Nesse contexto, tudo é efêmero, passa e não dura. O *homem líquido-moderno* se caracteriza pelo seu desapego e dificuldade em estabelecer vínculos, sejam eles de relacionamento, compromissos e vive em constante instabilidade.

A mídia é parte fundamental responsável por essa instabilidade, exercendo uma grande influência sobre a sociedade na construção e desconstrução de referências. Ela se configura como um agente propulsor capaz de moldar os indivíduos a cada dia, construir a opinião pública, “disseminar pensamentos, ditar comportamentos e padrões, analisar o cotidiano e

disseminar ideologias e políticas para as quais estamos sempre expostos” (BAYER; ROSÁRIO, 2014, p. 1).

Para além da importância no desenvolvimento da humanidade, a mídia e seu discurso são agentes poderosos e podem agir conforme interesses próprios ou alheios, a fim de legitimar práticas hegemônicas exercidas por grupos dominantes. Bayer e Rosário (2014, p. 1) alertam que

através de uma seleção de conteúdos a mídia tem o poder da construção da realidade, que é um poder simbólico. Esse poder simbólico procura reproduzir uma ordem homogeneizada de tempo e do pensamento, com um único objetivo, a dominação de uns sobre os outros. Com isto, criam sujeitos incapazes de contestar o que se lhes é apresentado de forma a garantir a ordem, a torná-los submissos e dominados.

Considerando o processo de formação do senso crítico, o perigo está em aceitar o discurso da mídia como uma verdade absoluta, sem questionamentos. Bayer e Rosário (2014, p. 2) esclarecem que “os meios de comunicação desvirtuam o senso comum através da dominação e manipulação popular, através de informações que, nem sempre, são totalmente verdadeiras”.

Ao longo do que foi apresentado, é possível perceber que a mídia tem um papel fundamental da vida social das pessoas. Mas como ela age e atua junto à sociedade? Como a mídia e os meios de comunicação manipulam seus leitores/espectadores? Temos por interesse refletir sobre o papel da mídia e a maneira como ela influencia a sociedade no dia a dia. Para tanto, é preciso prestar atenção quanto ao seu funcionamento, às características estruturais e estratégias discursivas usadas por ela e ao modo como esses discursos se relacionam no cotidiano, bem como são percebidos.

Tudo começa pelo que dizer, ou seja, informar sobre o quê? Charaudeau (2015, p. 94-95) chama de *acontecimento* “todo fenômeno que se produz no mundo”. O acontecimento é sempre construído e está situado no *mundo a comentar*, o que gera a notícia. Para o autor, o que se fala sobre o acontecimento é chamado *propósito*, ou seja, é o assunto e pode variar de acordo com a visão das pessoas que recebem a notícia. O acontecimento é estruturado a partir de dois olhares: de um lado, o olhar do sujeito que produz o texto, a notícia, transformando o acontecimento bruto em acontecimento significativo, do outro lado, o olhar do sujeito que interpreta a notícia segundo sua própria competência.

Na mesma linha de raciocínio, Van Dijk (2005) explica que essa interpretação pode ser comprometida pela falta de poder [ou compreensão] dos leitores. O acesso ao conteúdo

torna-se limitado (passivo) ao discurso dos *media*⁵ e pode impedi-los (os leitores) de perceber (por completo) os textos informativos ou os acontecimentos abordados nele.

Esta pesquisa pensa a mídia a partir de uma perspectiva interdisciplinar, isto é, interpreta os textos jornalísticos não só como um discurso, mas como uma prática social capaz de gerar mudanças significativas na sociedade. Para tanto, procuramos explorar o discurso da mídia em seu contexto de produção, distribuição e recepção para entender sua influência na sociedade.

Para explicar o processo de surgimento/produção de uma notícia, Charaudeau (2015) apresenta o *processo evenemencial*⁶, que pode ser entendido como o processo de construção do acontecimento a partir de outros conceitos como *modificação*, *percepção* e *significação*⁷. O autor afirma que

para que um acontecimento possa ser apreendido, é necessário que se produza uma *modificação* no estado do mundo fenomenal, geradora de um estado de desequilíbrio, que essa *modificação* seja *percebida* por sujeitos (ou que estes julguem que houve modificação) num efeito de “saliência” e que essa percepção se inscreva numa rede coerente de *significações sociais* por um efeito de “pregnância” (CHARAUDEAU, 2015, p. 99-100).

O efeito de *pregnância* consiste na necessidade de o sujeito reconhecer que houve uma mudança, que pressupõe uma intervenção (do sujeito) que atenda a um novo desejo de reorganização do mundo. Diante do exposto, é possível perceber que notícias não são geradas e disseminadas aleatoriamente. Elas são selecionadas, escolhidas, planejadas, estruturadas para atender a determinados interesses e passam por um processo detalhado até, conforme o planejado, ganhar significação junto aos leitores. Fairclough (1995, p. 54) assegura que “o uso da linguagem sofre influência de causas e efeitos, fatores que não temos consciência. O uso do poder não é claro para as pessoas”, ao contrário do que muitos suspeitam. Aliás, é relevante dizer que a mídia funciona como um instrumento de exercício de poder próprio ou de outras instituições. Van Dijk (2005, p. 78-79) trata sobre o tema como *poder social da imprensa* e sobre isso afirma que

os atores sociais mais poderosos podem controlar o discurso [da mídia] determinando ou selecionando o tempo e o espaço, os participantes, as audiências, os atos de fala possíveis (como comandos ou pedidos), as

⁵ Termo usado por Van Dijk (2005) para fazer referência à mídia.

⁶ O termo é usado pelo tradutor como sinônimo de um processo de construção do acontecimento, ou seja, um processo narrativo.

⁷ Para maiores informações acerca dos conceitos citados ver Charaudeau (2015).

agendas, os tópicos, a escolha da linguagem, o estilo, as estratégias de delicadeza ou de deferência e muitas outras propriedades do texto e da fala. Desta forma, podem determinar basicamente quem pode dizer (ou escrever) o quê, a quem, sobre o quê, de que modo e em que circunstâncias. Portanto, assumimos aqui que o poder social de um grupo ou instituição (e de seus membros) é proporcional à quantidade de gêneros e de propriedades de discurso que eles podem controlar.

Ao disseminar conteúdos culturais, sociais, econômicos e principalmente políticos, entre outros, a mídia pode manipular as informações conforme seus intuitos comerciais ou não, a fim de atingir determinadas formas de agir e pensar da sociedade. Para Van Dijk (2005, p. 74) o *poder social*, do qual a mídia goza, é definido como

uma relação social entre grupos e instituições envolvendo o controle por parte de um grupo (mais) poderoso ou instituição (e de seus membros) das ações e mentes (dos membros) de um grupo menos poderoso. Esse poder pressupõe por via de regra um acesso privilegiado a recursos socialmente valorizados, como força, riqueza, rendimento, conhecimento ou estatuto. O poder dos *media* é geralmente simbólico e persuasivo, no sentido em que esses têm principalmente o potencial de controlar, até certo ponto, as mentes dos leitores ou telespectadores, mas não o de controlar diretamente as suas ações.

O uso do poder por parte da mídia sempre irá acontecer, em maior ou menor intensidade, conforme os interesses das principais instituições presentes entre nós. O que pesará nessa relação de poder com a mídia é o grau de autonomia e independência dos sujeitos, não sendo passivos quanto às informações que recebem e estando alertas para os possíveis abusos de poder. Para Fairclough (2016) o discurso também pode servir como uma prática de resistência, através do qual o sujeito pode transformar suas práticas discursivas a fim de contestar formações discursivas/sociais de dominação. Em contrapartida, o exercício e as relações de poder entre a mídia e seus consumidores também podem agir de forma positiva. O engajamento em campanhas, a conscientização e o amplo esclarecimento da população acerca de questões cotidianas são exemplos da relevância em alcançar uma grande quantidade de pessoas. Assim, fica evidente que a relação com a mídia pode resultar na formação de uma sociedade mais pacífica ou resistente para as constantes mudanças sociais.

Além do poder, a ideologia também está intimamente relacionada com o discurso como um dos momentos das práticas sociais. Tanto o poder quanto a ideologia são exercidos através de práticas discursivas. Conforme destacado por Thompson (2014, p. 87), “os mais

poderosos gozam de recursos privilegiados através dos quais podem também ter acesso a diferentes tipos de discurso”.

Em variadas situações de interação podem existir o discurso público e o discurso privado, ambos influenciados pela mídia. O discurso público é disponível e praticado por todos, nas diversas esferas sociais. Já o discurso privado só acontece em contextos específicos e não é acessível para toda a sociedade. Pessoas que ocupam certos cargos ou posições sociais têm mais oportunidades e acesso aos discursos privados (médicos, políticos, autoridades, professores/as, etc.) sendo frequentemente procurados pela mídia para opinar ou serem, elas próprias, temas de notícias.

Pensando no contexto desta pesquisa, é possível citar como exemplo os/as professores/as. Por supostamente terem acesso a diferentes tipos de pessoas, livros, conteúdos e materiais, ou seja, diferentes tipos de discursos, os/as professores/as ocupam uma posição social de destaque. Uma simples mensagem emitida por eles pode alcançar vários sujeitos e, quanto mais sujeitos afetados, maior é o alcance do poder discursivo.

Outro fator relevante sobre o discurso midiático e seu impacto na sociedade está relacionado aos conteúdos veiculados. Fairclough (1995) pondera sobre o uso da linguagem como um instrumento de reprodução e manutenção de identidades, relações, sistemas de conhecimento e crenças existentes. Van Dijk (2005, p. 63) acrescenta que

a maior parte do nosso conhecimento social e político e das nossas crenças sobre o mundo deriva das dúzias de relatos noticiosos que lemos ou vemos todos os dias. Talvez não haja outra prática discursiva, para além da conversação cotidiana, que seja tão frequentemente exercida e por tantas pessoas como são as notícias da imprensa e da televisão.

Temas polêmicos, desigualdades sociais, lutas das minorias, entre outros, são pautas recorrentes na mídia. As práticas discursivas da mídia com relação a um determinado tema definem rumos e determinam como a sociedade lidará com ele.

A título de exemplificação, abordarei a relação da mídia com alguns temas que geram debates na sociedade. No que diz respeito ao racismo, a imprensa continua sendo o ator social mais efetivo na sua reprodução, pois o negro tem pouco ou nenhum espaço na mídia, seja para falar sobre o tema enquanto vítima ou ainda para trabalhar dentro das redações. Práticas como essas alimentam a hegemonia branca como modelo e a marginalização dos negros. Quando o tema envolve lutas de poder das minorias, geralmente a mídia, por exemplo, os jornais ou a

televisão, posicionam-se, de maneira sutil, ao lado do grupo dominante, legitimando as desigualdades. Poucos são os que desempenham o papel de oposição.

Sobre isso, de acordo com Van Dijk (2005, p. 90) “os *media* raramente desempenham o papel de agentes de mudança e iniciam uma mudança sociocultural”. Já sobre as lutas de classe, o autor afirma que os trabalhadores só têm valor de notícia quando suas lutas envolvem violência e greves. Argumenta Van Dijk (2005, p. 91) que isso acontece porque não representam o que chama de *formações sociais relevantes*. Além disso,

a exploração, os riscos para a saúde nas fábricas, bem como qualquer outra situação relativa à gestão ou aos proprietários (já para não falar do sistema capitalista inteiro) poderiam ser culpados, são ignorados ou pouco relatados (...) as greves tendem a ser cobertas como um problema para o público, senão como uma ameaça para a economia.

Para além de uma ferramenta de comunicação, Fairclough (1995, p. 59) afirma que “os textos da mídia são barômetros para que mudanças culturais se manifestem”. Assim, a mídia influencia a sociedade e vice-versa. Em um contexto no qual existem ordens do discurso diversificadas, um corpo social rígido e conservador costuma permitir somente práticas discursivas mais estáveis, engessadas, enquanto que em uma sociedade mais flexível as práticas discursivas são mais variáveis. Assim, uma coletividade mais liberal, livre de preconceitos, permite que os discursos sejam mais livres, podendo até contemplar lutas políticas e ideológicas.

No mundo contemporâneo, a tolerância não tem sido a mesma com posturas e comportamentos preconceituosos, unilaterais, o que pode incluir os discursos midiáticos. As mudanças sociais e culturais são rápidas e contínuas e “os meios de comunicação desempenham um papel importante na reflexão e estímulo de processos de mudanças mais gerais” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 61). Desse modo, os discursos midiáticos que não fomentam a igualdade, contribuem para a manutenção da discriminação e das desigualdades ajudando a fortalecer grupos hegemônicos e padrões ocidentais.

Dessa forma, concordamos com Vieira e Ramalho (2016, p. 12), ao afirmarem que o discurso é “uma forma de agir no mundo e se relacionar, de representar e de identificar a si, a outrem e a aspectos do mundo”. Bayer e Rosário (2014, p. 4) corroboram com tal pensamento ao afirmarem que

em uma realidade complexa como a nossa, a mídia desempenha um papel garantidor da manutenção do sistema capitalista, fomentando o consumo,

ditando regras e modas e agindo sobre interesses comerciais. A mídia notoriamente tem papel importante na conjuntura social atual, pois exerce influência em todos os campos, seja na família, na política e na economia, inculcando na população uma forma de agir e pensar importante para a manutenção da ordem.

A imprensa hegemônica tem uma participação fundamental na legitimação de interesses, políticas, ações e não age sozinha. Junto às outras instituições que nos cercam, a mídia tenta manipular e controlar o acesso ao seu conteúdo, para assim disseminar as ideologias que atendem aos interesses dos grupos de elite. Daí vem a motivação desta pesquisa, a necessidade de problematizar o discurso midiático. É fundamental que todos reflitam sobre o papel da mídia, a fim de não compactuar com práticas discursivas que não concordam.

Diante do exposto, é possível perceber que a mídia atua de maneira a moldar o pensamento da sociedade. Deste modo, essa pesquisa tem como proposta estudar a relação entre a mídia e a análise de discurso para além das estruturas textuais. Concordamos com Van Dijk (2005) quando buscamos revelar o que não aparece, identificar posicionamentos, julgamentos, opiniões, crenças avaliativas e ideologias. Para tanto, será fundamental incorporar o valor social, ou seja, considerar os contextos cognitivo, social, político e cultural para a construção de identificações docentes no jornal *O Popular*, diante da tentativa de implantação das OSs na educação pública do Estado de Goiás. Será nosso próximo passo para avançar na discussão.

CAPÍTULO 2 – ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

2.1 Neoliberalismo / Privatização das instituições públicas

Palavras como competição, poder e desigualdade têm feito cada dia mais sentido na sociedade contemporânea. Em vários contextos que um sujeito vivencia, ele é pressionado a cumprir metas e resultados e, assim, é comum perceber que o êxito nem sempre alcança a todos os que lutam. Em um país com proporções tão grandes, a começar pelo território, tem sido cada vez mais complicado cuidar do país sem tamanha interferência alheia. Assim, seguimos assistindo às poderosas organizações internacionais interferirem no contexto brasileiro, a fim de alcançar o tão almejado desenvolvimento. Sobre isso, Fairclough (2016, p. 317) acrescenta que

governos nacionais estão cada vez mais incorporando a rede de práticas mais abrangentes que incluem não apenas outros governos, mas também agências internacionais intergovernamentais e patrocinadas por governos – tais como a União Europeia, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, redes comerciais, entre outros.

Tal desenvolvimento deve estar de acordo com os padrões neoliberais e, para isso, várias e profundas mudanças precisam ocorrer nas instituições. Entre elas está a escola, espaço onde justiça e igualdade deveriam ser resguardadas a todos e que também tem sofrido graves interferências. De acordo com Fairclough (2016, p. 313), “os discursos de administração de empresas colonizaram domínios do serviço público, tais como a educação”.

Entretanto, o que seria o Neoliberalismo? Classificado como uma vertente do Liberalismo, o Neoliberalismo fortaleceu-se no fim da década de 1980 e pode ser caracterizado como uma doutrina que dita as regras das políticas econômicas internacionais. Defende a pouca intervenção do governo no mercado de trabalho, a política de privatização de empresas estatais e a livre circulação de capitais internacionais. Com ênfase na globalização, busca por abertura da economia para a entrada de multinacionais, pela adoção de medidas contra o protecionismo econômico e pela diminuição dos impostos e tributos excessivos. Na atualidade, poderosos órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) representam o ideário neoliberal.

Dito de outra forma, o Neoliberalismo constitui-se em uma tendência teórica e política de ordenamento do mundo capitalista que

questiona e põe em xeque o próprio modo de organização social e política gestado com o aprofundamento da intervenção estatal. Menos Estado e mais mercado é a máxima que sintetiza suas postulações, que tem como princípio chave a noção de liberdade individual (AZEVEDO, 2001, p. 11).

Como qualquer outra forma de política, esta não é diferente e visa estabelecer condições para que a população possa usufruir de bens e serviços coletivos. Assim, a prioridade do Neoliberalismo consiste em promover a liberdade econômica das grandes organizações que detêm o poderio financeiro mundial e, para tanto, é preciso ampliar seus alcances e conquistar novos territórios.

Os discursos dos grandes e poderosos órgãos mundiais, como o FMI e o BM, articulam a reconstrução econômica que encontra suas bases no processo de globalização com as questões de qualidade total, de flexibilização da produção que gera uma nova relação de trabalho e mão de obra e, portanto, novas exigências também à educação. Assim, como parte de qualquer grande projeto, a educação tem grande importância para o projeto neoliberal.

Além de preparar mão de obra para o mercado, a educação exerce um importante papel, pois pode legitimar a desigualdade como um instrumento básico para a manutenção do sistema econômico. Aliás, para os fins neoliberais a educação pode ser moldada a fim de fomentar a concorrência e restringir as possibilidades de acesso a todos, de maneira igualitária. Por isso, a relação entre educação e políticas públicas (orientada via órgãos internacionais) precisa ser pensada a partir de uma relação estreita: a educação deve ser uma das prioridades de investimento entre os diferentes bens e serviços coletivos, não podendo ser desvinculada quando se pensa em políticas públicas.

O Neoliberalismo promove práticas que legitimam os interesses dominantes, e como não poderia deixar de ser, as novas políticas educacionais advindas dele seriam mecanismos de perpetuação e reprodução do sistema capitalista. Diante de tais circunstâncias, suas políticas visam o controle e a fiscalização, o poder de ordenar e dizer o que pode e não pode ser feito. Tal postura não combina em nada com o que se espera da educação. A educação precisa ter como objetivo maior a emancipação, a fim de promover a liberdade. “Educação não é negócio, é criação. Educação não deve qualificar para o mercado, mas para a vida [...] educação não é mercadoria” (MÉSZÁROS, 2005, p. 9).

Uma vez entendido o potencial da política neoliberalista, bem como a necessidade em expandir seus interesses para a educação como uma instituição necessária para a efetivação de

tal sistema na sociedade contemporânea e capitalista, convém conhecer mais sobre sua difusão no contexto brasileiro.

Termo recorrente do mundo contemporâneo, a palavra globalização é largamente utilizada para explicar diferentes fenômenos ao redor do mundo. Esta pode influenciar e provocar mudanças em todas as esferas da vida de um indivíduo, tanto no aspecto individual, como comportamento e crenças, mas principalmente no que se refere ao social.

Compartilhamos das ideias de Souza (2010) que pensa a globalização a partir de um mundo complexo e múltiplo, onde ocorre, de maneira desenfreada, a circulação de valores e diferenças, o que pode resultar em possíveis conflitos. Explica o autor que o mundo globalizado cria condições para que o fluxo seja intenso, o que ocorre com pessoas, informação ou capital. Por conta desses fluxos, a todo momento as pessoas estão buscando suprir suas necessidades, sejam elas pessoais, sociais, econômicas etc.

As constantes trocas geradas pela globalização podem intensificar as diferenças entre culturas e povos, o que resultar na manutenção de desigualdades dentro de uma sociedade. De acordo com Foucault (1996), em toda e qualquer sociedade estão presentes as relações de poder que nos regem socialmente de forma assimétrica e desigual. Nesse contexto sociopolítico e econômico, a globalização tem contribuído para a proliferação do Neoliberalismo. Como discutido anteriormente, este conceito está relacionado ao campo político, mas também deve ser considerado no campo ideológico. Na atualidade, o termo não está restrito aos interesses políticos e cada vez mais ameaça a relação entre sociedade, Estado e serviços públicos, gerando um processo de “globalização neoliberal”.

No Brasil, o Estado é, legal e constitucionalmente, responsável por garantir o acesso aos bens públicos, entre eles, saúde e educação, ficando sob sua responsabilidade a administração dos mesmos. Porém, o que temos percebido é um Estado vulnerável, enfraquecido e não comprometido com os interesses e bens públicos. Assim, diante desse cenário, o Neoliberalismo encontra um terreno fértil e se fortalece como uma força hegemônica, onde o mercado dita as regras e padrões para a sociedade. O discurso difundido é de um Estado ineficiente em sua gestão, logo, precisa ter sua atuação reduzida para não ameaçar a liberdade de todos. O mercado seria o novo “regente” da vida social e a terceirização na gestão dos serviços públicos seria uma alternativa viável para atender tal demanda. Porém, nem tudo pode ser tão vantajoso como parece. Quais seriam os benefícios gerados para a população mediante tal “parceria”?

É fundamental considerar que um mercado guiado pelo lucro não tem interesse em garantir o bem-comum a todos. Ao contrário, cria restrições e afronta a liberdade quando dificulta o acesso aos serviços públicos. Assim, manter as desigualdades sociais é considerado algo vantajoso e necessário para a sociedade por proporcionar certo “dinamismo” para a economia e para o mercado.

Nesse contexto de competição, lucro e ampliação de mercado, órgãos mundiais como o FMI e o BM são protagonistas e responsáveis por garantir a expansão da globalização neoliberalista ao redor do mundo. Para tanto, ditam as regras, controlam e exigem a implementação de medidas que atendem aos interesses das políticas neoliberais. A ampliação da atuação e lucro da iniciativa privada para variados setores econômicos, até então geridos (como obrigação) pelo Estado, agora são considerados novos campos, e guardam em comum a utilidade pública e os benefícios sociais que vêm sendo privatizados ao longo dos últimos anos.

Nesse processo, o apoio de grandes empresários é fundamental para que os interesses neoliberais se fortaleçam. São eles que “investem” na educação visando “resultados rápidos com o ensino a fim de atender ao mercado, como se esse fator, empregabilidade, fosse o cerne da educação” (LAVAL, 2004, p. 117). Quando isso acontece, as consequências podem ser incertas para a população em geral, como o corte com gastos voltados para o social, privatizações e inclusive ameaças aos direitos que foram adquiridos por meio de lutas das classes sociais ao longo de muitos anos.

Para que a globalização neoliberalista avance é preciso criar mecanismo que os países mais “periféricos” passem por reformas neoliberais. Aliás, é importante ponderar que as reformas, sejam no contexto educacional ou não, não dependam de uma ideologia ou de um governo, e nem aconteçam para atender aos interesses da autoridade do momento. No caso das reformas educacionais, para além da componente política, elas devem ser feitas para a atualização de métodos de ensino e não para atender aos anseios da classe dominante.

No Brasil, a educação é o alvo da vez e representa uma rica fonte de recursos para os grandes empresários do país, que são inspirados e motivados por semelhantes iniciativas internacionais. Como um dos precursores no país, o Estado de Goiás propõe a implantação das OSs na gestão das escolas públicas estaduais, iniciativa que configura o processo de mercantilização da educação, além de ser um tipo de modelo privatista que pode comprometer o futuro da educação pública e gratuita no estado.

2.2 Implantação de Organizações Sociais no Brasil

A partir da segunda metade do século XX, o mundo passou por profundas mudanças no sistema econômico. A intensa aceleração do desenvolvimento tecnológico e a melhoria no acesso aos transportes e comunicações ditaram uma nova dinâmica no capitalismo internacional. A globalização promoveu uma integração das economias e dos mercados, diminuindo as barreiras e incentivando uma maior competição entre as nações.

Nesse contexto de competitividade, a responsabilidade do Estado aumenta. Com a função de proteger seus cidadãos, cabe ao Estado garantir eficiência na prestação dos serviços públicos de qualidade. Assim, tanto o crescimento econômico quanto social de um país pode viabilizar o fortalecimento de empresas nacionais, de modo que elas tenham condições de concorrer no mercado internacional.

Há muito tempo a estrutura do Estado brasileiro tem sua eficiência comprometida na gestão dos serviços públicos e atividades sob sua responsabilidade. Diante de tal situação, surge a possibilidade de descentralizar responsabilidades e a associação entre Estado e capital privado tem se intensificado a cada dia.

A década de 1990 marcou uma fase importante para o Brasil, pois foi a partir da implantação do Plano Real que o Brasil alcançou a estabilidade financeira. Desde então, o governo está imbuído em ampliar a abertura do país para o mercado e capital estrangeiro, visando a concorrência no contexto internacional. Como consequência disso, as privatizações têm acontecido de maneira desenfreada e são cada vez mais frequentes.

Já comum em outros países, no contexto brasileiro as OSs surgiram como uma possibilidade de descentralização de responsabilidade, conhecida também como “terceirização dos serviços” e vêm alcançando todos os níveis de administração: federal, estadual e municipal.

Com atuação em vários estados brasileiros, como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, as OSs e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) foram regulamentadas através das Leis nº 9.637/1998 e nº 9.970/1999, que permitem o repasse de serviços públicos para “empresas” sem fins lucrativos, ou seja, “filantrópicas”. Apesar de se apresentarem como entidades sem fins lucrativos, há controvérsias quanto aos reais interesses e a não obtenção de lucros na execução dos serviços almejados. Tais entidades vêm atuando

essencialmente na área da saúde (hospitais públicos), mas têm expandido seus serviços para outros campos como cultura (conservatórios e escolas de música e artes) e educação (ensino público).

Sob a alegação de gerar uma maior eficiência no funcionamento dos serviços públicos, o que denota um enfraquecimento do Estado, as OSs vêm conquistando novos terrenos nos estados brasileiros e agora ganha espaço no contexto goiano.

2.3 OSs para a educação

A década de 1990 foi marcada por importantes mudanças para o Brasil, dentre elas, a aprovação de um Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRA), parte da reforma administrativa feita no país. Tal reforma, aprovada em 1995, buscava uma administração mais gerencial, focada não no processo, mas no controle e nos resultados. Assim como a reforma, o PDRA abriu caminho para que o governo pudesse terceirizar a execução de serviços, até então, executados primordialmente pela esfera pública.

Diante da ineficiência ao executar serviços públicos indispensáveis para o crescimento econômico e social do país, o governo buscava uma alternativa para suprir tal demanda. Com a finalidade de garantir a prestação de serviços de qualidade, em 2004, o governo cria e aprova a Lei nº 11.079, que possibilita a criação das Parcerias Público-Privadas (PPPs), antecessoras das OSs. Trata a lei sobre as normas gerais para licitação e contratação de PPPs no âmbito da administração pública, ou seja, concessão de serviços públicos em âmbito federal, estadual e/ou municipal.

Desde então, as PPPs têm atuado em diversas áreas, como saúde, cultura e educação, sendo esta última mais recente. A educação pública, atividade que, legal e constitucionalmente, deveria ser exclusivamente executada pelo Estado, tem passado por constantes transformações por conta do grande interesse da iniciativa privada. O que é classificado como parceria, nada mais é que um convênio firmado entre o governo (poder público) e entidades (privadas e filantrópicas), sem fins lucrativos. No contexto escolar, trata-se da gestão de escolas públicas por parte da iniciativa privada e surgiu como uma alternativa para o sistema educacional brasileiro, já que são muito frequentes em outros países como Estados Unidos e Chile.

O primeiro argumento utilizado para convencer a sociedade acerca dos benefícios da parceria é a possibilidade de fazer uma gestão eficiente dentro das escolas, garantindo melhores condições quanto à área pedagógica, instalações físicas, materiais, equipamentos, professores/as, formação docente continuada, entre outros. O Estado fica responsável por regular, fomentar e fiscalizar as atividades executadas pelas entidades privadas. Porém, segundo reportagem da revista Nova Escola, publicada em outubro de 2012, o governo que optou por estabelecer convênios com tais entidades, tem enfrentado dificuldades para fiscalizar o trabalho das entidades privadas, bem como garantir que elas sigam o padrão estabelecido pela rede pública.

Quando consultada pela revista Nova Escola, Ana Benedita Brentano, formadora de professores/as de Educação Infantil do Instituto Avisa Lá – São Paulo, afirmou que "por falta de pessoal na Secretaria ou excesso de autonomia das unidades, a supervisão não é feita a contento". A reportagem denuncia ainda que, ao contrário do prometido e esperado, o grupo de professores/as que lecionam nessas unidades são negligenciados em sua jornada diária, remuneração e formação continuada.

Outra denúncia trazida pela reportagem, mais grave e preocupante, trata das mensalidades cobradas. Como os repasses feitos pelo governo são irregulares e em valores defasados, tornam-se insuficientes para custear as despesas da escola, e por conta disso, já existem casos de prefeituras que autorizam as cobranças de mensalidades por parte da escola, o que é inconstitucional.

Nesse contexto, o capitalismo e suas exigências para atender ao mercado vão moldando a sociedade e ditando transformações. Bobbio (2007, p. 26) afirma que essas transformações podem acontecer de duas formas: *processo de publicização do privado* "que reflete o processo de subordinação dos interesses do privado aos interesses da coletividade representada pelo Estado que invade e engloba progressivamente a sociedade civil" ou seu inverso, chamado *processo de privatização do público* "que representa a revanche dos interesses privados através das formações dos grandes grupos que se servem de aparatos públicos para o alcance dos próprios objetivos".

Como exemplos de PPPs presentes na área educacional, convém destacar algumas iniciativas de maior relevância e destaque em âmbito nacional e regional. O próprio Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado em 2011, pelo Ministério da Educação, durante a gestão da presidente Dilma, trata-se de uma PPP. Tem por

objetivo ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica para formação inicial, continuada ou qualificação profissional. Tais cursos são oferecidos, de forma gratuita, nas

escolas públicas federais, estaduais e municipais, nas unidades das instituições dos serviços nacionais de aprendizagem/Sistema S (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT), em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio (BRASIL, 2011, s/p).

Outra PPP reconhecida é Escola Estadual Cícero Dias, em Recife. Foi criada em 2006, especialmente para fazer parte do Núcleo Avançado em Educação (NAVE), uma iniciativa do grupo Oi Futuro, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco. Além de Pernambuco, também firmaram parceria com o Governo do Rio de Janeiro. O NAVE se autodenomina “um instituto de inovação e criatividade” ou ainda como “uma escola de ensino médio integrado do ensino profissionalizante, um centro de pesquisa e inovação e um centro de disseminação”. O instituto possui frentes que atuam nas áreas da educação, cultura, inovação social e esporte. De acordo com informações disponibilizadas no site⁸ da organização, o NAVE é

um programa voltado para a pesquisa e desenvolvimento de soluções educativas que utiliza as tecnologias da informação e da comunicação para capacitar estudantes do Ensino Médio para profissões na área digital. [...] O programa tem como compromisso central criar metodologias inovadoras de ensino e aprendizagem em diálogo com as tecnologias da informação e da comunicação, com o intuito de trazer o cotidiano para dentro da sala de aula e explorar o que se vê na escola e também fora dela, melhorando significativamente a qualidade da educação (NAVE, 2012, s/p).

Já no contexto goiano, pode-se destacar como exemplos as várias escolas conveniadas da cidade de Anápolis, que também se caracterizam como PPPs. As parcerias são firmadas com a prefeitura da cidade e as escolas municipais passam a ser geridas por instituições privadas. É comum que essas instituições tenham vínculo com igrejas situadas na cidade. São

⁸As informações sobre a Escola Estadual Cícero Dias e o Núcleo Avançado em Educação (NAVE) foram pesquisadas em material elaborado pelo Grupo Oi Futuro e está disponibilizado no site, podendo ser acessado através do link: <https://goo.gl/aFvAhy>. Acesso em: 06 fev. 2018.

as chamadas escolas confessionais, onde os princípios, objetivos e as formas de atuação são pautados em uma determinada religião, seja ela cristã, evangélica, espírita, entre outras.

O crescente número de PPPs atuando na educação, bem como a tentativa de implantação das OSs no Estado de Goiás, evidencia que os interesses na educação pública brasileira têm sido pautados pelo capital, visando a obtenção de lucros acima de qualquer outra coisa. A grande quantidade de escolas conveniadas na cidade de Anápolis e sua proximidade com Goiânia, a capital (o que desviaria o foco de resistência presente em maior quantidade na capital), podem ser motivos que influenciaram na escolha do Governo do Estado por começar a implantação das OSs pela cidade.

Também a prefeitura de Anápolis tem planos parecidos para o futuro da educação municipal. Ao longo do ano de 2017, os jornais da cidade destacaram a mobilização dos/as professores/as da rede contra os planos de terceirização da educação municipal de Anápolis. Os docentes temem um desmontem na educação, bem como sentem seus direitos conquistados ao longo da carreira ameaçados. Diante dos protestos e da pressão popular, o prefeito recuou, porém, os planos continuam para os próximos semestres.

A tentativa de implantação das OSs nas escolas públicas estaduais rompe com a ideia dos convênios, ou seja, uma terceirização mascarada. É comum acompanhar pela mídia a intensa divulgação de escolas conveniadas e/ou terceirizadas como modelos bem-sucedidos ou, ainda, como uma oportunidade de sistematizar novas práticas pedagógicas, a fim de garantir um ensino de qualidade. Porém, são ações que evidenciam uma troca danosa, na qual a esfera pública deixa de ser a sociedade de iguais, cedendo lugar à esfera privada, à sociedade dos desiguais e pautada pelos interesses econômicos, comprometendo a educação em sua função essencial, a emancipação.

Vale lembrar que as polêmicas envolvendo as OSs não se restringem à proposta de implantação nas escolas estaduais de Goiás. Várias outras dúvidas permeiam a discussão sobre essas organizações e são argumentos para aqueles que questionam o modelo: quem são esses grupos? Como surgiram? Quais os reais interesses junto ao serviço público? Quais as experiências anteriores com a área educacional? Todas essas dúvidas e preocupações incidem em saber quem são as entidades que querem administrar as escolas públicas de Goiás.

No contexto goiano, as OSs já atuam na área da saúde desde o ano de 2002, quando assumiram a gestão do Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (CRER). Desde então, não são unanimidade quanto a sua eficácia na oferta e gestão dos serviços. No

que diz respeito à educação, a cobertura e a atenção da mídia para uma possível implantação de OSs na educação por parte do governo goiano começaram no final do ano de 2015.

Os primeiros questionamentos por parte da sociedade são quanto ao surgimento dos grupos e entidades que se intitulam OSs. Quando pesquisados, pouca ou nenhuma procedência existe sobre a atuação dos grupos interessados na educação pública. Muitos deles são empresas recém-criadas, ou seja, só passaram a existir juridicamente ou não, depois da divulgação da proposta de implantação, sendo criadas para tal finalidade. Logo, a falta ou pouca familiaridade com a educação básica é um fator relevante.

Convém destacar que desde 2013 é necessário que cada entidade seja qualificada em uma área específica de atuação, e posteriormente, reconhecida pela Casa Civil. No caso da educação, as entidades são avaliadas também pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte (SEDUCE), pela Controladoria-Geral e pela Procuradoria-Geral do Estado.

Com um indício de uma possível terceirização, tanto profissionais quanto escolas e faculdades apressaram-se para fazer o registro com o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) adequado para receber a qualificação e poder participar do edital de chamamento. Nele, as entidades concorrem entre si, apresentam documentações, sendo habilitadas ou não, para seguir na disputa pela gestão das unidades de ensino. O estranhamento consiste no fato que a grande maioria das organizações só foram qualificadas pelo Estado no início do ano de 2016, ou seja, na véspera do edital de chamamento.

Quanto às qualificações, vale salientar que algumas OSs não têm experiências educacionais específicas listada dentre seus ramos de atuação ou se dedicam para atividades totalmente diferentes do objeto pretendido pelo Estado, a educação. Quando questionados sobre a qualificação e sobre o pouco tempo de existência das OSs, os representantes do governo argumentam que “capacidade técnica não se mede pelo tempo de existência. Aconteceu também na saúde, [e], desde que reúna especialistas de renome, [a organização] pode ser qualificada. Analisamos a formação do corpo técnico e experiência do corpo diretivo”, explica o procurador do Estado de Goiás, Rafael Arruda.

Tantas irregularidades e informações questionáveis chamaram a atenção não só da sociedade, mas principalmente daqueles que se dedicam à educação e, claro, da mídia. Órgãos como o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público de Goiás (MPGO) e o Ministério Público de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) passaram a questionar a qualificação dos grupos interessados em assumir a educação goiana.

Em documento emitido e assinado por tais entidades, vários pontos do edital de chamamento foram considerados inconstitucionais, pois abrem margem para a desvalorização dos/as professores/as e preveem a utilização de recursos da União para pagar profissionais não concursados. “Chegamos à conclusão que o projeto referencial é inconstitucional”, disse o promotor do MPGO Fernando Krebs, um dos que assinam o texto, em entrevista ao jornal *O Popular*. “Vai piorar a qualidade da educação. Vai promover a terceirização, a privatização às avessas da escola pública”, acrescentou.

Além disso, outras recomendações foram feitas quanto a idoneidade moral e capacidade profissional dos dirigentes. O documento assinado pelas autoridades mostra que alguns dirigentes respondem a processos judiciais, onde são acusados de falsidade ideológica, estelionato, fraudes em concurso público e improbidade administrativa. Outros dirigentes, segundo os MPs, não possuem nada que aponte para a “notória capacidade profissional a ponto de ser responsável por uma organização social da área de educação, conforme exige a lei” (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS, 2016). Diante de tais constatações, os órgãos de fiscalização e controle recomendaram que todo o processo de chamamento das OSs fosse adiado, até que tais irregularidades fossem sanadas.

Pela proposta do governo estadual, as OSs, definidas como entidades privadas sem fins lucrativos, deveriam cuidar da administração e infraestrutura das escolas. Além disso, elas poderiam contratar tanto professores/as quanto funcionários/as administrativos/as, sendo responsáveis pela formação continuada do corpo docente e pela garantia de melhorias no desempenho dos estudantes. Mas o que as OSs têm a falar sobre educação? Quais são suas experiências e expectativas para a gestão das unidades educacionais?

Em levantamento realizado nos sites das entidades candidatas, selecionamos, a título de exemplificação, informações relevantes acerca do que dizem as OSs sobre o tema educação. O Instituto Consolidar afirma ter por objetivo

contribuir para que os poderes públicos garantam o direito à adequada prestação dos serviços [dentre outros], como a educação, mediante a execução direta de projetos, programas e planos de ações correlatas. [Para tanto, pretende desenvolver as seguintes atividades]: contribuir para o desenvolvimento educacional [dentre outros] através da concepção e coordenação de projetos, pesquisas e programas, bem como a elaboração e execução de planos de ação nas diversas áreas de atuação; promover programas de educação básica e profissional; [...] contribuir, colaborar e cooperar no atendimento à demanda de prestação de serviços do setor

público, de organizações sem fins lucrativos ou de qualquer outra instituição que atue em áreas afins (INSTITUTO CONSOLIDAR, 2018, s/p).

Já o Instituto Brasileiro de Cultura, Educação, Desporto e Saúde (IBRACEDS) tem por missão

promover a gestão sustentável com a participação da sociedade no enfrentamento de questões públicas nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, tecnologia, esporte, cultura, comunicação, segurança e outros. Particularmente para a área da educação, pretende contribuir transformando os ambientes escolares, fortalecendo a participação da comunidade por meio de novos processos e instrumentos de gestão, inovações tecnológicas, implementação de metodologias pedagógicas e ampliação da qualificação da força de trabalho (IBRACEDS, 2016, s/p).

O site da entidade traz um longo texto intitulado “Educação continuada e permanente no novo cenário das habilidades para o século XXI” em que aborda assuntos como a valorização do/a professor/a, o papel do/a aluno/a contemporâneo, modernização do ensino através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), entre outros. Sua proposta de educação é apresentada como “inovadora e associada a conceitos de expansão de benefícios e de inclusão de públicos-alvo, no sentido de que todos possam colaborar entre si e para a melhoria da qualidade de vida em sociedade”. Assim, a *escola inovadora* proposta pelo grupo promoverá

iniciativas promissoras em todos os campos do saber (conhecer, fazer, ser e conviver); inclusão digital para criação e cocriação de recursos educacionais abertos; a disseminação de ambientes virtuais de aprendizagem; a qualificação e engajamento de todos os atores comunitários; avaliações verticais e horizontais de performance no ensino e aprendizagem (IBRACEDS, 2016, s/p).

Questionado sobre suas expectativas e planos, Antônio de Souza Almeida, presidente do IBRACEDS, destaca que, se vencedor do edital, terá como prioridade garantir maior eficiência ao setor. O presidente continua afirmando que

hoje os profissionais de educação trabalham com a maior dificuldade do mundo. Queima uma lâmpada, têm que tirar dinheiro do bolso. Vamos melhorar os salários das pessoas que serão contratadas e incentivar os professores concursados a uma maior produtividade. Nosso objetivo maior é contribuir para a melhoria da vida da sociedade (IBRACEDS, 2016, s/p).

Na busca realizada no site da instituição IBRACEDS, convém destacar ainda outras duas informações. Primeiramente, o site do instituto tem uma seção dedicada a dúvidas, com

perguntas e respostas, sobre as OSs; o material que consta nesta seção é o mesmo elaborado e disponibilizado pela SEDUCE. Além disso, vale mencionar ainda outro diferencial da entidade é o layout do seu site, construído a partir de imagens que remetem ao meio educacional.

Já a Fundação Antares de Ensino Superior, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (FAESPE), outra OS candidata, apresenta como missão

promover a construção do conhecimento, utilizando métodos inovadores de ensino e aprendizagem, formando cidadãos empreendedores, autônomos, inovadores, críticos e conscientes da responsabilidade social e ambiental, capazes de planejar, organizar, liderar e participar ativamente da sociedade, para que atinjam o sucesso acadêmico, profissional e pessoal. Enfatizando assim, a construção do conhecimento dentro de uma formação humanizadora (FAESPE, 2015, s/p).

A visão do grupo é apresentada como

consolidar-se como uma instituição forte, com uma comunidade acadêmica qualificada e motivada, integrada à sociedade e à natureza, cumprindo seu objetivo de promover, difundir e implementar a formação dos recursos humanos para a ciência, a tecnologia e a cultura (FAESPE, 2015, s/p).

Também no site da FAESPE, estão presentes imagens que remetem ao meio educacional. Elas demonstram o trabalho através de grupos/parceiros, o que se coaduna com a ideia vendida pelo Governo do Estado para justificar a implantação das OSs na educação pública goiana, uma parceria. Vale destacar, a título de curiosidade, que em seção específica sobre a parte docente que compõe a instituição, as informações ali presentes são escritas em latim, o que torna as informações ali disponibilizadas quase que cifradas para aqueles que buscam dados sobre o grupo.

Por último, é necessário afirmar que todas as informações aqui relatadas não têm por intenção nem são suficientes para fazer um julgamento da competência e reputação das instituições ou de seus dirigentes. Porém, há indícios que fortalecem as incertezas sobre o sucesso da terceirização proposta.

As prematuras aprovações das entidades e a falta de experiência denotam que algumas instituições podem ter sido constituídas para uma finalidade específica, participar do edital proposto e, assim, garantir lucro na prestação de serviços públicos. Além disso, em várias passagens das informações disponibilizadas pelos sites das entidades, é possível destacar

pontos que denunciam os ideais neoliberalistas, como a manutenção da força de trabalho e os mecanismos de controle. Juntos, tais fatores, contribuem para a precarização da educação, quando não priorizam o principal, a qualidade do serviço oferecido na educação, um setor tão importante da sociedade.

2.4 As Organizações Sociais para a educação em Goiás

Nesta seção, acrescentamos outras informações sobre a proposta de implantação das OSs nas escolas públicas enquanto projeto do Governo do Estado de Goiás⁹.

O Estado entende e chama por OSs empresas e/ou grupos que têm experiência em gestão, especificamente em gestão escolar. Elas atuariam de forma compartilhada com o Estado na gestão das escolas, que permanecem públicas e gratuitas. São entidades oficialmente sem fins lucrativos e que, por cumprir determinados requisitos exigidos em lei, são consideradas aptas para fazer parceria em diversas áreas (saúde, cultura, educação, serviços sociais, etc.), permanecendo a gestão do sistema como atividade exclusiva e indelegável ao Estado.

Segundo o próprio governo, o modelo OSs não é terceirização, pois isso seria uma prestação de serviços. Para ele, trata-se de uma parceria e/ou fomento, em que o Estado financia, apoia tecnicamente e controla um agente privado para este prestar serviços de relevância pública para os cidadãos beneficiários. Segundo o próprio governo, “o mais importante seria o serviço prestado ao cidadão, a maneira como é executado e o ganho para os beneficiários em termos de melhorias” (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 2016).

De acordo com as orientações disponibilizadas em sites institucionais, o principal objetivo almejado pela implantação das OSs é tornar mais ágil a gestão das unidades, buscando a redução da burocracia, dos custos e focando na melhoria da qualidade do ensino. As OSs aumentariam o poder de atuação do Estado, possibilitando que se faça mais e melhor, de forma ágil, em benefício do cidadão. A responsabilidade continuaria sendo do Estado, mas os parceiros poderiam, sob supervisão da SEDUCE, colaborar com a operação de parte da

⁹ Todas as informações sobre as Organizações Sociais foram pesquisadas em material elaborado pelo Governo do Estado de Goiás, em formato de perguntas e respostas, a fim de esclarecer a sociedade sobre o tema. O documento está disponibilizado no site da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte (SEDUCE), podendo ser consultado através do link: <https://goo.gl/UEFm0J>. Acesso em: 25 ago. 2017.

rede escolar. Assim, segundo o governo, seria possível concentrar mais na melhoria da qualidade da política educacional a ser implementada nas escolas.

Quanto aos critérios de seleção, são previstos via chamamento público, pois, assim, estariam garantidos os princípios da impessoalidade, moralidade e eficiência. Dentre os requisitos para participar da seleção, estão a finalidade não lucrativa e o comando da associação realizado por um conselho de administração com membros do Estado e da sociedade.

Ainda de acordo com o material disponibilizado no site da SEDUCE, o governo afirma que com a implantação das OSs “o Estado continuará responsável pela gestão pedagógica das unidades, com a manutenção dos diretores/as, professores/as e auxiliares administrativos efetivos” (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 2016). Consta que a grande obrigação das OSs consistirá em “alcançar os resultados que serão estabelecidos no contrato de gestão e seguir as recomendações do Estado, ficando ainda obrigadas a prestar contas ao governo e à sociedade continuamente”.

De acordo com o projeto, na primeira fase, estariam incluídas 23 escolas da região de Anápolis, de Goiânia e do Entorno do Distrito Federal. Elas seriam selecionadas com base em vários indicadores, perfil e demandas de cada unidade escolar. O projeto tinha por intenção a expansão a outras duzentas escolas da rede estadual.

Todas as informações mencionadas constam do projeto do governo¹⁰ que, desde o fim de 2015, fez inúmeras tentativas de implantação, mas vários entraves frustraram o processo. O MPGO, em conjunto com o MPF, questionou vários pontos apresentados no edital de chamamento das OSs, argumentando quanto à confusão de informações e até ilegalidades. Tópicos como a gestão da área educacional e não somente a administrativa, bem como a seleção de professores/as foram considerados inconstitucionais, estando resguardados pela Constituição Federal e do Estado. Outro aspecto questionado pelos órgãos fiscalizadores e pelo sindicato representante da categoria é a utilização de recursos públicos para financiar a educação privada.

Conforme já mencionado, várias tensões foram geradas desde a divulgação das intenções do Governo quanto aos rumos da educação pública no Estado. A discussão do tema de implantação das OSs na educação pública goiana gerou muitos embates e enfrentamentos. Contra o governo pesa a acusação de falta de diálogo com especialistas e com a comunidade

¹⁰ Tais informações foram consultadas e estão disponibilizadas no site da SEDUCE supracitado.

em geral. Profissionais da educação, comunidade em geral e entidades contrárias à proposta, argumentam que teria sido uma decisão unilateral, além da falta de transparência quanto aos critérios de chamamento das OSs.

Aliás, a falta de transparência também é a principal alegação dos/as professores/as contrários à proposta. Os docentes estão incertos quanto ao futuro da carreira, pois não sabem como seria o modelo de gestão e se seus direitos estariam resguardados. Dúvidas quanto ao valor de salário, carga horária, piso salarial, estabilidade (adquirida via concurso público) e plano de carreira estavam ameaçados, já que o Governo não dialogou com a categoria sobre a proposta.

Muitas instituições acadêmicas se posicionaram sobre a situação, divulgando notas de repúdio em defesa aos professores/as e à educação pública. Tal apoio é fundamental e exerce um papel central na discussão, visto que são entidades responsáveis pela formação de futuros docentes. Os sindicatos representativos da classe também se mobilizaram e saíram às ruas para protestar.

No período de maior tensão, entre os meses de dezembro de 2015 e janeiro de 2016, vários movimentos de resistência, envolvendo professores/as e alunos/as contrários às propostas do governo, participaram de ocupações nas escolas e até mesmo da sede da SEDUCE. Desde então, alunos/as, professores/as e comunidade escolar não se entendem em prol de um de um bem comum: a educação pública, gratuita e de qualidade, acessível para todos.

Particularmente, defendemos que qualquer mudança estruturante precisa de muito diálogo com toda a comunidade, o que não tem acontecido. Também é relevante considerar que a educação não pode ser tratada como mercadoria. O edital proposto estabelecia que, ano a ano, os/as alunos/as deveriam apresentar melhores resultados nas avaliações do Estado. Caso isso não acontecesse, estava prevista a troca da OS gestora da unidade.

Acreditamos que a proposta de implantação das OSs contribui para a desvalorização do/a professor/a quando atrela a melhoria na educação ao desempenho dos/as alunos/as, como se conhecimento fosse moeda de troca e o fracasso do/a aluno/a fosse somente responsabilidade do/a professor/a. Argumentamos que iniciativas como essa prestam um desserviço para uma área que já é tão negligenciada como a educação.

CAPÍTULO 3 – PERCURSOS METODOLÓGICOS

3.1 Objeto temático

São várias as representações que circulam na sociedade acerca dos/as professores/as, sendo algumas delas idealizadas e/ou estereotipadas. Essas representações do ser e do trabalho docente evocam alguns papéis que se assemelham ao sacerdócio, relacionados à vocação e missão de vida, ou a uma extensão do lar, o que envolve amor e cuidados maternos. Ou ainda, de um trabalhador preocupado somente com questões salariais, desconsiderando toda a complexidade que envolve o exercício da docência.

Silva (2012), em um estudo próximo ao desta pesquisa, investiga a imagem do/a professor/a no discurso jornalístico, e afirma que tais percepções

contrastam com a realidade de muitos professores brasileiros que enfrentam várias dificuldades no cotidiano para o exercício de sua prática, as quais vão desde a formação precária até baixos salários, passando por condições inadequadas de trabalho e desinteresse dos alunos (SILVA, 2012, p. 53).

Outros pesquisadores têm se dedicado ao estudo das identidades docentes. É válido destacar as reflexões de Lemos (2009) que, em sua tese de doutorado, pesquisou acerca das identidades de professores/as no contexto da escola pública, o que coincide com a presente pesquisa. Ou ainda, Nóvoa (2000), outro pesquisador que reflete sobre tais identidades, afirmando que

a identidade não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e de conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão. Por isso, é mais adequado falar em processo identitário, realçando a mescla dinâmica que caracteriza a maneira como cada um se sente e se diz professor (NÓVOA, 2000, p. 16).

O conceito de identidade profissional docente começou a ser utilizado em meados dos anos 1990. No Brasil, essa mesma época coincide com uma série de reformas educacionais de caráter neoliberal, envolvendo gestão, financiamento, currículo, avaliação e formação de professores/as, com o objetivo de fomentar a competitividade e readaptar a educação às necessidades do setor produtivo. Assim, segundo Lemos (2009, p. 33),

a escola passa a ser alvo de constantes investidas, e a fim de garantir uma configuração mais próxima ao reordenamento exigido por essa perspectiva globalizante: as escolas adotam o modelo empresarial como referência de organização, alunos e pais perdem o status de cidadãos e convertem-se em clientes, propaga-se um discurso de subordinação da escola aos ditames econômicos, intensifica-se o controle externo da escola por políticas de avaliação que geram mecanismos de classificação, o fracasso escolar passa a ser encarado como uma questão meramente administrativa.

Diante de um contexto de incertezas, somos levados a refletir sobre a condição do/a professor/a quando tem suas responsabilidades, autonomia, direitos e deveres ameaçados. Os esforços para seguir com uma formação continuada, a motivação para continuar na carreira ou ainda a atratividade para novos/as professores/as, são fatores que podem estar comprometidos e influenciar nas identidades profissionais docentes.

Entender como acontece a construção de identificações de professores/as, em um contexto de conflito e embate de forças, analisando os discursos midiáticos que emanam do contexto de implantação das OSs nas escolas públicas do Estado de Goiás, é a proposta da presente pesquisa.

3.2 Natureza do estudo

Sobre a perspectiva metodológica a ser utilizada, e de acordo com Laville e Dionne (1999), entendemos que a melhor opção é a qualitativa. Segundo essa perspectiva, o pesquisador busca entender e interpretar fenômenos a partir de dados descritivos quando em interação com o objeto estudado.

A análise documental foi escolhida para a coleta de dados.

Lüdke e André (1986, p. 38) defendem a análise documental como uma área ainda pouco explorada, porém, muito valiosa para a abordagem de dados qualitativos e explicam que documentos são “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”. Acrescentam ainda que entre tais documentos podem constar jornais, revistas, discursos, livros e estatísticas, dentre os quais estão os documentos a serem analisados.

Convém acrescentar ainda que, segundo Holsti (1969 apud LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 39), é apropriado o uso da análise documental quando

o interesse do pesquisador é estudar o problema a partir da própria expressão dos indivíduos, ou seja, quando a linguagem dos sujeitos é crucial para a investigação. Nesta situação incluem-se todas as formas de produção do sujeito em forma escrita, como redações, dissertações, testes projetivos, diários pessoais, cartas.

Assim, tal escolha se mostra pertinente se considerarmos que uma das teorias a ser utilizada é a ADC, cujo objeto de estudo é a linguagem incorporada ao fator social.

Convém salientar que em uma pesquisa, bem como durante a escrita de um trabalho acadêmico, o pesquisador faz um conjunto de escolhas, as quais ele acredita serem melhores para analisar e para compreender o seu objeto de estudo. Todavia, nem sempre se tem, ao final da escrita, a sensação de que o caminho estabelecido é aquele que melhor permite investigar seu objeto. Pelo contrário, o caminho inicial permite perceber que as alternativas são ilimitadas, apontando para a existência de inúmeras outras possibilidades que poderiam representar maneiras significativamente importantes de olhar-se e de interpretar-se o objeto de pesquisa, que por algum motivo não puderam ser contempladas.

3.3 Objeto midiático

Com interesse pelo discurso midiático e sua cobertura sobre tema específico da educação, julgamos ser necessário conhecer um pouco mais sobre o jornal utilizado como fonte de pesquisa. Conforme citado anteriormente, os textos analisados são extraídos do Jornal *O Popular* e foram publicados entre os meses de dezembro de 2015 e fevereiro de 2016. A seguir, os motivos apresentamos os motivos pelos quais o jornal foi escolhido para compor a base de dados dessa pesquisa.

Inicialmente, é fundamental considerar sua abrangência e circulação em todo o Estado de Goiás. Seu conteúdo é disponibilizado em formato impresso e em plataforma digital. Uma vez considerada a versão impressa, vale ressaltar ainda que sua tiragem e vendagem é superior aos demais títulos do mesmo segmento em circulação no estado (só perde para um outro título do mesmo grupo, o *Jornal Daqui*, de estilo popular e direcionado para as classes “C” e “D”). Outro fator relevante é uma maior credibilidade junto à população goiana quando comparado às demais publicações diárias. Como critério determinante, ressaltamos que *O Popular* exerce uma grande influência no cenário político e social do estado. Um exemplo notório é a troca de editores de umas das principais colunas do jornal, Giro. Recentemente, o jornalista Jarbas

Rodrigues Júnior deixou o cargo de titular da coluna direto para assumir a assessoria de imprensa do Governo do Estado de Goiás. Tais fatores fazem com que o jornal *O Popular* possa atingir o grande público.

Segundo o diretor de Jornalismo do Grupo Jaime Câmara, Luiz Fernando Rocha Lima, o jornal aposta na credibilidade e relação de fidelidade com a população de Goiás. Para ele, a “histórica capacidade do nosso jornalismo em identificar e objetivar os seus esforços no atendimento das demandas da sociedade, favorecem esse privilegiado posicionamento”.

Assim, neste momento, faz-se necessário traçar um panorama sobre a história do jornal. *O Popular* é fruto de um projeto de três jovens nordestinos que migraram para Goiás, Joaquim Câmara Filho, Jaime Câmara e Vicente Rebouças Câmara. A primeira edição do jornal circulou em 3 de abril de 1938. Sobre isso, Borges e Lima (2008) esclarecem que

o berço d’O Popular foi a cidade de Goiás, quando, em 1935, Jaime Câmara e Henrique Pinto Vieira abriram a J. Câmara e Companhia, abrigando uma tipografia e uma papelaria. Com a transferência da capital para Goiânia, Jaime Câmara desfez a sociedade com Henrique Pinto Vieira, transferindo a firma para Goiânia e fundando uma nova sociedade, agora com os irmãos Joaquim e Vicente (BORGES; LIMA, 2008, p. 78).

O nascimento do jornal coincide com a mudança da capital goiana para a cidade de Goiânia e surge como uma iniciativa que ficaria conhecida posteriormente como jornalismo empresarial, ou seja, um amplo leque de atividades desenvolvidas em empresas e entidades com vistas à divulgação de seus fatos e realizações. Na década de 1960, a empresa J. Câmara cresce e cria a rádio Anhanguera e a TV Anhanguera, para atuar em outros segmentos. Ao longo dos anos, o grupo foi lançando novas emissoras de TV e rádio (principalmente no interior do Estado de Goiás), bem como novas publicações, e incorporando novos produtos.

Atualmente, é conhecido por Grupo Jaime Câmara, classificado como o maior grupo de mídia do Centro-Norte do Brasil¹¹, formado por 26 veículos sediados nos Estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal. São onze emissoras de TV afiliadas à Rede Globo, três jornais – *O Popular*, *Jornal Daqui* e *Jornal do Tocantins* –, nove emissoras de rádio e os portais Goiasnet, Vrum e Lugar Certo. Integram o grupo ainda a TMK Call Center e a Fundação Jaime Câmara, “braço” destinado à responsabilidade social do grupo e que atua no Estado de Goiás e Tocantins¹².

¹¹ Informação da Associação Nacional de Jornais. Disponível em <http://www.anj.org.br>.

¹² Idem.

Apesar de não ter sido o primeiro jornal goiano (esse título pertence ao jornal *A Matutina Meiapotense*), é recorrente que o jornal, em suas páginas, se refira a sua própria história afirmando que ela “se funde com a história de Goiânia e de Goiás” pois, ao longo da sua existência, a publicação foi responsável por fazer a cobertura das principais transformações econômicas, políticas e sociais do estado, mas também do Brasil e do mundo. Em conteúdo disponibilizado no site da publicação consta que,

O Popular é a narrativa de nossa história, do nascimento de uma capital, do desenvolvimento de um Estado, da constituição de um povo, de como foram fincadas as raízes em uma região que modificou intensamente e, com isso, mudou a vida de milhões de pessoas (O POPULAR, 2018, s/p).

O periódico ressalta seu compromisso com a sociedade goiana afirmando que ao longo dos anos “[*O Popular*] mostrou o povo em todas as suas dimensões, conquistas e demandas”. Argumentando em favor dos interesses coletivos, conta que o povo esteve representado em “capas que fazem cobranças severas e defendem direitos básicos, como saúde, educação, segurança e que também revelam faces obscuras do poder”. Desse modo, tais afirmações funcionam como uma espécie de autopromoção da instituição, pois *O Popular* se apresenta como aquele que não só registra, mas vai além, atuando como uma espécie de fundador e guardião da história da sociedade goiana. Além disso, o jornal também serve como um agente publicitário do Governo do Estado, ou seja, narra em suas páginas a vida burocrática do estado sob a ótica dos interesses do governo e daquilo que o jornal promove como justiça.

Em meio a tantas outras publicações importantes para o cenário goiano e já extintas, *O Popular* cumpre no ano de 2018 seus 80 anos. Como parte das comemorações, lança uma reformulação do seu site, o que consolida seu espaço no meio digital. O presidente do grupo Jaime Câmara, Jaime Câmara Júnior afirma que “as mudanças são contínuas, não há como ter um status quo, o processo é sempre evolutivo e neste momento trazemos mudanças no site, que tem que ser aberto para todo o tipo de mídia e para todas as telas”. Aliás, outras mudanças também foram feitas recentemente para tornar seu formato mais moderno.

A fim de alcançar uma maior integração entre as diversas áreas, o jornal inaugurou sua redação integrada, sendo que repórteres e editores passaram a ocupar o mesmo espaço (e não mais as tradicionais ilhas separadas), melhorando ainda a circulação da informação. A transformação no espaço físico e no modo de trabalhar também influenciou na organização do conteúdo no jornal. O que antes era separado por editorias (Economia, Política e Cidades),

passou a ser agrupados por temas semelhantes, gerando uma só seção com o tema Notícias. Uma outra editoria, Vida Urbana, foi criada a fim de agrupar temas de segurança pública, transporte, saúde, educação, meio ambiente, urbanismo, entre outros. Já o caderno Magazine passou a reunir temas de comportamento e entretenimento, saúde, qualidade de vida e alimentação¹³.

Apesar do aumento do interesse da população pela informação, o jornal *O Popular*, assim como os principais jornais impressos do país, tem sofrido com as quedas nas vendas de impressos. De acordo com dados divulgados pelo Instituto Verificador de Circulação (ICV), de 2015 a 2017, a redução na circulação média diária impressa foi de 520 mil exemplares. Ou seja, os últimos três anos marcam uma fase de perda de leitores pagantes e aceleram a extinção do jornal na versão impressa.

O Popular não possui um slogan fixo. Periodicamente, o jornal muda seu mote, mas é recorrente reafirmar em suas páginas seu compromisso “com a ética, a verdade e a credibilidade”. Como parte da comemoração de seus 80 anos, o jornal tem se apresentado como “Um jornal inteiro. Todo dia.” e no dia do seu aniversário, suas edições circularam com a seguinte mensagem “Nascemos para informar – é o que acreditamos ser tarefa de um jornal. Não julgar e nem silenciar. O único lado em que fazemos questão de estar é o da verdade. E é isso que nos faz um jornal por inteiro. Há 80 anos”. Tal afirmação demonstra o posicionamento defensivo do jornal perante a sociedade, que cada vez mais cobra uma visão neutra, isenta de posicionamento por parte das instituições midiáticas.

Em uma de suas campanhas publicitárias, o jornal afirma acreditar que “conteúdo não é apenas informação, é opinião para fazer escolhas. É conhecimento para criar soluções. É lazer para relaxar e distrair. É consciência para repensar comportamento e é atitude para mudar a sociedade. *O Popular* – referência em conteúdo”.

Seguindo o princípio geral de que a notícia a ser divulgada deve ser de interesse de um grande número de pessoas, o jornal atinge um público muito heterogêneo. Logo, fica difícil estabelecer um público-alvo específico. Porém, de acordo com pesquisa e dados divulgados pelo ICV, os leitores do *O Popular* podem ser assim caracterizados: 86% pertencem a classe ABC, 72% têm entre 20 e 54 anos e 76% têm, pelo menos, o ensino médio completo.

¹³ Informações retiradas de texto publicado no jornal em 03 abr. 2016. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/rede%C3%A7%C3%B5es-integradas-1.1063283>.

3.4 Caracterização do objeto discursivo textual

A edição diária de um jornal é composta por uma grande variedade de gêneros. Autores como Beltrão (1980), Melo (2003), Franceschini (2004) e Bonini (2003, 2008) concordam ao considerar que a primeira classificação acontece de acordo com duas grandes categorias: jornalismo opinativo e jornalismo informativo. Sendo assim, é possível entender que o jornalismo se articula, portanto, em função de dois núcleos de interesse: a informação (saber o que passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o que passa). Melo (2003, p. 65) aproveita para esclarecer que

os gêneros que correspondem ao universo da informação se estruturam a partir de um referencial exterior à instituição jornalística: sua expressão depende diretamente da eclosão e evolução dos acontecimentos e da relação que os mediadores profissionais (jornalistas) estabelecem em relação aos seus protagonistas (personalidades ou organizações). Já no caso dos gêneros que se agrupam na área da opinião, a estrutura da mensagem é co-determinada por variáveis controladas pela instituição jornalística e que assumem duas feições: autoria (quem emite a opinião) e angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião).

Há ainda autores que falam em outras categorias menores, como o jornalismo interpretativo, investigativo, de entretenimento ou diversional, entre outros.

Dentro das duas grandes categorias, informativa e opinativa, existem diferentes gêneros organizados conforme sua função. Melo (2003) propõe a seguinte divisão:

A) Jornalismo Informativo

1. Nota
2. Notícia
3. Reportagem
4. Entrevista

B) Jornalismo Opinativo

1. Editorial
2. Comentário
3. Artigo
4. Resenha
5. Coluna
6. Crônica
7. Caricatura
8. Carta

O interesse deste estudo é entender a construção das identificações docentes em textos do jornal *O Popular*. Para tanto, foi necessário delimitar quais os gêneros que seriam

analisados. Lembramos que os textos selecionados precisam obedecer a um importante critério, além do recorte temporal e temático: a representação de opinião do jornal. Desse modo, explicamos que, apesar de serem classificados como informativos, notícia e reportagem, embora geralmente assinados, são produzidos dentro da linha dos princípios editoriais do jornal. Logo, indicam a voz implícita do jornal, representado pela assinatura dos seus funcionários. Já do quadro dos gêneros opinativos foi contemplado apenas o gênero editorial, que representa a opinião explícita do jornal. É válido ressaltar que outros gêneros também focaram o tema da proposta de implantação das OSs, mas por serem produzidos por colaboradores ocasionais não foram contemplados. Esclarecemos que para perceber as identificações presentes nas páginas do jornal, os textos que configurassem opiniões pessoais não poderiam ser considerados. Tratando-se dos gêneros notícia e reportagem, Franceschini (2004, p. 153) explica que

a reportagem, portanto, é assim como a notícia um gênero de caráter informativo, produzido em obediência às mesmas técnicas básicas, apesar de praticar uma liberalidade maior no uso da linguagem. Nos dois formatos de texto, o leitor comum espera encontrar isenção e objetividade, apesar de essa meta ser utópica. Tanto uma como outra podem ser publicadas sem assinatura – já que utopicamente são “fiéis espelhos da realidade” e não uma visão pessoal do repórter – assim como também podem estampar os nomes do seu autor, se essa for a decisão dos editores.

Caracterizados pelo seu aspecto factual, os jornais têm buscado incorporar aos seus textos um caráter mais analítico e não somente factual. Aliás, é nesse aspecto que convém apontar as diferenças, “sutis, porém perceptíveis” (FRANCESCHINI, 2004), entre os gêneros notícia e reportagem. De acordo com o autor,

em primeiro lugar, a reportagem trata de assuntos, e não necessariamente de fatos novos. Seu objetivo é contar uma história verdadeira, expor uma situação ou interpretar fatos. Enquanto a notícia é imediatista, como no caso do relato de um tiroteio entre facções criminosas, a reportagem preocupa-se em ser atual e mais abrangente (FRANCESCHINI, 2004, p. 150)

Desde a motivação para a produção dos dois gêneros as diferenças são estabelecidas. Enquanto a notícia de um fato novo (e tratado por todos) é praticamente uma obrigação para todo e qualquer jornal confiável, fazer uma reportagem sobre o tema já é uma opção. Aliás, por não tratar de fatos, a reportagem goza de uma amplitude temática que a notícia não tem, o que lhe dá a liberdade para não tratar somente de temas novos, e sim assuntos de sua preferência (LAGE, 1999). Outro fator que influencia na diferenciação é o tempo. A notícia

obrigatoriamente tem um caráter imediato, o que não acontece com a reportagem, que não tem compromisso com a atualidade. Melo (2003) utiliza os termos *matéria quente* e *matéria fria*, respectivamente, para marcar essa diferenciação.

A distinção entre a notícia e a reportagem também pode ser destacada quanto à progressão dos acontecimentos, sua captação pela instituição jornalística e a acessibilidade de que goza o público. Notícia é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. Seu texto deve ser breve, objetivo, distante e imparcial no relato dos fatos. A expressão de opinião é reservada somente às fontes, o que deve aparecer no texto de maneira que julgamentos ou juízos de valor não sejam atribuídos ao autor do texto. Além disso, é fundamental que a notícia seja produzida de maneira a dar espaço para os dois lados dos fatos, garantindo o direito de fala para todas as partes envolvidas, principalmente em acontecimentos que envolvem polêmicas.

Já a reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística. Por isso, a reportagem precisa ser mais abrangente, dar detalhes, fazer levantamentos e, inclusive, interpretar os fatos. É um texto que pode influenciar na opinião do leitor, e com isso, gerar venda, pois possui maior atratividade por parte do leitor. Aliás, isso acabada influenciando nas condições de recepção do conteúdo presentes nas reportagens por parte do leitor, que pode se manifestar contra ou a favor do que consta nos textos, seja através de cartas ou telefonemas para a redação do jornal.

A linguagem também privilegia a reportagem, uma vez que o gênero oferece maior liberdade quanto ao vocabulário utilizado, que pode contemplar até o uso de metáforas ou outros recursos que não podem ser explorados no texto noticioso e que vão além da narração, como a descrição e a exposição. Ainda sobre a linguagem, convém ressaltar que é através dela que percebemos os compromissos ideológicos (grandes e pequenas questões da ideologia estão presentes na linguagem jornalística, porque não se faz jornalismo fora da sociedade e do tempo histórico) (LAGE, 1999).

Uma semelhança entre os dois gêneros merece ser destacada, pois contribui para dificultar a distinção entre eles. Segundo Lage (1999), a estrutura da notícia assumiu uma importância tão grande na imprensa diária e escrita, que, frequentemente, a reportagem é produzida seguindo os moldes da notícia, ou seja, com os mesmos critérios de nomeação, ordenação e seleção similares, além da diagramação.

Por último, quanto ao gênero editorial, esse se caracteriza por ser um tipo de gênero opinativo. De acordo com Franceschini (2004, p. 146),

é o espaço reservado (inclusive no projeto gráfico dos jornais) para a manifestar a opinião do veículo, da instituição – opinião essa que na verdade é definida pelos dirigentes (muitas vezes o próprio dono) da empresa. Ao contrário dos outros formatos, o editorial não tem qualquer preocupação em informar o leitor, mas sim em formar opinião. Em vez de fatos, traz argumentos, que se tornam convincentes graças a recursos de retórica. Por emitir a opinião do veículo, nunca é assinado – caso contrário, o leitor identificaria aquela posição como sendo a do autor do texto.

A partir da análise dos textos jornalísticos que contemplam os gêneros acima detalhados, esperamos contribuir ao demonstrar que o jornal se configura como um mecanismo social e de linguagem. Além disso, os gêneros jornalísticos são mais relevantes em termos das práticas sociais correntes na sociedade (BONINI, 2008).

Ao pensar nas condições de produção dos textos jornalísticos, é fundamental ter em vista que o jornal configura um instrumento ao qual o cidadão recorre como uma forma de mediação para compreender a realidade que se tornou muito ampla para ser captada pelos mecanismos da sensorialidade individual (MELO, 2003). Daí a responsabilidade quanto ao conteúdo ali disponibilizado, o que inclui as identificações, nosso principal interesse.

Por fim, concordamos com Beltrão (1980, p. 60) ao refletir sobre o compromisso do jornalismo, afirmando que ele “precisa ser encarado como uma atividade séria, onde não há lugar para a brincadeira, para a diversão. Sendo uma atividade comprometida com a ‘promoção do bem comum’, ela deve se ater ao universo estrito do real, da verdade, da atualidade”. É isso que esperamos problematizar na análise que segue abaixo.

3.5 Constituição do corpus

Conforme já citado, a metodologia utilizada é a qualitativa, uma vez que pretendemos entender e interpretar fenômenos a partir de dados descritivos quando em interação com o objeto estudado. Para tal metodologia, a análise documental se apresenta como uma opção coerente, uma vez que os dados são extraídos do jornal *O Popular*.

Como qualquer outro tipo de discurso, o discurso jornalístico não é isento. Além disso, a leitura do jornal configura uma prática social coletiva e não apenas individual. Nesse suporte, é possível encontrar terreno fértil para análises e interpretações que dão pistas sobre a linha editorial do veículo.

Considerando todo o engajamento político mencionado anteriormente pela retrospectiva histórica do jornal, acreditamos ser ele uma excelente fonte de pesquisa acerca de práticas discursivas. Assim, o objetivo desta pesquisa consiste em analisar textos publicados no jornal mencionado, através dos quais pretendemos refletir sobre a construção de identificações docentes que nele circulam.

Para tanto, durante o processo de coleta de dados buscamos por textos específicos dos gêneros notícia, reportagem e editorial, escritos e publicados no jornal *O Popular*, tanto na versão impressa quanto na versão digital. Os textos precisaram atender a dois critérios: o recorte temático e o recorte temporal. O recorte temático consiste em textos que tratem sobre o tema da educação, e mais especificamente sobre a tentativa de implantação das OSs. Já o recorte temporal obrigatoriamente limita os textos localizados em edições publicadas entre os meses de dezembro de 2015 e fevereiro de 2016, período de maior intensificação de ânimos e notícias acerca das OSs. Nessa fase, as ocupações das escolas estaduais e a realização dos primeiros procedimentos de seleção de uma possível OS gestora geraram momentos de tensão entre representantes do governo e pessoas contrárias à proposta. A partir de então, cresceram os debates na sociedade, o que aumentou a demanda discursiva da publicação.

Vale salientar ainda que o jornal trata de assuntos gerais e atualidades, sendo que o tema educação e implantação OSs não foram pautas em todas as edições. Aliás, esclarecemos que os textos que compõem o corpus foram extraídos das seções Editorial, Cidade e Política, onde apareceram com maior frequência e também onde estão localizados os gêneros contemplados.

Após a coleta, os textos mais relevantes foram selecionados tendo por principal critério as identificações docentes ali presentes, com menção (direta ou indiretamente) aos/às professores/as. Após uma prévia catalogação, o corpus é constituído por recortes de discursos representativos dos sujeitos produtores e veiculados pelo jornal.

De posse de todos os documentos representativos do segmento analisado, o discurso midiático, o passo seguinte é a análise dos trechos e/ou falas selecionados e que se mostraram mais relevantes para a investigação. Segundo Lüdke e André (1986, p. 36), “o pesquisador já deve ter uma ideia mais ou menos clara das possíveis direções teóricas do estudo e parte então para ‘trabalhar’ o material acumulado, buscando destacar os principais achados da pesquisa”.

Para tanto, é necessária a construção de um conjunto de categorias descritivas, onde seja possível classificar os dados obtidos e já selecionados. Mais uma vez, justifico as escolhas feitas pela utilização da teoria proposta pela ADC, o que corrobora com as ideias

apresentadas por Lüdke e André (1986, p. 43), quando afirmam que nessa fase “é preciso que a análise não se restrinja ao que está explícito no material, mas procure ir mais fundo, desvelando mensagens implícitas, dimensões contraditórias e temas sistematicamente silenciados”. As categorias que serviram para a análise serão, logo abaixo, detalhadas.

É válido esclarecer que os primeiros boatos sobre a intenção de implantação das OSs por parte do Governo do Estado de Goiás começaram no início do ano de 2015. Em outubro do mesmo ano, as movimentações começaram e junto delas, a cobertura jornalística. Por se tratar de um longo período de cobertura, resolvemos concentrar as análises em um período específico, de dezembro/15 a fevereiro/16. Essa escolha se justifica nos seguintes motivos: proximidade com o período de anúncio das intenções do governo, acentuada resistência por parte da comunidade escolar (configurada pelo movimento de ocupações das escolas) e uma maior incidência de notícias por parte do jornal. A cobertura jornalística sobre o tema avançou nos meses seguintes pois, por se tratar de um tema complexo e polêmico, o governo encontrou dificuldades e resistência em sua proposta e não conseguiu efetivar a implantação das OSs. Um processo que inicialmente estava pensado para trinta dias, atravessou dois anos em tentativas frustradas e o atual gestor não alcançou seus planos dentro da vigência do seu mandato.

O corpus é composto por 11 textos, sendo assim relacionados de acordo com o gênero: 07 exemplares de notícia, 03 exemplares de reportagem e 01 exemplar de editorial. Todos fazem referência aos temas implantação das OSs / identificações de professores/as e educação em geral. A seleção dos textos foi feita segundo o recorte temático e de acordo com o critério de inclusão que estabelecia que os textos fizessem referência aos dois temas simultaneamente. Acrescento que embora os demais textos (publicados durante todo o período que compreendeu o processo de tentativa de implantação das OSs) não façam parte do corpus, poderão ser mencionados conforme a necessidade de análise.

3.6 Categorias de análise

Conforme mencionado, para fundamentar a análise de dados desta pesquisa, optou-se pela proposta teórico-analítica defendida por Van Leeuwen (1996), a Teoria de Representação dos Atores Sociais. De acordo com essa teoria, através das escolhas linguísticas e da maneira como estão articuladas a fim de representar experiências do mundo, seria possível perceber as formas de representação dos atores sociais, a fim de incluí-los ou excluí-los enquanto indivíduos ou grupos. Vieira e Resende (2016) complementam e explicam que

atores sociais podem ser excluídos do texto; podem ser incluídos, mas ter sua agência ofuscada, ou enfatizada; podem ser representados por suas atividades ou enunciados; podem ser referidos por meio de julgamentos acerca do que são ou do que fazem, e assim por diante. (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 151)

Desse modo, a análise consistiu em interpretar como os/as professores/as são representados no discurso jornalístico, nos gêneros notícia, reportagem e editorial, em textos que tratem sobre educação e sobre a proposta de implantação das OSs nas escolas públicas do Estado de Goiás.

Van Leeuwen (1996) constrói suas categorias analíticas a partir de duas principais divisões, tidas como essenciais para essa representação, a *exclusão* e a *inclusão*. Todas as demais categorias propostas são desdobramentos dessas duas principais categorias.

Quadro 1 - Sistema simplificado de escolhas para representação de atores sociais

Exclusão	Supressão					
	Encobrimento (segundo plano)					
Inclusão	Ativação					
	Passivação					
	Participação					
	Circunstancialização					
	Possessivização					
	Personalização	Determinação	Categorização	Funcionalização		
				Identificação	Classificação	
					Identidade relacional	
					Identidade física	
			Avaliação			
			Nomeação			
			Determinação única			
			Sobredeterminação	Inversão		
				Simbolização		
				Conotação		
				Destilação		
			Indeterminação			
			Generalização			
			Especificação	Individualização		
	Assimilação	Coletivização				
Agregação						
Impersonalização	Abstração					
	Objetivação					

Fonte: Adaptado de Resende e Ramalho (2006), com base em van Leeuwen (1996, p. 219).

Apesar de apresentar o quadro completo proposto por Van Leeuwen (1996), esclarecemos que nossa análise se restringirá a um tipo específico de *inclusão*, a *categorização*. Após observar o corpus, percebemos todos os tipos recorrentes de

representação presentes nos textos jornalísticos são desdobramentos dessa categoria, e por isso são priorizados quanto ao seu detalhamento.

A representação via *categorização* é caracterizada como uma forma de inclusão em que os atores sociais são identificados pelas funções que compartilham. Geralmente podem ser cargos, profissão, identidade funcional, entre outros. Ela pode ser feita por três diferentes maneiras: por *funcionalização*, por *identificação* e por *avaliação*. Esclarecemos que faremos uma adaptação na nomenclatura proposta por Van Leeuwen (1996), para nos referirmos a elas como *categorização funcional*, *categorização identificacional* e *categorização avaliativa*.

As três categorias podem ser assim definidas:

- *Categorização funcional*: ocorre quando os atores sociais são referidos em termos de uma atividade, de algo que fazem, por exemplo, uma ocupação ou um papel desempenhado. Esse tipo de representação pode ser feita através do uso de substantivos formados a partir de um verbo (Exemplo: cozinheiro); a partir de sufixos como -eiro, -dor, -ente, -ante, entre outros (Exemplo: faxineiro, lenhador, presidente, manifestante); a partir de outro substantivo que denota um lugar ou uma ferramenta associada com uma atividade (Exemplo: pianista); ou ainda por nomes relacionados aos nomes homem/mulher (Exemplo: cameraman).
- *Categorização identificacional*: ocorre quando os atores sociais são definidos, não em termos do que eles fazem, mas em termos do que eles são como indivíduos. Essas identificações podem destacar divisões (idade, raça e sexo) ou até mesmo instituições, organizações ou companhias a que o indivíduo pertence (Exemplo: professor/a da Universidade Federal de Goiás), relações (Exemplo: seu amigo professor/a) ou características físicas (detalhe notável destacado, exemplo: alto). Daí a subdivisão proposta em três tipos diferentes: a categorização via *classificação*, via *identidade relacional* e via *identidade física*.
- *Categorização avaliativa*: é caracterizada pelos atores sociais referidos em termos interpessoais, em vez de experienciais. Nessa categoria, os atores sociais são avaliados quando são referidos por termos avaliativos. É comum o uso de substantivos, adjetivos e expressões idiomáticas que denotam avaliação (Exemplo: “a querida”, “o infeliz”).

Ressaltamos que uma ou outra categoria de representação, além das acima tratadas, como *Diferenciação*, *Nomeação*, *Especificação*, *Individualização*, *Assimilação*, *Associação* e até mesmo *Exclusão* são usadas a partir de sua relevância para as reflexões.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS MODOS DE REPRESENTAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DO/A PROFESSOR/A NA MÍDIA GOIANA

Neste capítulo, apresentamos a análise dos dados e os resultados obtidos. Além disso, buscamos responder às perguntas de pesquisa, bem como acrescentar algo ou preencher lacunas na discussão já existente sobre o assunto focalizado, propondo novas explicações e interpretações.

Assunto frequente na mídia, a educação é sempre tema importante para a noticiabilidade. A mídia, com frequência, aborda pautas sobre a situação da educação no país. Em muitas situações, os problemas da educação são associados aos/às professores/as, seja pela sua formação, atuação, desempenho ou reivindicações. Essas informações têm gerado novas representações que enfraquecem a categoria, através de discursos que desqualificam o/a professor/a ou reduzem a importância do seu papel no processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Rechetnicou e Lima (2018, p. 3), a representação, para a ADC,

está associada ao modo como os discursos representam diferentes perspectivas do mundo – relações e processos materiais de nossa experiência, bem como processos mentais, pensamentos, sentimentos e crenças. As representações, nesse sentido, dizem respeito ao modo como as pessoas representam e se relacionam com o mundo, e isso depende de posições, identidades e relações sociais.

Assim, é possível perceber que o discurso exerce um importante papel na construção de identificações. Em conjunto com as relações sociais, ambos contribuem para processos de mudanças culturais, onde tais identidades são redefinidas e reconstruídas (FAIRCLOUGH, 2016). Não diferente dos demais ambientes, o ambiente escolar também é permeado por representações. Por ser um espaço de relações sociais intensas, onde a atividade desenvolvida é essencialmente humana, as relações sociais são tensionadas e a imagem do/a professor/a se destaca perante os demais.

Uma vez considerado o contexto educacional brasileiro, é possível listar vários entraves que impedem seu bom funcionamento. Para que um sistema educacional seja eficaz, todas as esferas — pedagógica, de gestão, financeira, entre outras —, precisam estar alinhadas com o mesmo propósito. São vários os atores sociais envolvidos; porém, no ambiente escolar e principalmente fora dele, o sujeito-professor sempre ocupa um papel central nas discussões e geralmente, tem sido apontado como principal responsável pela baixa qualidade e pelo mau funcionamento da educação pública brasileira.

A responsabilização do/a professor/a não é um fenômeno recente. Ao longo de toda a nossa história, a profissão docente tem sido alvo de discursos de culpabilização. Assim, são de interesse deste estudo as identificações/representações impostas ao/à professor/a da atualidade, no contexto goiano.

Uma importante instituição que contribui para a criação/circulação das identidades sociais é a mídia. Segundo Fairclough (2016, p. 211),

os jornais tendem a oferecer versões da verdade às vezes opostas (embora frequentemente harmonizadoras), cada uma das quais se baseia na reivindicação implícita e indefensável de que os eventos podem ser representados transparente e categoricamente e que a perspectiva pode ser universalizada. Esse mito sustenta o trabalho ideológico da mídia, que oferece imagens e categorias para a realidade; posiciona e molda os sujeitos sociais e contribui principalmente para o controle e a reprodução social.

Dessa forma, a presente análise tem por interesse investigar a construção de identificações docentes no jornal *O Popular*. Por enxergar no jornal um suporte que alimenta e contribui para a reprodução/consolidação de identificações que são questionadas/negadas pelos docentes, acredita-se ser necessário desvelar a rede discursiva que trata sobre a atuação docente, bem como escancarar as relações de poder presentes nos textos publicados no jornal *O Popular*.

Vale lembrar que a análise tem por interesse textos jornalísticos produzidos em contexto específico, durante a tentativa de implantação das OSs na Educação pública do Estado de Goiás. Essa proposta do Governo do Estado configura uma prática neoliberalista, ou seja, tem como principal objetivo o lucro e mercantilização da educação. Diante disso, é possível afirmar que o discurso neoliberalista presente no contexto educacional, alimenta o discurso de responsabilização do/a professor/a, ao apresentar novos desafios para o fazer-docente e impõe novas identificações aos/às professores/as.

O corpus constitui-se de recortes de discurso de três gêneros textuais escritos e veiculados em mídia de abrangência estadual, o jornal *O Popular*. O interesse é verificar como o discurso jornalístico opera para a construção de sentido dentro de um contexto sócio-histórico demarcado ideologicamente. Além disso, diante da preocupação com a formação discursiva e ideológica, o presente trabalho tem como objetivo analisar a construção das identificações docentes nos discursos midiáticos, no contexto decorrente do processo de implantação das OSs nas escolas públicas do Estado de Goiás.

A análise se deu a partir de onze textos que contemplam os recortes temático e temporal e quatro que são relacionados ao tema. Os textos estão distribuídos nos seguintes gêneros: sete exemplares de notícia, três exemplares de reportagem e um exemplar de editorial. A título de organização, os dados são detalhados e dispostos nos quadros a seguir.

Quadro 2 - Relação de textos publicados sobre a tentativa de implantação das OSs

Gênero	Data	Título	Responsabilidade atribuída¹⁴	Editoria	Página
N1 - Notícia	12/12/15	Seduce condena manipulação em ocupação de escolas	Redação	Cidade	2
N2 - Notícia	12/12/15	Estudantes ocupam Lyceu	-	Cidade	2
R1 - Reportagem	15/12/15	Quem faz parte das ocupações	Vandré Abreu	Cidade	5
N3 - Notícia	15/12/15	Justiça nega pedido de reintegração de posse de 3 escolas	Redação	Cidade	3
N4 - Notícia	16/12/15	Juiz indefere reintegração de posse	Vandré Abreu	Cidade	3
R2 - Reportagem	28/12/15	OSs terão meta para cumprir	Cristiane Lima	Cidade	4
N5 - Notícia	14/01/16	Justiça determina que manifestantes deixem escolas	Redação	Cidade	3
E1 - Editorial	13/02/16	Desocupação do Lyceu	-	Cidade	2
R3 - Reportagem	16/02/16	Polícia prende manifestantes	Sarah Teófilo	Cidade	9
N6 - Notícia	17/02/16	Manifestantes são liberados	Sarah Teófilo	Cidade	2
N7 - Notícia	18/02/16	Professor diz ter ficado sem água na cadeia	-	Cidade	8

Fonte: Jornal *O Popular*.

O quadro seguinte é formado por textos que não atendem aos recortes estabelecidos para o corpus da pesquisa, ou seja, não tratam propriamente sobre o tema das OSs ou foram publicados fora do nosso recorte temporal, entre dezembro de 2015 e fevereiro de 2016.

¹⁴ O texto jornalístico é resultado de uma produção de muitos, ou seja, a produção autoral é sempre coletiva. O uso do termo responsabilidade atribuída é somente para respeitar as informações constantes nos textos analisados.

Apesar disso, todos tratam sobre o tema da educação, em contexto regional e ou nacional, e foram selecionados e incorporados às análises por apresentarem conteúdo relevante e/ou relacionado ao tema da nossa pesquisa.

Esses textos trazem exemplos de identificações/representações docentes da atualidade, que ora escancaram as relações de poder entre grupos, ora denotam as exigências impostas e comuns ao universo neoliberalista e com significativa influência do FMI e do BM, que são exploradas a seguir. Tais questões agregam valor e são importantes para o contexto geral da análise.

Quadro 3 - Demais textos

	Data	Título	Responsabilidade atribuída	Gênero	Editoria	Página
R4	23/11/15	Mudança na hierarquia escolar	Cristiane Lima	Reportagem	Cidade	3
R5	26/11/15	Marconi diz ser contra a estabilidade do servidor público	Fabiana Pulcineli	Reportagem	Cidade	2
R6	07/12/16	Alunos brasileiros têm baixo desempenho em avaliação internacional	Folhapress	Reportagem	Cidade	15
R7	07/12/16	Formação e valorização de professores são desafios	Folhapress	Reportagem	Cidade	15

Fonte: Jornal *O Popular*.

Considerando os recortes estabelecidos pela pesquisa, temporal e temático, foi possível perceber que os textos circularam, prioritariamente, na seção Cidades, onde o cotidiano do Estado é notícia. Esporadicamente, outras seções também tratavam do tema educação ou da tentativa de implantação das OSs: Opinião, Cartas do leitor, entre outras.

Esclarecemos que todo o material analisado trata de assuntos e temas relacionados à educação e foram publicados em meio à tentativa de implantação das OSs como proposta do Governo do Estado de Goiás¹⁵.

Na sequência, apresentamos a análise de trechos em que aparecem as identificações mais relevantes no jornal *O Popular*. São destacadas três diferentes categorias sociodiscursivas, por meio das quais classificamos os modos de identificação dos/as professores/as: identificação do/a professor/a em uma perspectiva moral, identificação do/a professor/a em uma perspectiva profissional e identificação do/a professor/a em uma perspectiva política, abaixo detalhadas. Além disso, classificamos as representações a partir

¹⁵ Ressaltamos que após vários entraves e questionamentos quanto a legalidade da proposta, o governo do Estado de Goiás não conseguiu viabilizar a implantação das OSs na educação.

das categorias analíticas propostas por Van Leeuwen (1996), que formam parte da Teoria da Representação de Atores Sociais. Buscamos entender como os/as professores/as, enquanto atores sociais, são representados e quais identificações são construídas pelo jornal. Esclarecemos que as classificações propostas não são rígidas e sim fluídas. As questões analisadas podem se sobrepôr e/ou se misturar.

4.1 Identificações do/a professor/a em uma perspectiva moral

Nessa categoria, são exemplificadas as construções identitárias do/a professor/a sob o viés moral. Neste quesito, são destacadas as tentativas de ataque/desqualificação do/a professor/a no que diz respeito ao seu caráter e aos seus princípios morais, o que prejudica a sua imagem social. Tal identificação aparece em dois textos do corpus. Encontramos dois tipos de identificação moral: a) o/a professor como transgressor da ordem pública e b) o/a professor/a como transgressor da lei. A seguir apresentamos trechos dos textos em que aparecem essas identificações, acompanhados de análise.

4.1.1 O/a professor/a como transgressor da ordem pública

Nesta categoria, o/a professor/a é identificado como infrator, violador de regras e que não apresenta boa conduta. Além disso, é apresentado como indisciplinado, que tem dificuldades para seguir regras. Daí a necessidade de posturas mais rígidas, que enfrentem tal comportamento.

- [01] O governador Marconi Perillo (PSDB) defendeu hoje o regime celetista para a contratação de servidores públicos, confirmando as críticas à estabilidade do funcionalismo feitas em evento do grupo Lide, em Salvador (BA), na semana passada. De acordo com o jornal *A Tarde*, **Marconi chamou a estabilidade de “a coisa mais imbecil e mais burra que existe”**. [...] Em bate-papo na internet com o tema Educação na tarde de hoje, o governador respondeu a pergunta enviada pelo blog e confirmou também que transformou escolas da rede estadual em colégios militares em retaliação a professores que participaram de manifestação em evento em que ele estava presente. **“Eu disse e repito: não podemos ter baderneiros nas escolas. Escolas que não conseguem lidar com baderneiros precisam de um modelo diferente, de um conceito diferente. Para essas pessoas, a melhor coisa é a escola militar. Há que se ter disciplina, hierarquia e respeito”**, disse no bate-papo. Ainda de acordo com *A Tarde*, **ele afirmou aos empresários que tem coragem para enfrentar os “baderneiros”**. [...] “Fui num evento e tinha um grupo de professores radicais da extrema esquerda me xingando. Eu disse: tenho um remedinho pra vocês. Colégio Militar e

Organização Social. **Identifiquei as oito escolas desses professores. Preparei um projeto de lei e em seguida militarizei essas oito escolas.** O Brasil está precisando de ‘nego’ que tenha coragem de enfrentar’, relatou a reportagem. **Marconi fazia referência a um grupo de professores que protestou** em evento em junho, no Centro Cultural Oscar Niemeyer. (O Popular, R5, p. 2, *grifo nosso*)

Considerando a teoria de representação de atores sociais, proposta por Van Leeuwen (1996), o excerto [01] exemplifica a representação por *categorização avaliativa*. Nessa categoria, os atores sociais são representados através de termos pelos quais são avaliados, nesse caso, como “baderneiros”.

Outro termo utilizado de maneira pejorativa é “nego”, para referir-se àquele que tem coragem para enfrentar desafios, no caso, o próprio governador. Além disso, o texto também exemplifica o que o autor chama de *agentividade*, considerado um conceito sociológico, através do qual os lugares são demarcados entre atores sociais agentes versus atores sociais pacientes. Nesse caso, o governador, representante maior do Estado, é representado como agente, o que fez e continuará fazendo o enfrentamento. Do outro lado, os professores “baderneiros” ou “radicais de extrema esquerda” são representados como agentes pacientes, que sofrem a ação como consequência de seus comportamentos.

É possível apontar, ainda, mais um tipo de representação, a *diferenciação*. O texto distingue explicitamente um ator social de maneira *determinada*, individualizada (comum às pessoas da elite) — o governador — dos demais atores sociais enquanto um grupo *indeterminado*, generalizado, os/as professores/as. Fica estabelecida a diferença entre Ele/Eu (o governador) e Eles/Os outros (os/as professores/as).

É necessário destacar, ainda, que o excerto escancara o exercício de poder por parte do governo, a força hegemônica nessa relação. Tal fato não causa estranhamento, uma vez que, de acordo com Thompson (2014, p. 40), “todos os estados, ou instituições paraestatais, são essencialmente sistemas de autoridade. Implicam um complexo sistema de regras e procedimentos que autorizam certos indivíduos a agirem de determinadas maneiras”, no caso, o governador. O uso da autoridade também é um mecanismo eficiente para o Estado, uma vez que “a autoridade do Estado pode também se apoiar na difusão de formas simbólicas que procuram cultivar e sustentar a crença na legitimidade do poder político” (THOMPSON, 2014, p. 41). Sendo assim, não só professores/as, mas toda a sociedade está suscetível às práticas de exercício do poder (e aos seus abusos), pois, de acordo com Foucault (1986, apud CORACINI, 2011, p. 311), “a disciplina fabrica indivíduos; ela é a técnica específica de um

poder que torna os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício”.

Em seu texto, que também trata das imagens docentes relacionadas ao discurso jornalístico, Silva (2012, p. 53) explica que é comum recorrer

ao processo de estereotipia para reforçar determinados traços associados à imagem do bom docente. Quando este profissional transgredir, de alguma maneira, o senso comum, está sujeito a julgamentos vindos de diferentes atores sociais, incluindo estudantes, pais de alunos, dirigentes escolares e, dependendo da ‘transgressão’, e de seu potencial noticioso, também dos meios de comunicação.

É justamente o que acontece, não por parte do jornal, o meio de comunicação em questão, mas por parte do Estado/governador. Os/as professores/as são julgados/avaliados socialmente como “baderneiros” e “radicais de extrema direita”, vocábulos que os caracterizam como transgressores da ordem pública, que fazem o enfretamento do “poder”.

Outra característica que evidencia as relações de poder pode ser destacada a partir do trecho citado acima. A diferença de representação entre as pessoas da elite e pessoas comuns no discurso jornalístico é recorrente. As posições são ideologicamente marcadas em relação ao poder quando o governador é identificado, nomeado, especificado, o que não acontece com os/as professores/as que são representados genericamente, como pessoas comuns que fazem parte do “mundo dos governados”. Van Leeuwen (1996, p. 48) confirma tal prática ao afirmar que “os jornais orientados para a classe média tendem a individualizar as pessoas de elite e a assimilar as ‘pessoas comuns’, enquanto os jornais orientados para a classe trabalhadora muitas vezes individualizam ‘pessoas comuns’”. Assim, pode-se concluir que o jornal *O Popular* é orientado para a classe média, uma vez que foi possível perceber que a publicação tem por prática nomear prioritariamente pessoas relacionadas ao poder, o que não acontece com os demais.

4.1.2 *O/a professor/a como transgressor da lei*

Cabe destacar aqui a tentativa de identificar os manifestantes, e entre eles os/as professores/as, como pessoas que cometem contravenções e/ou crimes e, por isso, precisam ser ouvidos pela justiça.

Esclarecemos que o corpus desta pesquisa contempla um período crucial para os rumos das discussões sobre as OSs na educação pública goiana. Os movimentos de resistência

e as ocupações das escolas públicas estaduais, assim como da sede da SEDUCE, foram decisivos para a não consolidação do projeto. Durante a cobertura do tema, notícias e reportagens traziam no corpo do texto palavras como violência, agressões, prisões, vandalismo e crimes, entre outras, que eram utilizadas com regularidade para tratar sobre as OSs. A criminalização do movimento configura uma tentativa de enfraquecimento dos movimentos de resistência e de deslegitimação da causa junto à sociedade. A título de exemplificação, um trecho é aqui destacado.

[02] O Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) concedeu no início da tarde desta quarta-feira (17/2), em audiência de custódia, a liberdade a todos que estavam presos após manifestação na Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esporte (Seduc) realizada na noite de segunda-feira, inclusive três alunas do ensino médio que estavam no 14º DP. Além delas, foram soltos 15 homens que estavam na carceragem da DEIC, **dentre eles os professores Rafael Saddi, da Universidade Federal de Goiás (UFG), Thiago Oliveira, de uma escola do ensino médio, e Alexandre de Paula Meirelles, da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Todos estavam presos sob a acusação de dano qualificado (por ser patrimônio público) e corrupção de menores, uma vez que três adolescentes também foram apreendidos na noite de segunda-feira.** (*O Popular*, N6, p. 2, grifo nosso)

O uso do termo “preso”, acompanhado pela descrição do possível delito “sob acusação de dano qualificado” e “corrupção de menores”, caracteriza os professores como transgressores da lei.

O trecho [02] exemplifica um tipo de representação via *categorização funcional* pois os professores são mencionados pelos seus cargos profissionais, bem como pelos vínculos empregatícios. Aliás, os vínculos empregatícios também podem ser considerados uma representação por *categorização identificacional*, uma vez que os professores são identificados não só pelos nomes, mas também a partir das instituições que trabalham, neste caso a UFG e a UEG. É possível destacar outros tipos de representações no excerto acima. Primeiramente, ocorre a representação dos atores sociais por *especificação*, do tipo *individualização* quando os professores são citados como indivíduos. Ou ainda, a representação por *nomeação*, quando seus nomes são explicitados.

4.2 Identificações do/a professor/a em uma perspectiva profissional

Nesta categoria buscamos analisar as identificações do/da professor/a sob o aspecto profissional, em que suas práticas, o desempenho de suas funções e rotina são abordados. Esse

tipo de identificação aparece em sete textos do corpus. Foram encontrados quatro tipos de identificações profissionais do/a professor/a, a saber: a) o/a professor/a visto como agente exclusivo de ensino; b) o/a professor como profissional desqualificado, com saberes limitados; c) o/a professor como sujeito idealizado pelas políticas neoliberalistas; e d) o/a professor/a como sujeito enfraquecido quanto à sua organização de classe.

4.2.1 O/a professor/a visto como agente exclusivo de ensino

Nesta categoria, o/a professor/a é identificado como sujeito que tem suas atuações limitadas, ou seja, cabe ao/a professor/a somente ensinar e não se envolver em outras instâncias alheias ao seu papel idealizado.

[03] A declaração oficial da Secretaria destaca as vantagens da gestão das escolas por OSs afirmando que ela vai garantir que **professores e diretores se dediquem exclusivamente ao ensino e aos alunos**. (*O Popular*, N1, p. 2, *grifo nosso*)

[04] “Nosso projeto de gestão compartilhada é único, e vai garantir que **professores e diretores se dediquem exclusivamente ao ensino e aos alunos**. As escolas vão permanecer 100% públicas e gratuitas”, continuou a Seduce por meio da nota. (*O Popular*, N2, p. 2, *grifo nosso*)

Nos excertos [03] e [04], o uso da palavra “exclusivamente” cerceia, delimita a atuação do/a professor/a ao espaço da sala de aula e ao ato de ensinar, privando-o de participar em outras atividades desenvolvidas no ambiente escolar.

Outras vozes, que não a do jornal, também estão presentes nos textos. No excerto [05], o direito de fala é dado a um dos representantes das OSs candidatas ao edital de implantação, a Associação Educacional Olimpo, que tem sua opinião destacada.

[05] De forma sucinta e simples, o ex-sócio do Colégio Olimpo, Marcelo Moraes Melo explica que a intenção é cobrar com mais rigor e disciplina o que já está estabelecido [no currículo escolar, com base na referência do MEC] – tanto dos alunos quanto dos funcionários, fazendo com que todos cumpram horários, **que os professores ministrem o conteúdo letivo**, além de não permitir desvio de função (como um professor de história que dê aula também de filosofia, mesmo sem formação para tal). **“A implantação do modelo pedagógico não tem segredo nenhum. Basta o diretor dirigir, professor dar aula, faxineira limpar, o aluno estudar, coordenador coordenar.”** (*O Popular*, R3, p. 9, *grifo nosso*)

No excerto [05], novamente fica evidente a intenção de restringir a atuação do/a professor/a, agora, num tom autoritário, que pode ser percebido pelo uso dos termos “fazendo com que todos cumpram”, “não permitir”, “basta”, que denotam algo que deve ser cumprido e não está sob negociação. Além disso, “basta ... o professor dar aula” também delimita a atuação do/a professor/a.

Os três excertos exemplificam opiniões favoráveis ao cerceamento de participação do/a professor/a em outras instâncias fora do espaço da sala de aula. Acreditamos que, como um importante agente social, o/a professor/a precisa exercer sua participação em outras atividades, políticas ou não, sejam elas dentro ou fora da escola.

Faz-se necessário destacar que, em nenhum dos excertos, o espaço de voz foi oferecido ao/à professor/a, ou seja, o jornal não faz a gestão de vozes de maneira igualitária, o que pode significar um engajamento da publicação. Quanto à representação dos/as professores/as, essa só ocorre através da *categorização funcional*, quando o ator social é representado pela função que desempenha e é referido de maneira generalizada, somente pelas funções ou ocupações que exercem, através do uso do substantivo professor.

4.2.2 O/a professor/a como profissional desqualificado, com saberes limitados

A identificação do/da professor/a é feita segundo o mito da “eterna desqualificação”, ou seja, os docentes possuem uma formação deficiente e, geralmente, não estão aptos para o exercício de suas funções. Tal identificação geralmente é atrelada à ideia de que esse despreparo reflete de maneira direta na aprendizagem e nos resultados dos alunos.

[06] As organizações [sociais] também deverão **elaborar e executar um plano de formação continuada para profissionais que atuam nas unidades escolares. A intenção é garantir que seus profissionais tenham representatividade em todas as formações.** Entre as diretrizes também há tópicos que detalham que **as formações continuadas [dos professores] deverão abranger, no mínimo, 50% dos professores no primeiro ano de gestão, 75% no segundo ano e 100% no terceiro ano.** (*O Popular*, R2, p. 4, *grifo nosso*)

No excerto [06], a identificação negativa do/a professor/a é construída através do ato de “qualificar desqualificando” (FERREIRA, 2012), em que as OSs são representadas como aquelas que garantirão a qualificação profissional aos/às professores/as estaduais, até então, desqualificados/as. O trecho “elaborar e executar um plano de formação continuada para profissionais que atuam nas unidades escolares” corrobora para alimentar a crença de que,

nessas unidades, os profissionais docentes não são qualificados. Para dar mais credibilidade, metas e índices são traçados a fim de atender à totalidade dos profissionais, o que melhoraria a qualidade do ensino. Tais elementos configuram práticas comuns aos ideais neoliberalistas que priorizam resultados. As representações seguem sendo feitas, majoritariamente, via *categorização funcional*.

4.2.3 O/a professor/a como sujeito idealizado pelas políticas neoliberalistas

Caracteriza-se pelo/a professor/a identificado/a como um sujeito que tem por responsabilidade alcançar metas propostas pela gestão. O importante são os resultados e os números/índices, e não o processo, o que contribui para a negligência com a formação humana. De acordo com tais práticas, o/a professor/a é fiscalizado/a e está condicionado a sistemas de avaliações constantes quanto ao seu desempenho no exercício da função, podendo ser bonificado/a quando este é considerado satisfatório. Além disso, o indivíduo passa a acumular novas funções ou tem suas funções habituais distorcidas.

[07] A Seduce pretende cobrar das OSs que vierem a assumir a gestão das escolas da rede estadual a partir de 2016 **uma série de metas para aumentar índices de qualidade das unidades e reduzir números negativos, como abandono, transferências sem justificativas e faltas.** (*O Popular*, R2, p. 4, *grifo nosso*)

Termos e expressões como “cobrar”, “metas”, “índices”, “qualidade”, “números negativos” são comuns ao universo da administração de uma empresa e estão carregados de valores neoliberais. Para atender aos ideais neoliberalistas, é necessário (re)construir identificações e representações que ressignifiquem o ofício de ensinar. Neste universo, o/a professor/a precisa acumular outras funções ao ato de ensinar, entre elas, motivar, inspirar, orientar, inovar e ser bem-sucedido a ponto de atuar como um modelo para o aluno. Além disso, precisa pertencer ao mundo da qualidade, o que inclui seu desempenho durante as aulas e principalmente sua contribuição nos resultados alcançados em avaliações. Vale ressaltar, ainda, que tal identificação é uma contradição em relação ao item “a”, que delimita a atuação do/a professor/a. Ou seja, existe uma confusão acerca daquilo que se espera de um docente no exercício de sua função.

Parte dos mecanismos de aferição de competências que existe no nosso meio são as avaliações do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), um órgão

internacional que representa o ideário neoliberal. Ao falar sobre o desempenho dos alunos brasileiros no exame entre os anos de 2009 e 2015, que resultou no Brasil ocupando as piores colocações, o então Ministro da Educação, Mendonça Filho, diz que

[08] a maioria [dos alunos] é incapaz, por exemplo, de interpretar e reconhecer situações em contextos que não exigem mais do que uma inferência direta. Ministro Mendonça Filho (Educação), lamenta e diz que o resultado “é uma tragédia. E confirma o diagnóstico que fizemos de que, **apesar de termos multiplicado por três o orçamento do MEC, em termos reais, o desempenho ficou estagnado ou até retrocedeu**, como é o caso específico de matemática.” (*O Popular*, R6, p. 15, grifo nosso)

Logo na sequência, em outro texto, como parte integrante dessa reportagem, o responsável por tal “tragédia” é identificado/a: o/a professor/a.

[09] A presidente do Movimento Todos Pela Educação, Priscila Cruz, lembra que os resultados do Pisa refletem os resultados que já apareceram nas avaliações nacionais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Priscila afirma que, **sem resolver os desafios de formação e valorização de professores, o País não vai avançar. “O principal fator de sucesso do aluno é a qualidade do professor”, diz. “Enquanto tivermos essa condição de baixa atratividade docente, sem conseguir formar profissionais na área específica e com qualidade, não temos a menor condição de melhorar”, argumenta.** (*O Popular*, R7, p. 15, grifo nosso)

Presentes no excerto [08], falas como a do Ministro (“apesar de termos multiplicado por três o orçamento do MEC, em termos gerais, o desempenho ficou estagnado ou até retrocedeu”) simplificam a relação entre ensino-aprendizagem, tratando-a como um *mercado educativo* (LAVAL, 2004). O investimento visando resultados rápidos com o ensino a fim de atender ao mercado é uma prática comum e exemplifica o discurso neoliberal.

Novamente, no excerto [09], outros termos e expressões utilizadas também podem ser destacados: “resultados”, “avaliações”, “fator de sucesso”, “qualidade”. Todos mantêm relação semântica com a ideologia e os aspectos econômicos/sociais ao universo neoliberalista e são comuns ao meio do/a professor/a como um sujeito idealizado pelas políticas neoliberais. Convém destacar ainda que, além de serem apontados como os possíveis responsáveis pelo baixo desempenho dos alunos, os docentes, mais uma vez, são identificados e relacionados ao mito da “eterna desqualificação”.

Sobre o/a professor/a nos moldes neoliberalistas, Silveira e Santos (2011, p. 320) afirmam que

num mundo onde tudo é transformado pela ótica empresarial, o professor é incitado a deixar de focalizar seu trabalho no ‘ensinar/educar novas gerações’ para se ver como um produto vendável, avaliável, empregável (e descartável) conforme os desejos e preferências do mercado e da clientela (alunos e seus pais).

Tal identificação contribui para o enfraquecimento da escola pública ao considerar a educação como mercadoria, promovendo a “cultura de monitoramento e avaliação de resultados” (SHIROMA; SCHNEIDER, 2013). Por fim e a título de exemplificação, esclarecemos que, ao longo da pesquisa, encontramos contraposições entre o/a professor/a da escola privada e o/a professor/a da escola pública. Enquanto o primeiro é identificado como um produto diferenciado do mercado, por ser motivado e ter suas práticas guiadas pelas inovações, o outro é identificado com traços que caracterizam o/a professor/a tradicional, antiquado, um sujeito infeliz e insatisfeito, que se mostra resistente às mudanças.

Quanto às representações nos excertos [08] e [09], elas são do tipo *categorização funcional*, ao identificar os atores sociais pelos seus cargos, como ministro e presidente, respectivamente, o que também evidencia a relação de poder estabelecida.

4.2.4 O/a professor/a como sujeito enfraquecido quanto à sua organização de classe

Aqui o/a professor/a é percebido como sujeito representativo de uma classe enfraquecida, com uma representatividade comprometida. Assim, é comum perceber indícios que contribuem para que os docentes continuem isolados, desacreditados quanto ao seu potencial e capacidade de resistência e que não se unem em prol de um objetivo comum ou contra o que não concordam. É possível perceber tentativas de enfraquecimento da comunidade escolar.

- [10] Quem é quem – Implantação de novo modelo de gestão das escolas estaduais inclui um personagem na hierarquia administrativa: o gestor da OS. [...] Professores efetivos: **Os que não quiserem trabalhar com OSs, poderão mudar de escola.** Responderão aos diretores e aos gestores, a depender de cada caso. Manterão o mesmo vínculo profissional com o Estado. Professores temporários: Serão demitidos e nova seleção será feita para contratar sob regime de CLT. Responderão aos diretores e gestores das escolas, assim, como os efetivos, mas seu vínculo é apenas com as OSs. (*O Popular*, R4, p. 3, grifo nosso)

Conforme consta no excerto [10], é dada ao professor/a a opção de “mudar de escola”, caso não concorde com o que foi proposto para aquele ambiente escolar. Iniciativas como

essa, visam ao enfraquecimento da classe, uma vez que é mais fácil mudar de escola do que lutar contra o que está posto. Até o momento, é possível notar que a *categorização funcional* é o tipo de representação mais recorrente relacionada aos docentes nos textos analisados, ou seja, eles raramente são referidos de maneira individualizada, ou seja, acontece a generalização.

4.3 Identificações do/a professor/a em uma perspectiva política

Nesta categoria, analisamos as identificações do/a professor/a atreladas a movimentos e manifestações relacionadas às perspectivas políticas. Esse tipo de identificação, do/a professor/a como um sujeito apolítico, aparece em sete textos do corpus.

4.3.1 O/a professor/a visto como um sujeito apolítico

A representação do/da professor/a é construída como um sujeito dissociado de discussões políticas, ou seja, que não pode e não deve demonstrar suas posições, convicções e muito menos manifestá-las em público, principalmente se forem contrárias ao que está posto. Sua atuação como formador de opinião não lhe permite discutir política nos ambientes educacionais ou fora dele. Geralmente, quando a imagem do/a professor/a é relacionada a movimentos e manifestações políticas, essa é estigmatizada e percebida como algo negativo.

Tal representação pode ser relacionada com um projeto de lei que visa ditar normas e regras para a conduta do professor em sala de aula. O programa Escola sem Partido é um projeto de lei que visa tornar obrigatório a afixação de um cartaz, em todas as salas de aula de ensino fundamental e médio, para garantir as “boas práticas do professor”. Os autores do projeto argumentam em favor de uma neutralidade política e ideológica, que garantiria o sistema democrático do país. Para tanto, acusam os professores de usar o espaço da sala de aula para fazer doutrinação político-partidárias, ideológicas e moral, o que seria um “abuso intolerável da liberdade de ensinar”. Diante de tal cenário, onde o professor vê sua liberdade cada vez mais ameaçada e o discurso de demonização da profissão se fortalecendo, é possível prever os impactos negativos para a carreira docente.

Retomando as análises das representações, no excerto [11], o professor exerce seu direito de fala e evidencia sua resistência contra esta percepção negativa do docente politizado.

- [11] O professor da Universidade Federal de Goiás (UFG) Rafael Saddi afirmou que ele e os outros 14 homens que ficaram presos na carceragem da Delegacia Estadual de Capturas (Decap) **não tiveram acesso a água**. [...] De acordo com Rafael, os manifestantes beberam água graças aos outros presos, que encheram garrafas e passaram a eles, no pátio da carceragem. “Fiquei me fazendo uma pergunta na cadeia: **quando foi a última vez que um professor de universidade federal foi preso por convicções contrárias ao governo? Sou historiador e sei que esta resposta é ditadura militar**”, disse Rafael, indignado com a prisão dele, dos outros dois professores e de alunos. O delegado Marco Antônio garantiu que a informação não procede. **“Conversa fiada deles.”** Segundo ele, existe uma torneira no pátio usada pelos presos. **“Lá não é banheiro com hidromassagem”**, ironizou. (*O Popular*, N7, p. 8, grifo nosso)

O uso da expressão “preso por convicções contrárias ao governo” evidencia que o posicionamento político de professores pode ser algo pelo qual o sujeito pode ou não ser repreendido.

No que diz respeito à representação e considerando o texto acima relacionado, é válido destacar uma prática comum na abordagem da mídia sobre o/a profissional docente. É recorrente a representação diferenciada quando considerados os níveis de atuação desses profissionais. Geralmente, o/a professor/a que atua no ensino superior goza de status social, tendo maior prestígio e respeito quando comparado aos demais docentes.

O excerto [11] serve de exemplificação, pois o/a professor/a é identificado não só pela sua função (como todas as representações anteriores), mas também de maneira única, individualizada. Trata-se de uma categoria diferente de representação, a *nomeação*, em que são evidenciados nome, sobrenome, títulos, entre outros. Porém, apesar de ser nomeado como “professor da Universidade Federal de Goiás”, o que denota um certo “diferencial e respeito”, o professor tem sua credibilidade colocada à prova quanto àquilo que afirma sobre o trato dentro da prisão.

Outro fator relevante é a disputa de verdade que acontece entre a palavra do professor e a palavra do delegado, a autoridade discursiva em questão. Da maneira como os discursos são construídos, o professor é posto como aquele que não diz a verdade, o que configura uma tentativa de deslegitimar o discurso do professor.

Retomando um excerto já explorado, destacamos ainda outra ocorrência em que os professores também são desqualificados quando relacionados a uma perspectiva política.

- [12] Em bate-papo na internet com o tema Educação na tarde de hoje, o governador respondeu à pergunta enviada pelo blog e confirmou também que transformou escolas da rede estadual em colégios militares em retaliação

a professores que participaram de manifestação em evento em que ele estava presente. [...] **“Fui num evento e tinha um grupo de professores radicais da extrema esquerda me xingando.”** (*O Popular*, R5, p. 2, grifo nosso)

Nesse excerto, a representação ocorre via *assimilação*, um tipo de *especificação* que se caracteriza por indivíduos referidos com ênfase na pluralidade, enquanto grupos. Tal representação é utilizada para reforçar a diferença entre pessoas comuns e pessoas da elite, neste caso, o governador. Ou ainda, é possível enquadrar essa representação em outra categoria, a *associação*, um tipo específico de *determinação*. Nesse caso, a *associação* ocorre quando os professores são referidos de maneira genérica no texto, porém rotulados. A forma mais comum de *associação* é a *parataxe*, quando a representação é construída de maneira a representar um grupo como inimigo que se opõe aos interesses de outro grupo ou indivíduo, como é o caso desse excerto. Ocorre a caracterização do grupo de professores como “radicais de extrema esquerda” (de quem era esperado ser apolítico) que rivalizam com o governador e suas intenções, ao ponto de xingá-lo, o que não é considerado uma boa prática, principalmente quando esses xingamentos são direcionados à autoridade maior do Estado.

Ainda sobre a perspectiva política, convém ressaltar que, ao longo de todos os textos analisados, foi possível perceber que o jornal endossa o discurso governamental quando não oferece espaço e voz ao/à professor/a, privando-o do direito de ter uma participação/representatividade política no processo de implantação das OSs. Sobre isso, vale mencionar que, durante o período de maior tensão e diante das ocupações das escolas, a participação dos/as professores/as junto aos movimentos de resistência raramente era destacada ou aparecia de maneira explícita. Na contramão desse fato, o protagonismo dos estudantes era destacado, sempre reivindicando a autoria do movimento como sujeitos não-manipulados e que lutavam por uma emancipação política discente. Como consequência disso, nas raras vezes que os/as professores/as eram citados/as, pareciam estar impedidos/as de assumir posições de liderança e de decisão dos movimentos de ocupação. O excerto seguinte pode exemplificar tais constatações.

- [13] As ocupações nas escolas estaduais goianas, que ontem atingiam oito unidades, **contam com membros de diversos coletivos** (associação de pessoas com objetivos comuns), de partidos de esquerda e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), com o **apoio do movimento universitário e de professores**. [...] Na ocasião [das ocupações], estudantes e professores goianos promoviam manifestações contra o projeto do governo que prevê administração de escolas estaduais por Organizações Sociais (OSs). [...] **As discussões [para iniciar os movimentos de ocupação das escolas] eram feitas em paralelo entre os movimentos estudantil e de**

professores. [...] O que se diz nas ocupações, no entanto, é que as assembleias que definem o futuro de cada ocupação só têm a participação dos estudantes secundaristas. “No início tivemos a ajuda dos universitários, que ensinaram como devemos fazer as assembleias e mobilizar outros estudantes”, diz um estudante. **Professores e universitários teriam, portanto, um papel secundário, segundo os manifestantes, mas fazem parte de comissões, que são as divisões para executarem as tarefas, como segurança, limpeza, alimentação e outros.** (*O Popular*, R1, p. 5, grifo nosso)

Nas poucas vezes em que a voz do/a professor/a é trazida ao texto, fica evidente sua reivindicação para uma participação plena em instâncias que envolvem os rumos da educação e de onde saem importantes decisões.

- [14] Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Álcio Crisóstomo critica a **falta de participação de professores**, alunos e servidores administrativos na elaboração do projeto de compartilhamento de gestão. A professora Luiza Dias reclama que o **modelo será imposto** sem conversar com pais e alunos. “A educação pública e todos os atos deveriam ser assim também. O que vemos é um **modelo sendo desenhado para que nós possamos fazer funcionar e sequer fomos consultados**”. (*O Popular*, N1, p. 2, grifo nosso)

O excerto [14] é um exemplo de autoidentificação do professor, que luta pelo direito de falar. As representações dos atores sociais são aí realizadas através da *especificação/individualização*, pois os professores são citados como indivíduos, separadamente. A *nomeação* também ocorre quando os nomes são citados, bem como a *categorização funcional*, pois os cargos acompanham a descrição dos professores.

Um dos períodos de maior tensão e demanda de notícias, foi durante as ocupações das escolas públicas estaduais, ocorridas de maneira intensificada entre os meses de dezembro de 2015 e fevereiro de 2016. Diante do crescente número de ocupações das escolas goianas, o Governo do Estado recorreu à justiça para tentar enfraquecer os movimentos de resistência. Alguns textos trouxeram a voz da Justiça sobre o assunto, e em dois momentos distintos os posicionamentos de diferentes juízes foram contrários. No início das ocupações e em um primeiro pedido de reintegração de posse das escolas públicas estaduais, o juiz não só negou como defendeu as ocupações.

- [15] O pedido ajuizado pelo governo de Goiás, que pretendia reintegrar posse de três das oito escolas ocupadas em Goiânia, foi negado, na tarde desta terça-feira (14), pelo juiz Eduardo Tavares dos Reis, da 1º Vara da Fazenda Pública Estadual da capital. O magistrado alegou que **o protesto de estudantes e professores não tem o objetivo de privar o Estado de propriedade.** [...] No entendimento do juiz, **a natureza jurídica da**

ocupação não caracteriza usurpação de posse. “Transformar o movimento de ocupação das escolas em questão jurídica é, com absoluto respeito, uma forma incorreta de compreender a dimensão do problema”, afirmou o juiz ao site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO). (*O Popular*, N3, p. 3, *grifo nosso*)

- [16] O magistrado diz que **“os alunos e professores não têm intenção de privar o Estado de Goiás da posse dos imóveis públicos, mas trazer à tona a discussão acerca da transferência da gestão do ensino público para as organizações sociais”**. [...] Na decisão, o juiz reforça o fato de que não há registro de destruição ou vandalismo do patrimônio, caracterizando um movimento **“pacífico, organizado e com objetivo claro de abertura de um canal de diálogo”**. (*O Popular*, N4, p. 3, *grifo nosso*)

O excerto [15] merece ser destacado pela intertextualidade e contradição em relação ao discurso repetido pelo governo ao tentar deslegitimar os movimentos de resistência e ocupação. Várias foram as tentativas de enfraquecer os movimentos: a intervenção da polícia em diversos momentos, a solicitação de corte de água nas escolas ocupadas e, em uma medida extrema, o acionamento da Justiça para garantir a reintegração de posse dos locais ocupados. O discurso do juiz merece destaque, pois não só frustrou as expectativas do governo, mas também legitimou o modo de identificação que os/as professores/as atribuem a si mesmos dentro do movimento. A identificação dos/as professores/as como ativistas sociais é referendada pelo juiz ao mesmo tempo que é negada pelo governo. O discurso evidenciado nos argumentos do governo coloca professor/a e aluno/a como que em desvio de função social, e que, enquanto parte do movimento, usurpam o direito de propriedade.

Em momento posterior, o governo aciona novamente a justiça e entra com um novo pedido de reintegração de posse sob alegação de danos ao patrimônio público. O pedido é analisado por um desembargador que dá uma decisão diferente, favorável ao governo e sob o risco de pagamento de multa, caso não seja cumprida. A notícia traz outra vertente do discurso da Justiça. Novamente, o espaço é dado somente ao Governo e o jornal traz a informação do posicionamento através de nota da SEDUCE.

- [17] De acordo com a nota da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte (Seduc), o desembargador concorda com os argumentos da petição, segundo os quais **“os recorridos não só tiveram a intenção, como de fato, privaram o Estado de Goiás da posse pacífica dos imóveis públicos destinados ao fornecimento do serviço público de educação”**. [...] Ele justifica a decisão ao afirmar que a proibição da ocupação é justa, tendo em vista “o interesse público decorrente de sua afetação e que **a ocupação operada é medida de violência simbólica, pois impossibilita a prestação do serviço público estadual**”. De acordo com o desembargador, **a questão deve ser resolvida com a “mínima perturbação social” e que o direito de**

manifestação, na forma como foi feita pelos alunos da rede pública estadual “viola a proteção legal conferida às crianças e adolescentes que, desacompanhadas de seus pais e responsáveis, cometem atos infracionais nos imóveis ocupados”. (*O Popular*, N5, p. 3, grifo nosso)

Apesar de não apresentar identificações das pessoas envolvidas no movimento de ocupação, o excerto é destacado como uma decisão contrária à anterior apresentada e ilustra a discussão sobre as características do movimento sob o viés da Justiça. Vale ressaltar que, em contato com a voz do governo somado à voz da justiça, facilmente o leitor é influenciado a posicionar-se contra aqueles que fazem oposição às OSs na Educação.

Já destacado em diversos momentos dessa análise, é necessário ressaltar a omissão ou pouca recorrência de vozes dos atores sociais que são foco desta pesquisa, os/as professores/as. Quando debruçados sobre os textos que compõem o corpus, nota-se que normalmente a distribuição do espaço não é feita de maneira igualitária. Considerando o contexto da pesquisa e a cobertura do tema feita pelo jornal *O Popular*, foi possível perceber que é recorrente o silenciamento do/a professor/a, principalmente quando são noticiados fatos relacionados às ocupações e manifestações contrárias às OSs. Nesses casos, segundo Van Leeuwen (1996), os/as professores/as são representados/as via exclusão, podendo ser suprimidos ou encobertos no texto. A exclusão também é considerada um aspecto importante para a ADC.

Sempre que procurada, a SEDUCE divulgava notas sobre fatos novos, onde a voz do/a professor/a não era considerada. Por diversas vezes, como um dos principais atores sociais envolvido diretamente no processo e presente nos movimentos de resistência, o/a professor/a, não chega a ser mencionado/referido. Ao contrário, a voz do governo frequentemente é trazida ao texto como a autoridade discursiva sobre o tema das OSs. Além do governo e seus representantes (SEDUCE e Polícia Militar), em diferentes momentos, foram trazidos ao texto: a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), os responsáveis pelas OSs candidatas ao edital de implantação, representantes de escolas particulares, entre outros. Diante de uma proposta de mudanças de paradigmas na gestão das escolas públicas goianas, o/a professor/a é desconsiderado/a, não pode falar sobre o tema e a voz do governo é apresentada como uma verdade única e absoluta. Como exemplo, é possível citar o seguinte excerto:

- [18] Garantindo que sempre esteve aberta ao diálogo, **a Seduce diz ter convicção de que o modelo é uma iniciativa inovadora, que “tornará o sistema mais ágil, mais eficiente e fará avançar a qualidade da educação pública em Goiás”.** (*O Popular*, N1, p. 2, grifo nosso)

Ainda sobre a autoridade discursiva exercida pelo governo e seus representantes, essa geralmente acontece por meio de entrevistas de pessoas relacionadas ao governo ou notas divulgadas pela SEDUCE e reproduzidas pelo jornal. A defesa de implantação das OSs diante das manifestações e dos movimentos contrários eram informações repetidas em quase todas as notas e sempre constavam nos textos publicados. Apesar de reiterar por diversas vezes que esteve aberta ao diálogo com os/as professores/as, não é o que foi percebido, já que raramente o espaço foi dado ao/à professor/a, tanto pelo órgão, quanto pelo periódico. Em vários momentos, as notas divulgadas pela SEDUCE e trazidas aos textos, ignoravam o/a professor/a e não consideravam sua resistência e reivindicações legitimadas. O próximo excerto exemplifica isso e faz menção às dúvidas que a classe docente tinha sobre os novos rumos da educação pública goiana mediante uma possível implantação das OSs, bem como os impactos na carreira e no cotidiano do professor.

[19] A Secretaria da Educação, Cultura e Esporte de Goiás (SEDUCE), divulgou nota sobre a ocupação do Instituto de Educação de Goiás (IEG) na tarde deste sábado (12), em que diz **respeitar a manifestação quando vem de alunos e pais**. O texto diz ainda que **a Seduce condena “de forma veemente a manipulação dessas dúvidas por sindicatos, partidos políticos e outros grupos, incluindo ativistas profissionais de outros estados”**. (*O Popular*, N1, p. 2, grifo nosso)

Por último, apesar de não ser objeto de estudo desta pesquisa, convém ressaltar que grande parte dos textos analisados ao longo da pesquisa são acompanhados por imagens muito significativas e que somam junto às identificações construídas pelo jornal. De acordo com Van Leeuwen (1996), os estudos da ADC também precisam explorar criticamente as representações visuais, ou seja, os textos multimídias tão comuns ao nosso tempo, que também apresentam potencial para manifestações, daí a importância em aplicar as ferramentas críticas tanto no verbal como no visual, o que não é o foco da nossa pesquisa.

Ao longo de todas as análises acima relacionadas e em contato com o discurso midiático do jornal *O Popular*, foi possível perceber que as representações sociais incluem ou excluem os atores sociais de acordo com seus interesses e propósitos em relação aos leitores a quem se destinam. Algumas das exclusões podem ser inocentes, detalhes que se supõe que os leitores já saibam, ou que são considerados irrelevantes por eles. Outras se aproximam da estratégia de propaganda de criar medo e estabelecer inimigos ou ainda de representar positiva ou negativamente, maximizar ou minimizar os feitos, as pessoas, os objetos, etc. No caso desta pesquisa, percebemos que servem para legitimar ou deslegitimar interesses governamentais.

Considerando o que Charaudeau (2015) chama de “acontecimento”, vimos que a estruturação de um texto jornalístico se dá a partir de dois olhares: daquele que produz a notícia em algo significativo e daquele que, do outro lado, interpreta a notícia segundo sua própria competência. Do lado da produção, percebemos que o jornal *O Popular* demonstra um engajamento com aqueles que exercem o poder, nesse caso, o Governo do Estado.

Em contato com as páginas do jornal e da maneira como as representações são construídas, a partir de um olhar crítico é possível perceber que o Estado ocupa o lugar de agente, evidenciado de maneira positiva como um Estado-benfeitor que regula, protege a população contra quem causa desordem e transgredir as leis ou impede o progresso. No lado oposto está o/a professor/a, que ora ocupa o lugar de paciente, que sofre as ações do Estado, ora ocupa o lugar de agente da desordem, que representa um problema de ordem social.

Desde o século XVII, época de maior expansão da imprensa, até a atualidade, o jornal deveria funcionar como um espaço para a manifestação de diferentes pontos de vista sobre um mesmo assunto. Não é o que percebemos no contexto em questão. No caso desta pesquisa, é possível perceber que o jornal serve exatamente aos interesses do governo e contribui para o uso excessivo do poder do Estado quando não distribui espaços de forma igualitária, ou melhor, não dá espaço para que o/a professor/a exerça seu direito de liberdade individual.

Percebemos que as identificações/representações docentes feitas de maneira individualizada, referindo-se aos sujeitos através de seus nomes ou outro detalhe que os individualize, são escassas. Para ADC, a individualidade manifesta nas várias esferas da sociedade tem um grande valor, o que torna essa prática do jornal algo problemático. A assimetria é efetivada quando o mesmo não acontece com os demais atores sociais presentes nos textos e que simbolizam o poder, e claro, são sempre particularizados, o que também é feito de maneira intencional a fim de fortalecê-los.

Com relação ao contexto de recepção dos textos jornalísticos, compreendemos que não pode acontecer de maneira passiva. É fundamental problematizar as práticas da mídia, dada a sua relevância político-social, a fim de perceber como as “verdades” são produzidas a serviço do poder social, seja da própria mídia, seja do governo. Estar atento para perceber que a representação de um ator social será realizada conforme um determinado valor de notícia (VAN DIJK, 2005) a que se tem interesse ou ainda que a linguagem pode ser, e geralmente é, o principal instrumento utilizado pela mídia para a reprodução e manutenção de identidades, relações, sistemas de conhecimento e crenças existentes (FAIRCLOUGH, 1995), são posturas que um leitor crítico precisa adotar.

Muitas vezes, enquanto leitores e em contato com o texto jornalístico, tomamos as informações ali presentes como verdades. O que também ocorre com as identificações/representações, que são para nós, um tipo de realidade (MOSCOVICI, 2003). Em contato com elas e adotando uma postura crítica, espera-se que elas sejam questionadas a fim de perceber que lugar ocupam em uma sociedade pensante. Principalmente quando tais representações ameaçam nosso bem-estar ou podem desencadear uma crise de identidade (WOODWARD, 2014).

As identificações/representações docentes presentes no contexto aqui relacionado, da tentativa de implantação das OSs nas escolas públicas do Estado de Goiás, preocupam quando ameaçam a valorização profissional docente. Considerando a nova ordem educativa que se delineia, o sistema educativo está a serviço da competitividade econômica, está estruturado como um mercado, deve ser gerido ao modo das empresas (LAVAL, 2004). Dessa forma, os/as professores/as ficam mais vulneráveis a ataques e julgamentos, conforme percebidos ao longo da análise, e que podem acentuar o stress docente, ao reforçarem o sentimento de que os/as professores/as não controlam a situação em que são chamados a intervir. Sobre isso, Martin Cole e Stephen Walker (1989 apud NÓVOA, 1992, p. 64) afirmam que

o futuro do ensino parece representar o pior dos mundos possíveis. Doravante, os professores terão que prestar mais contas e o seu trabalho será avaliado mais rigorosamente e estará mais exposto aos olhos do público, mas possuirão um menor controle sobre o seu próprio trabalho e sobre os meios para conseguir os resultados pelos quais serão julgados.

Sendo assim, cabe aos docentes estar comprometidos, pessoal e profissionalmente, com práticas que problematizem os discursos acerca de suas identidades, ações, responsabilidades e representações com as quais não se identificam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade, de acordo com Oliveira (2014, p. 33) “vivemos em uma sociedade composta de indivíduos heterogêneos, contraditórios, híbridos, imersos em condições capitalistas neoliberais balizadas pela globalização e era tecnológica”, ou seja, são muitas as complexidades que nos cercam. Diante de tantos desafios, nossas identidades, inevitavelmente estarão em jogo. Sendo assim, a cada dia somos convocados para lutas simbólicas e discursivas, em que existem disputas e uma rede de relações de poder que interferem no modo como o indivíduo se vê e como os outros o veem, impactando, assim, na construção das nossas identidades. Em tal contexto, somos responsáveis por assumir posturas críticas, conscientes e comprometidas com práticas sociais que nos garantam espaço para exercer nosso poder e que não fomentem a manutenção de ideologias e hegemonias que coloquem nossas identidades em crise.

Preocupados com os usos da língua enquanto prática social e atuando de maneira crítica, nos debruçamos sobre os textos publicados no jornal *O Popular*, que atendiam aos critérios estabelecidos: recorte temático e recorte temporal. O recorte temático compreendia textos que tratam sobre educação, no que diz respeito à tentativa de implantação das OSs nas escolas públicas do Estado de Goiás. Quanto ao recorte temporal, os textos deveriam ser publicados durante o período compreendido entre os meses de dezembro de 2015 e fevereiro de 2016, por ser o período de intensificação de ânimos e notícias acerca das OSs. Buscamos mapear e analisar as identificações/representações docentes que são construídas no discurso da mídia goiana, além de refletir sobre as correlações de poder que estão presentes em tais construções.

Considerando a Teoria de Representações de Atores Sociais (VAN LEEUWEN, 1996), utilizada para as análises, os resultados apresentados permitem concluir que os professores, enquanto atores sociais, são representados, em sua maioria, através da categorização, em suas três modalidades: identificacional, avaliativa e funcional, sendo esta última com maior recorrência. Outros tipos de identificação/representação também foram encontrados, em menor ocorrência, entre elas, casos de nomeação, diferenciação, e até mesmo de exclusão, entre outras.

Verificamos ainda que é uma prática comum ao jornal *O Popular* representar os/as professores/as de maneira passiva, indeterminada e/ou generalizada. Em vários textos os/as professores/as são excluídos, despersonalizados e têm sua voz silenciada de maneira contínua. Nos textos analisados, foram escassos os casos em que a voz e a identidade dos/as

professores/as foram evidenciadas. Neste sentido, para a ADC, as ausências de vozes são tão significativas quanto as presenças, e denotam que o jornal contribui para as práticas hegemônicas dos grupos dominantes, neste caso, o Governo do Estado, que age conforme interesses próprios a serem atingidos a todo e qualquer custo para o avanço da política neoliberalista no contexto da educação pública goiana.

Ao individualizar os líderes e/ou as pessoas que representam o poder, o jornal *O Popular* contribui para fazê-los mais fortes, uma vez que a individualização goza de grande valor em nossa sociedade. Além disso, eles são frequentemente identificados/representados como “promotores do progresso, da lei e da ordem”.

Ao mesmo tempo, ao generalizar os/as professores/as, o periódico colabora para identificá-los/as como um grupo homogêneo, consensual. Em outros casos, essa representação é feita de maneira negativa, em que os/as professores/as são identificados/as como despreparados/as, desqualificados/as, enfraquecidos/as e como “transgressores da lei e da ordem”, entre outros, o que prejudica a luta social do/a professor/a e alimenta a manutenção das desigualdades entre os dois grupos. Aliás, as identidades que circulam no jornal *O Popular* caracterizam o docente como um sujeito indisciplinado, questionador, avesso às mudanças e até mesmo desordeiro. Talvez e também por isso, é caracterizado com um profissional que precisa ter sua atuação limitada, mas, contraditoriamente, para se encaixar no mercado neoliberal, precisa também inovar a fim de alcançar metas e resultados propostos. As identidades docentes presentes na publicação nos apresentam, ainda, um profissional com formação deficiente, que tem sua representatividade de classe fraca e comprometida e que deve ser um sujeito apolítico. Todas essas identidades fortalecem os discursos de demonização do/a professor/a e comprometem sua valorização profissional, quando questionam sua atuação, seja ela dentro ou fora dos muros da escola.

Ao considerar a conjuntura social e política que a pesquisa investiga — a tentativa de implantação das OSs nas escolas públicas do Estado de Goiás —, tais práticas discursivas do jornal *O Popular* indicam uma aproximação dos posicionamentos do jornal com interesses políticos particulares, além de não demonstrar preocupação quanto às identificações/representações que ali circulam. A maneira como a mídia atua diante dos acontecimentos cotidianos geralmente reproduz e reforça as representações que contribuem para as práticas impostas pelos grupos dominantes, neste caso, o Governo do Estado.

Através das análises realizadas, ressaltamos a importância em problematizar esse tipo de texto, jornalístico, que está sempre tão disponível e acessível à população em geral.

Alertamos que o perigo consiste em considerar como naturais, universais e permanentes as identificações, sejam elas de professores ou qualquer outro ator social, que ali circulam. Aliás, esse uso da linguagem, em textos jornalísticos ou não, é feito de maneira ideológica, para reproduzir formas simbólicas que contribuem para fins específicos de dominação.

Aliás, não podemos deixar de destacar o avanço do Neoliberalismo como uma política de reprodução da ideologia dominante, onde a lógica é guiada pela meritocracia e pelo lucro, e onde a busca por uma sociedade mais igualitária não tem espaço. As ideologias que sustentam essa política atuam a fim de produzir, reproduzir e transformar as relações de dominação, geralmente pautadas pela concorrência. Esse é o cenário proposto: a escola entra na lógica do mercado e vira um espaço de concorrência, negligenciando a formação humana, o que tensiona as relações de poder já existentes na nossa sociedade. É justamente o contexto desta pesquisa.

Além de desvelar os (ab)usos da língua, acreditamos que este trabalho também seja uma prática de resistência contra o que está posto, as políticas neoliberalistas e a contínua desvalorização do professor e de sua profissão a fim de alcançar interesses particulares de um ou outro governo. Esperamos contribuir para os estudos acerca da condição do professor, enquanto agente social/político, reafirmando o seu compromisso com sua própria formação, repensando sua valorização e respeito à figura que representa. Acreditamos que a temática proposta possa contribuir para o debate do papel da mídia com relação à carreira docente e acrescentar elementos para problemática da educação brasileira visionando melhorias para o trabalho docente. Além disso, também é uma contribuição para futuros estudos acerca do avanço do Neoliberalismo no campo da educação, evidenciado pela tentativa de implantação das organizações sociais. Por ser algo relativamente recente, ainda carece de estudos sobre o tema. Esperamos contribuir como uma fonte de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ASSIS-PETERSON, Ana Antônia; SILVA, Eladyr Maria Norberto. Não tenho estoque de sonhos para me manter em pé: construção de identidades de uma professora de inglês. In: BARROS, S. M.; ASSIS-PETERSON, A. A. (Org.). *Formação crítica de professores de línguas: desejos e possibilidades*. São Carlos: Pedro e João, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

BAYER, Diego Augusto; ROSÁRIO, Raquel do. *A formação de uma sociedade do medo através da influência da mídia*. 12 dez. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/NGuWA6>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo Opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. In: CAVALCANTE, Thayane Maria Deodato; OLIVEIRA, Lígia Batista de; RODRIGUES, Simone Andrade. *A consolidação da parceria público-privada na educação: o caso do PRONATEC na cidade do Recife/PE*. 20 set. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/TpEh9s>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

BONINI, Adair. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 205-231, jul./dez. 2003.

_____. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher (Org.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*, 3.ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BORGES, Rosana Maria Ribeiro; LIMA, Angelita Pereira de Lima. História da imprensa goiana: dos velhos tempos da Colônia à modernidade mercadológica. *Revista UFG*, v. 10, n.5, Goiânia, 2008.

BRANDÃO, Helena Hatthue Nagamine. *Analisando o discurso*. São Paulo: Museu da Língua Portuguesa/Estação da Luz, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/6pagnM>>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. *Lei nº 12.513*, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Disponível em: <<https://goo.gl/uPRGy4>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

BRIOLI, Douglas Pavan. *Da Exclusão ao sonho: a (re)construção da Identidade de adolescentes em unidade educacional de internação (UNEI) Sul-Mato-Grossense*. 2009. 104 f.

Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, 2009.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; VAN LEEUWEN, Theo. Discurso crítico e gênero no mundo infantil: brinquedos e a representação de atores sociais. *Linguagem Em (Dis)curso*. Tubarão, v. 4, n. esp, p. 11-33, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/6iwxHm>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Tradução Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2015.

CITELLI, Adilson. Palavras, meios de comunicação e educação. São Paulo: Cortez, 2006. CITELLI, Adilson (Org.). *Educomunicação: imagens do professor na mídia*. São Paulo: Paulinas, 2012.

CORACINI, Maria José. *Identidade e discurso: (des) construindo subjetividades*. Campinas: Pontes, 2011.

COSTA, Elisângela Rodrigues da. Nas telas da TV: a representação do professor na “Turma 1901”. In: CITELLI, Adilson (Org.). *Educomunicação: Imagens do professor na mídia*. São Paulo: Paulinas, 2012.

DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. Os pensadores. São Paulo: Abril, 1978.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. *Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor?* São Paulo: Autores Associados, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. *Media discourse*. London: Hodder Arnold Publication, 1995.

_____. *Analysing discourse: Textual analysing for social research*. London: Routledge, 2003.

_____. *Discurso e mudança social*. 2. ed. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: Ed. UNB, 2016.

FERREIRA, Kátia Zanvettor. *Quando o professor é notícia?* Imagens de professor e imagens do jornalismo. 2012. 190 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FRANCESCHINI, Felipe. *Notícia e reportagem: sutis diferenças*. *Comum*, Rio de Janeiro, v.9, nº22, p.144-155, janeiro/junho 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2000.

FUNDAÇÃO ANTARES DE ENSINO SUPERIOR, PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO - FAESPE. *Quem somos*. Disponível em: <<https://goo.gl/gM1P9K>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CULTURA, EDUCAÇÃO, DESPORTO E SAÚDE - IBRACEDS. *Educação*. Disponível em: <<https://goo.gl/xA2hcs>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

INSTITUTO CONSOLIDAR. *Educação*. Disponível em: <<https://goo.gl/9GjXdc>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

JORNAL O POPULAR. *Educação*. Disponível em: <<https://goo.gl/RrX8um>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

LAGE, Nilson. *A estrutura da notícia*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1999.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o Neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina: Planta, 2004.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEAL, Maria Christina Diniz Leal. *Quem são eles? A questão da identidade em manifestações de rua*. In: SILVA, Denise Elena Garcia da (Org.). *Discurso em questão: representação, gênero, identidade, discriminação*. Goiânia: Cãnone, 2009.

LE MOS, José Carlos Galvão. *Do encanto ao desencanto, da permanência ao abandono: o trabalho docente e a construção da identidade profissional*. 2009. 315 f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de (Org.). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINS, André Ricardo Nunes. Grupos excluídos no discurso da mídia: uma análise de discurso crítica. *Delta*, v. 21, n. especial, p. 129-147, 2005.

MELO, José Marques de. 2003. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo, Boitempo, 2005.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS. *Recomendação MPE, MPF e MPC suspensão edital OSs nas escolas*. Goiás, 2016

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Representações de gêneros em livros didáticos de LE – Inglês: ACD de textos. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

NASCIMENTO, Celina Aparecida Garcia de Souza; MORETTI, Lais Carneiro; BONFIM, Thiago José Bot. Representações de professores e adolescentes de Unidade Educacional de Internação (UNED): deslocamentos e silenciamentos. In: CORACINI, Maria José. *Identidades silenciadas e (in)visíveis: entre a inclusão e a exclusão*. Campinas: Pontes, 2011.

NÓVOA, António. A reforma educativa portuguesa: questões passadas e presentes sobre a formação de professores. In: NÓVOA, António; POPKEWITZ, Thomas S. (Org.). *Reformas educativas e formação de professores*. Lisboa: Educa, 1992.

_____. (Org.). *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, 2000.

OLIVEIRA, Hélvio Frank de. Formação crítica de professores de línguas: uma proposta emancipatória e política. *Revista Escrita*, n. 19, p. 31-47, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/go2an3>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

RECHETNICOU, Amanda Oliveira; LIMA, Sostenes Cezar de. *Representação social de Professores/as em textos jornalísticos de revistas semanais de informação*. 2018 (Inédito).

RIBEIRO, Alice. *Escolas conveniadas: parceria com a supervisão*. 01 abril. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/DJj7zg>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

ROMANCINI, Richard. A imagem do professor na mídia e a carreira docente. *Portal NET Educação*, 14, jun. 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/cibpNx>>. Acesso em: 14 set. 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE. *Perguntas e respostas sobre OSs atualizadas*. 24 dez. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/UEFm0J>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

SHIROMA, Eneida; SCHNEIDER, Maria Cristina. Avaliação de desempenho docente: contradições da política “para poucos” na Era do “para todos”. *Revista Interação*, v. 38, n. 1, jan.-abril, 2013.

SILVA, Michel Carvalho da. *Aula do crime: o discurso jornalístico e a imagem do professor*. In: CITELLI, Adilson (Org.). *Educomunicação: imagens do professor na mídia*. São Paulo: Paulinas, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel; SANTOS, Cláudia Amaral dos. Revistas Pedagógicas e identidades de professor/a: quem é o docente de Profissão Mestre e Nova Escola. In:

BASTOS, Liliana Cabral; MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Estudos de identidade: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 313-334.

SOUZA, Luiz Aparecido Alves de. Trabalho docente: reflexões acerca da condição do trabalho e valorização do professor da escola pública. Congresso Nacional de Educação. 11. 2009, Paraná. *Anais do XI Congresso Nacional de Educação*. Paraná, PUCPR, 2009. p. 7.197-7.211.

SOUZA, Lynn Mário Trindade Menezes. *Para uma redefinição de Letramento Crítico: conflito e produção de significação*. USP, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/JXf56Q>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

THOMPSON, Jonh B. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2014.

VAN DIJK, Teun. *Discurso, notícia e ideologia: estudos na Análise Crítica do Discurso*. Porto: Campos das Letras, 2005.

VAN LEEUWEN, Theo. The representation of social actors. In: CALDAS-COULTHARD, C. R.; COULTHARD, M. (Orgs.). *Texts and practices: readings in critical discourse analysis*. London: Routledge, 1996.

VIEIRA, Viviane; RAMALHO, Viviane de Melo. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Análise de discurso (para a crítica): o texto como material de pesquisa*. São Paulo: Pontes, 2016.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 4, n. esp. p. 223-243, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/BP8e88>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.

